



Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional  
Departamento de Geografia de Campos- GRC

Geografia e gênero: Uma análise da invisibilização epistemológica nos periódicos fluminenses de pós-graduação em Geografia nos anos de 2007-2017.

Campos dos Goytacazes – RJ

2019



Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional  
Departamento de Geografia de Campos- GRC

CÍNTIA CRISTINA LISBOA DA SILVA

GEOGRAFIA E GÊNERO: UMA ANÁLISE DA INVISIBILIZAÇÃO EPISTEMOLÓGICA  
NOS PERIÓDICOS FLUMINENSES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NOS  
ANOS DE 2007-2017.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal Fluminense – Campos  
dos Goytacazes como requisito parcial para a  
obtenção do grau Bacharel em Geografia.

ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Erika Vanessa Moreira

Campos dos Goytacazes – RJ

2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BIF  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S586g Silva, Cíntia Cristina Lisboa da  
GEOGRAFIA E GÊNERO: UMA ANÁLISE DA INVISIBILIZAÇÃO  
EPISTEMOLÓGICA NOS PERIÓDICOS FLUMINENSE DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
GEOGRAFIA NOS ANOS DE 2007-2017. / Cíntia Cristina Lisboa da  
Silva ; Erika Vanessa Moreira Santos, orientadora. Campos  
dos Goytacazes, 2019.  
103 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Geografia)-Universidade Federal Fluminense, Instituto  
de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional,  
Campos dos Goytacazes, 2019.

1. Geografia e Gênero. 2. Geografia Feminista. 3.  
Epistemologia. 4. Pós-Graduação em Geografia. I. Santos, Erika  
Vanessa Moreira, orientadora. Universidade Federal Fluminense.  
Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional.  
Título.

CDD -

CÍNTIA CRISTIA LISBOA DA SILVA

GEOGRAFIA E GÊNERO: UMA ANÁLISE DA INVISIBILIZAÇÃO  
EPISTEMOLÓGICA NOS PERIÓDICOS FLUMINENSE DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM GEOGRAFIA NOS ANOS DE 2007-2017.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento de Geografia da UFF –  
Campos como requisito parcial para a obtenção  
do grau Bacharel em Geografia.

Aprovada em 7 de agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Erika Vanessa Moreira Santos (Orientadora/Presidenta)  
UFF – Universidade Federal Fluminense



Profª. Dra. Maria do Socorro Bezerra de Lima (Avaliadora interna)  
UFF – Universidade Federal Fluminense



Profª. Dra. Tatiana Tramontani Ramos (Avaliadora interna)  
UFF – Universidade Federal Fluminense

A minha amada avó Maria das Dores, minha irmã Victória, as minhas tias Leila, Larissa e Luciane, e por último, mas não menos importante, a minha mãe, Letícia (In Memoriam), mulheres fortes que sempre lutaram por seus sonhos e sua voz, o que muito me inspira e me dá forças, pois sem elas este trabalho e muitos dos meus sonhos não seriam possíveis.

Ao governo do PT que mesmo com inúmeros problemas expandiu a educação para pessoas que, como eu, entraram em Universidades Públicas graças ao seu projeto, assim como as pessoas com quem convivi nesse espaço ao longo desses anos. Em especial ao Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos, a experiência de uma produção compartilhada em comunhão com os amigos e como uma família foi a melhor parte dessa experiência acadêmica.

## AGRADECIMENTOS

Livre sinto-me escrevendo esses agradecimentos  
Que, em forma de versos, estão nascendo  
Desde o princípio começo com minha família, que por observação já se fazia meu guia  
Seja minha avó, mãe, irmã, tias e primas, já que foram essas mulheres que me formaram  
Coincidência ou não, chegando à faculdade novas mulheres em minha vida entraram  
Por intermédio de uma rainha japonesa a questão se fez:  
Por que não tratar de gênero e de como isso é visto com insensatez?  
Começou então a balbúrdia, dois anos de pesquisa com muita urdia  
Desse modo, ao PIBIC-UFF queria agradecer, por literalmente me dar o que comer  
A PROAES também não pode faltar  
Pois mesmo com muito estresse era o que me mantinha neste lugar  
Aos professores, Leandro, Socorro e Erika meu muito obrigada  
Por me iniciarem e incentivarem nessa empreitada  
A Erika em especial, que de maneira leve, sincera, e engraçada  
Me orientava enquanto também era desafiada  
Ao curso de Geografia e as/aos demais professoras/es  
Um outro agradecimento por serem incríveis formadoras/es  
As repúblicas aliadas certamente não podem deixar de aqui estar  
Pois são amigas/os que pra longa data quero levar  
O nome de todas/os não vou listar, porque se esquecer de uma/um treta pode dar  
Ao Franklin e sua família um agradecimento especial  
Por sempre me tratarem e me impulsionarem de forma potencial  
A Brisa e Kira, caninas da minha vida  
Onde não importava se era manhã, tarde, noite ou madrugada  
Ao meu lado elas sempre estavam grudadas  
As vezes era uma relação chata, eu também dizia que queria meu espaço  
Mas pensando bem, se tratando das caninas, eu que poderia estar sendo ingrata  
Ao pessoal do administrativo, da limpeza, da biblioteca e demais colaboradores da instituição  
Meu obrigada de montão  
Aqui me pego terminando esse singelo agradecimento  
Onde imagino que todas as pessoas citadas  
Sabem das suas contribuições para esse momento  
Juliana, Leandro e Timóteo, não se sintam estrelinhas por terem o nome destacado  
Essa parte veio porque vocês literalmente estão ao meu lado  
Suportando com maior intensidade o doce e o amargo  
De uma menina-mulher que busca o seu legado....  
Finalizo real oficial com o mais comum rito de entonação entre irmãs e irmãos:  
APEERTAA!!

A valentia vem de berço, só agradeço  
Sagacidade é o que vale desde o começo  
Por isso eu peço força e proteção  
Bênção não tem preço, cada luta é uma missão  
(KAROL CONKA, 2016).

## RESUMO

O presente estudo buscou entender como se deu a inserção do conceito de gênero nas ciências, em especial na Geografia, associando aos métodos, paradigmas e epistemologias. O objetivo principal referia-se em identificar e compreender como a produção científica geográfica tem inserido esse debate nos periódicos fluminenses de geografia entre 2007-2017, atentando, também, para uma análise dos conceitos, métodos e técnicas que a geografia utiliza. A metodologia usada contou com dados quali-quantitativos referente aos artigos analisados, análise documental, análise no banco de dados da Plataforma Sucupira, entrevista com editores dos periódicos e revisão bibliográfica de conceitos e teorias como: filosofia, métodos científicos, epistemologia, paradigmas, interdisciplinaridade metodológica, história do pensamento geográfico, gênero, gênero e geografia, interseccionalidade, geografia feminista, pensamento descolonial, etc. Já em relação aos instrumentos de análise optou-se pela análise do discurso, análise de conteúdo e análise histórica e dialética, onde a partir disso pode-se desenvolver quadros, organogramas, e fluxogramas com o intuito de deixar a discussão mais visível e quantificável em sua materialidade. Os periódicos selecionados dizem respeito ao Programa de Pós Graduação em Geografia de Universidades como: UERJ (Revista GEO UERJ), PUC-Rio (Revista Geo Puc), UFF (Revista Geographia) e UFRJ (Revista Espaço Aberto), entre os anos de 2007 e 2017. Como resultados constatamos a necessidade de divulgação de trabalhos de autoria feminina, não com a finalidade de competições científicas, mas de dar visibilidade a discussão, sobretudo das mulheres, pois identificamos poucas obras e instituições que se dedicam a tais questões e mesmo quando tal problemática é levantada a discussão e participação das mulheres ainda é secundarizada. No levantamento realizado junto aos periódicos, foram 653 artigos, em que apenas 12 apresentavam pontos que tangenciavam os conceitos propostos da linha interseccional de sexualidades, gênero, novas epistemologias e formas de análise vinculadas à geografia feminista. Desses, em uma segunda análise mais minuciosa, somente 3 artigos se enquadraram no objetivo de entender a inserção do debate das mulheres via conceito de gênero no campo geográfico.

Palavras-chave: História do Pensamento Geográfico; Epistemologias Emergentes; Geografia Feminista;



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>Capítulo 01 – A filosofia das ciências</b> .....	<b>20</b>
1.1 O que é o método?.....	21
1.2 O método e a construção de paradigmas .....	23
1.3 A epistemologia feminista.....	26
1.4 É possível uma interdisciplinaridade metodológica? .....	29
<b>Capítulo 02 – A construção do imaginário de gênero</b> .....	<b>33</b>
2.1 Gênero como mobilizações sociais no Brasil de 1830 ao Brasil contemporâneo .....	37
2.2 Gênero e a teoria interseccional.....	39
2.3 A influência do conceito de gênero na academia brasileira.....	38
<b>Capítulo 03- História do Pensamento Geográfico</b> .....	<b>47</b>
3.1 Geografia e o estruturalismo .....	49
3.2 Geografia e gênero .....	52
3.3 Geografia feminista .....	55
3.4 Geografia e gênero na escola brasileira.....	57
3.4.1 Geografia, gênero e o pensamento descolonial .....	60
<b>Capítulo 04 - A Geografia e Gênero no Rio de Janeiro</b> .....	<b>63</b>
4.1 A GEOGRAFIA FLUMINENSE.....	63
4.2 OS PROGRAMAS DE PÓS – GRADUAÇÃO NA GEOGRAFIA FLUMINENSE.....	65
4.2.1 Pós-Graduação em Geografia da PUC – Rio .....	66
4.2.2 Pós-Graduação em Geografia da UERJ .....	67
4.2.3 Pós-Graduação em Geografia da UFF.....	68
4.2.4 Pós-Graduação em Geografia da UFRJ.....	69
4.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO CONTEÚDO DOS PERIÓDICOS .....	71
4.3.1 GEO PUC.....	74
4.3.1.1 Entrevista com o editor .....	77
4.3.2 GEO UERJ .....	78
4.3.3 GEOGRAPHIA (UFF).....	84
4.3.4 ESPAÇO ABERTO (UFRJ).....	87
4.4 SÍNTESE DOS DADOS LEVANTADOS .....	88
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>92</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>94</b>

## Lista de figuras

Figura 01: Mapa de localização das Universidades que subsidiam os Programas de Pós-Graduação analisados.....	15
Figura 02: Perguntas norteadoras para o desenvolvimento da pesquisa .....	17
Figura 03: Consecução metodológica pensada em 6 categorias para o desenvolvimento da pesquisa.....	17
Figura 04: Síntese das ondas do feminismo no Brasil de 1830 a 2000, de acordo com Duarte (2003).....	38
Figura 05: Grande área de utilização dos estudos interseccionais, conforme Collins (2015) interpretado por Birolì (2015).....	41
Figura 06: Diferença entre as categorias de análise da geografia feminista e geografia e gênero.....	55
Figura 07: Dominação dos três setores de colonialidade conforme CRUZ (2017).....	61
Figura 08: Método para compreender como os paradigmas se tornam hegemônicos.....	72
Figura 1: Enquadramentos históricos da análise de conteúdo conforme SANTOS (2004).....	72
Figura 2: Análise em profundidade dos 3 artigos selecionados nesta pesquisa de acordo com seus métodos, teorias e paradigmas respectivamente.....	89
Figura 3: Mapa de origem das instituições que apresentaram artigos envolvendo gênero e questões transversais.....	90
Figura 12: Mapa de origem das/os autoras/es dos artigos selecionados.....	91

## Lista de quadros

Quadro 1: Linhas de Pesquisa na Pós em Geografia da PUC-Rio.....	66
Quadro 2: Linhas de Pesquisa na Pós em Geografia da UERJ.....	67
Quadro 3: Linhas de Pesquisa na Pós em Geografia da UFF.....	68
Quadro 4: Linhas de Pesquisa na Pós em Geografia da UFRJ.....	69
Quadro 5: Sistematização dos artigos encontrados nos periódicos da Revista GEO PUC separados pela autoria de mulheres, homens e mista ao longo dos anos de 2007-2017.....	74
Quadro 6: Artigos encontrados nos periódicos da revista GEO PUC que tangenciavam ou analisavam temáticas de gênero na geografia.....	75
Quadro 7: Sistematização dos artigos encontrados nos periódicos da Revista GEO UERJ separados pela autoria de mulheres, homens e mista ao longo dos anos de 2007-2017.....	78
Quadro 8: Artigos encontrados nos periódicos da revista GEOPUC que tangenciavam ou analisavam temáticas de gênero na geografia.....	79
Quadro 9: Sistematização dos artigos encontrados nos periódicos da Revista GEOGRAPHIA separados pela autoria de mulheres, homens e mista ao longo dos anos de 2007-2017.....	84
Quadro 10: Artigos encontrados nos periódicos da revista GEOGRAPHIA que tangenciavam ou analisavam temáticas de gênero na geografia.....	85
Quadro 11: Sistematização dos artigos encontrados nos periódicos da Revista Espaço Aberto separados pela autoria de mulheres, homens e mista ao longo dos anos de 2007-2017.....	87

## **Lista de tabela**

Tabela 01: Separação por categorias de gênero para autoras/es e co-autoras/es.....	16
--	----

## **Lista de siglas**

PPG – Programa de Pós-Graduação

SNPG – Sistema Nacional de Pós-Graduação

PUC – Pontífica Universidade Católica

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

ONG's – Organizações não governamentais

PQ – Produtividade em Pesquisa

AGB – Associação das/os Geógrafas/os do Brasil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

USP – Universidade de São Paulo



*Reprodução, texto de Vinícius Zepeda, 2013*

## INTRODUÇÃO

Como resultado de um projeto de iniciação científica desenvolvido entre 2017-2018<sup>1</sup>, surgiram vários questionamentos ao se pensar a relação de gênero e geografia, por meio de análises junto às mulheres rurais em duas comunidades no Distrito de Travessão, Campos dos Goytacazes, norte do Estado do Rio de Janeiro. Naquela ocasião, constatou-se, como resultado final, a necessidade de mais referências bibliográficas sobre gênero no âmbito da Geografia. É importante mencionar que há algumas décadas, mais precisamente cerca de 50 anos, há um aumento de estudos de casos na discussão sobre mulheres, todavia, não avança na mesma proporção no que diz respeito a sua divulgação na academia.

Atualmente, mais especificamente no ano de 2019, o número de mulheres no corpo institucional e nos cargos das pós-graduações do país é menor do que o número de homens, mesmo que na fase inicial da vida acadêmica, na graduação, o número de mulheres ingressantes e formadas seja maior, tais dados são encontrados na publicação de Newsletter 1 (2012 apud CARVALHO 2018, p.162).<sup>2</sup>

Essa realidade da desigualdade entre os sexos que ocupam cargos institucionais na academia decorre de diversos fatores históricos, entre os quais estão: uma estrutura: patriarcal, machista, sexista, que enxerga e potencializa as pessoas apenas por sua própria concepção baseada em questões de: gênero, raça, religião, entre outros (questões interseccionais), que influenciam em como nós somos levados a achar que é certo ou não agir, sendo capaz de

<sup>1</sup> Projeto intitulado: Herança Patriarcal no território campista. Um estudo sobre as mulheres do Distrito de Travessão, Campos dos Goytacazes, RJ.

<sup>2</sup> O trabalho de Carvalho (2018), intitulado “Igualdade de Gênero na Ciência: Projeto Stages” publicado na Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, faz a citação do boletim Newsletter 1, sendo o original encontrado como “NEWSLETTER 1 Structural Transformation to Achieve Gender Equality in Science”. GA No. 289051. 2012.

deixar marcas a sua volta, inclusive na produção científica desenvolvida (MONK; HANSON, 2016, p.31).

Essas influências podem tornar-se dificuldades que são encontradas tanto em relações sociais quanto materializadas no consumo e produção do espaço e resultam em estatísticas sexistas<sup>3</sup> inaceitáveis para um meio que tem um discurso de iguais oportunidades, de concepção e internalização de pensamentos críticos, de um lugar -ou uma instituição- que é capaz de gerar novos modelos sociais e espaciais: “a academia produtora de conhecimentos amplamente difundidos com cegueira de gênero, e nesse caso em particular da ciência geográfica” (MONK, HANSON, 2016, p. 48).

Surge assim a principal problemática deste trabalho de conclusão de curso, que se pauta em entender como se deu a necessidade de articular teoricamente gênero e geografia, assim como as questões ligadas à linha interseccional tendo em vista especialmente questões como raça e posição geográfica. Acrescenta-se a essa inquietação, a dificuldade na aceitação do diálogo entre esses conceitos e as análises geográficas, assim como visualizar com base nos periódicos fluminenses de geografia como o discurso na ciência geográfica se pauta na discussão de gênero, o que levou ao desdobramento de questões ligadas a história do pensamento geográfico, a discussão de método e filosofia, epistemologia, crise/mudança paradigmática, pensamento descolonial, entre outros.

Outra questão que emergiu foi como dar visibilidade as discussões metodológicas de sujeitos/as marginalizados/as (em especial as mulheres) e seus saberes, ou seja, não apenas atribuindo como verdadeiro, o conhecimento científico hegemônico que, assim como o falo<sup>4</sup>, tem um discurso representativo apenas para uma parcela da sociedade.

Para tais questionamentos, utilizou-se como base a obra de García; Escamilla-Herrera, no livro intitulado “Geografías feministas de diversas latitudes: Orígenes, desarrollo y temáticas contemporáneas”, publicado em 2016, no México. Para as autoras, o desenvolvimento da geografia feminista, que há quarenta anos busca contribuir nesse aspecto, deve ser valorizado.

La geografía feminista ha sido protagonista y líder en ampliar los temas de investigación y enriquecer las metodologías y los enfoques; también se observa

<sup>3</sup> Entende-se por estatísticas sexistas estatísticas padrões que determinam a realidade por via das diferenças de gênero que socialmente valorizam os homens, cabendo às mulheres salários mais baixos, o não reconhecimento do seu acúmulo de jornadas, a divisão sexual do trabalho problemática, o não avanço das mulheres em cargos promissores do trabalho, entre outros exemplos.

<sup>4</sup> O falo aqui é entendido, de acordo como é tratado no senso comum entre os movimentos feministas, como a significância do poder atrelado as representações históricas, datando desde os povos antigos, como o culto ao pênis ereto, visto como símbolo da fecundidade. Ou seja, o falo é visto como a naturalização dada aos discursos que se tornam práticas universalizantes da ideia e preponderância masculina.

claramente cómo los debates de la geografía han influido y se han visto influenciados por la geografía feminista; la interseccionalidad es un tema central ante la hegemonía de las geógrafas blancas, anglosajonas, de clase media, en la academia de habla inglesa, frente a una sociedad que es más diversa y que muestra sus aspectos marginales. (GARCÍA; ESCAMILLA -HERRERA, 2016, p. 12).

Assim, como observado no trabalho de Carvalho (2018), ao estudar o discurso e prática de igualdade de gênero na ciência européia, nota-se que na realidade o fenômeno descrito como “verdade científica enunciada por uma pessoa legitimada” é a representação material das relações de privilégio através do “poder de fala” limitadas a espera de padrões sociais (CARVALHO, 2018, p.164).

No livro “Ser Humana: quando a mulher está em discussão”, Moraes (2002), ao tratar sobre a temática do poder de fala, afirma que:

O peso do conhecimento masculino, da produção e validade desse conhecimento ainda é mais considerado que o das mulheres. O conhecimento dos homens tem, portanto, mais status que o das mulheres, independente da classe social a que pertençam os gêneros (2002, p. 23).

Seguindo tal orientação é que se propôs a analisar a discussão de gênero e geografia nos periódicos fluminenses de geografia, entre os anos de 2007 a 2017, para que futuramente possa servir de base para estudos em que haja a preocupação da representatividade de fala/produção acadêmica enxergando a necessidade de se dar voz a uma parcela que é secundarizada na produção de conhecimento, no consumo e na reprodução de espaços, no reconhecimento de quem produz a ciência geográfica e, que neste trabalho, será visto em especial pelas mulheres.

O eixo norteador desse trabalho se pauta na inquietação de articular, ainda que com limitações, gênero, enquanto ferramenta analítica, aos conceitos geográficos, para tanto, utilizou-se autoras como Rosangela Carvalho (2017); Maria Paulino (2010); Doreen Massey (2016); Janice Monk (2016); Joseli Silva (2009); María García-Ramón (2016), entre outras/os que serviram como aporte para o debate de como o conhecimento é uma construção social (MONK; HANSON, 2016, p. 32), que também reproduz questões ditas como naturais a exemplo de uma ciência sexista que deixa marcas em disciplinas, conceitos, métodos etc.

Ao buscar entender quais diálogos já haviam sido feitos e quais as possibilidades em relação à discussão teórica da geografia e gênero é que se fez a proposta do presente trabalho, no sentido de compreender a forma como esse debate vem sendo travado a nível estadual, por



meio de uma sistematização e análise de como gênero aparece nos periódicos da pós-graduação da geografia fluminense no período de uma década, entre 2007 a 2017.

Outros três objetivos foram passíveis de serem alcançados com o desenvolvimento da pesquisa, sendo eles:

- Contribuir com outros estudos sobre a temática abordada ofertando uma sistematização e organização de dados e de informações;
- Entender um pouco mais sobre a trajetória da história do pensamento geográfico e os métodos utilizados;
- Conhecer a disputa teórica que ocorre relacionando gênero e geografia na escola brasileira buscando entender quais desdobramentos se destacam na escola da geografia fluminense;

Os objetivos puderam ser alcançados empiricamente a nível estadual onde foram sistematizados 653 artigos publicados ao longo de dez anos (2007-2017), em 4 periódicos fluminense de Programas pós-graduação em Geografia, sendo: Universidade Federal Fluminense (Revista Geographia); Universidade Federal do Rio de Janeiro (Revista Espaço Aberto); Universidade do Estado do Rio Janeiro (Revista Geo Uerj) e Pontifícia Universidade Católica –PUC/ Rio (Revista Geo Puc), de acordo com o mapa de localização visto pela figura 1:

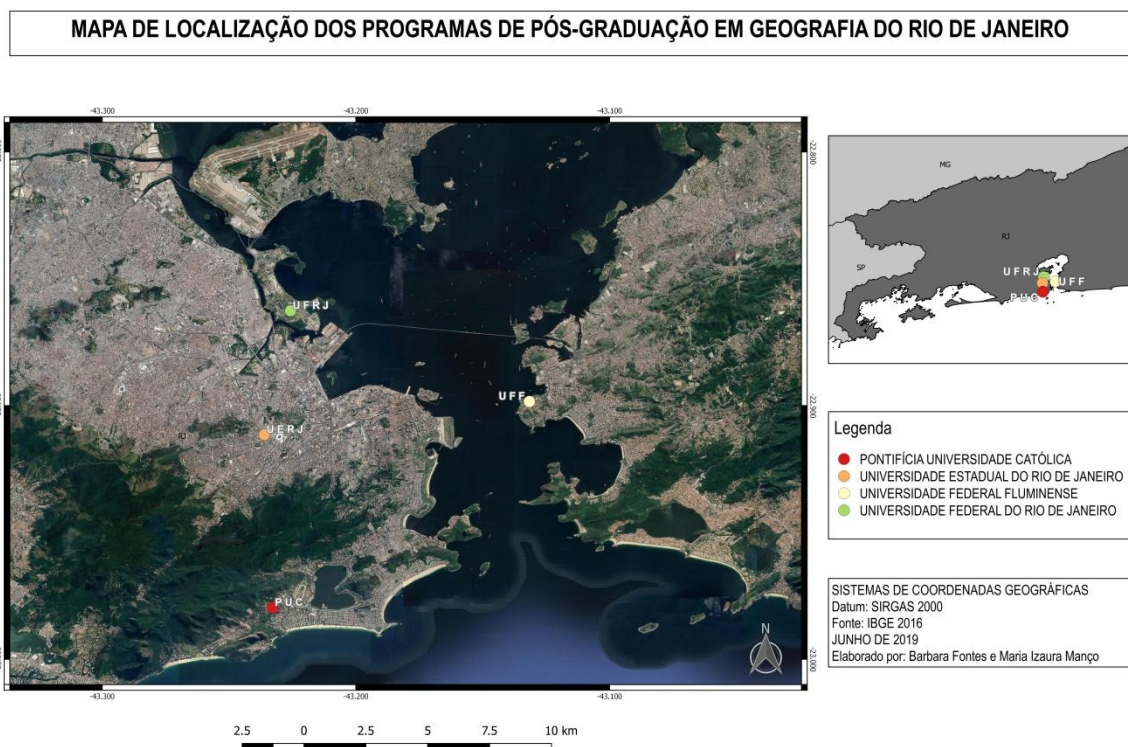


Figura 4: Mapa de localização das Universidades que subsidiam os Programas de Pós-Graduação analisados. Organizado por: Bárbara Fontes e Maria Izaura, 2019

Como reflexo de uma condição desigual das relações de gênero, como uma sociedade patriarcal e sexista que se baseia em relações de poder, foram encontrados apenas 12 artigos que tratam das temáticas contra hegemônicas na ciência geográfica, ao darem voz e destaque para temas da: geografia feminista; geografia e gênero; geografia e sexualidades e geografia e novos métodos.

Algumas observações serão aprofundadas, ao longo do presente trabalho, contudo, o que já se pode apresentar é a condição de invisibilidade que as mulheres cientistas têm como experiência imposta sobre sua produção e conhecimento. O que dificulta o reconhecimento, a legitimidade e publicidade de pesquisadoras em um meio sexista como a academia, confirmação presente nos dados da tabela 1, organizada em categorias em que a palavra-chave gênero foi o marcador principal.

Tabela 1 - Separação por categorias de gênero para autoras/es e co-autoras/es

Síntese dos artigos analisados	
Total de artigos publicados	653
Falam de gênero e/ou questões transversais	12
Autoria por mulheres	150
Autoria por homens	354
Autoria mista	149

Organização: Cíntia Lisboa, 2019

Desse modo, as reflexões, nessa pesquisa, caminham na direção de analisar e demonstrar as metodologias utilizadas nos trabalhos geográficos que se relacionam a estudos de gênero encontrados nos periódicos selecionados e também levantar os elementos que cercam e compõem suas respectivas bases teórico-metodológicas.

Para tanto, fez-se necessária a formulação de algumas perguntas iniciais para guiarem a consecução do trabalho visto na figura 2, como:

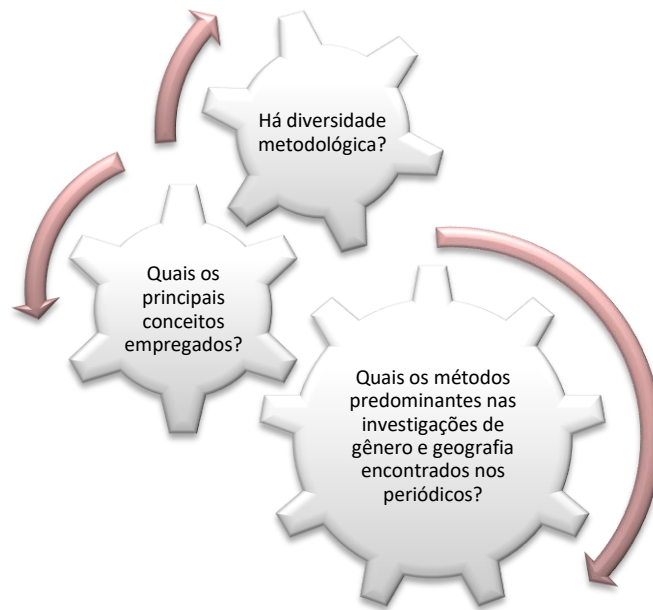


Figura 5: Perguntas norteadoras para o desenvolvimento da pesquisa.  
Organizado por: Cíntia Lisboa, 2019

Com o intuito de buscar responder e refletir sobre essas questões, algumas considerações acerca da sequência metodológica mais adequada para a consecução das análises propostas foram feitas orientando-se por Alves (2010) e Sposito (2004), o que levou a montar um esquema sintético visando identificar cada ponto central da metodologia, como: abordagem, objeto, contexto, instrumentos para coleta de dados, instrumentos de análise de dados e método (figura 3).

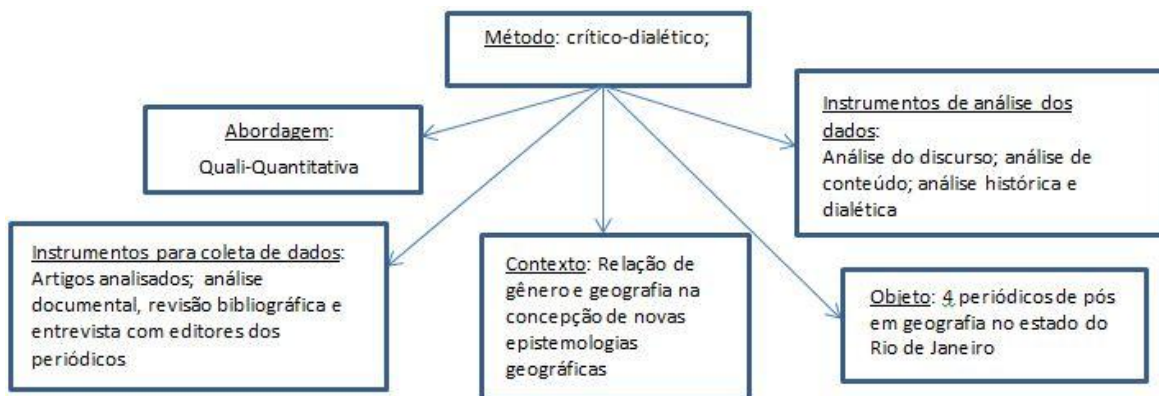


Figura 6: Consecução metodológica pensada em 6 categorias para o desenvolvimento da pesquisa.  
Organizado por: Cíntia Lisboa, 2019

A presente pesquisa tem como método central o modelo histórico crítico-dialético ainda que em alguns momentos pareça se fazer uso de enfoques de outros métodos, que para autores como Sposito (2004) são vistos de forma separadas, ainda que afirme que “com o auxílio do

método, podemos ler a realidade por várias “portas de entrada”” (SPOSITO, 2004, p. 51). O que é preciso ser entendido é que essa realidade vista por várias portas irá estar relacionada de acordo com a intencionalidade da pesquisa, variando conforme objetivos, escolas e tendências seguidas pela/o pesquisadora/o.

De forma sintética será apresentado *o porquê* da escolha de tal método e o que se levará em conta sobre o diálogo desse método e sua relação com enfoque de outros. É importante ressaltar que tal abordagem não está dentro de uma ciência geográfica hegemônica, sendo vista como uma mudança ideológica que leva a transformações sociais dentro da academia.

Consequentemente, para a geografia o método crítico dialético é aquele que faz uso da visão conflitiva vista por uma realidade histórica, enquanto o método hermenêutico (o outro método que também se fará presente, mesmo que de forma secundária) possui uma historicidade ausente, optando por uma visão existencialista, segundo Sposito (2004, p. 55). O que é vital para a compreensão do diálogo e trabalho entre o uso dos dois métodos tem a ver com a “inter-relação do todo com as partes e vice-versa” (SPOSITO, 2004, p.56), de tal modo que a dialética é central e possível nos dois métodos na geografia, considerada como uma subtotalidade que relaciona o todo.

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, buscou-se um aprofundamento nas hipóteses e nos conceitos, o que será aprofundado melhor nos capítulos 1, 2 e 3, levando a conhecer a problemática que vem sendo colocada na junção dos estudos dessa linha.

Com uma abordagem qualiquantitativa a interação de metodologias é intensa, indo desde apresentação de tabelas, esquemas e organogramas, com o intuito de deixar a discussão mais visível e quantificável em sua materialidade. Também trazemos à tona a preocupação metodológica em tornar questões subjetivas e essenciais como uma das formas para a compreensão e a interpretação de determinadas naturalizações sociais que irão repercutir no espaço, a exemplo de lugares que “mulheres devem ou não frequentar”, sendo visto inclusive na academia.

As técnicas utilizadas contam com o aporte de entrevistas com os editores dos periódicos selecionados, análise documental, a revisão bibliográfica de conceitos e teorias como: sexualidade, gênero, gênero e geografia, interseccionalidade, a história do pensamento geográfico, os métodos científicos, a epistemologia e o pensamento descolonial.

O levantamento bibliográfico está pautado em trabalhos de: Alves (2010), Carvalho (2018), Cardoso (1972), Silva (2000), Sposito (2004), Japiassu (1977), Silva (2016), García-Ramón (2016), Massey (2016), não cabendo aqui a exposição de todas/os as/os autoras/es mas sim dos que foram cruciais para a consecução desse trabalho.

Ainda sobre a sistematização do material encontrado, será feita da seguinte forma:

- + Por periódico;
- + Periódico separado por publicações;
- + Separação de palavras-chave e título;
- + Recorte analítico;
- + Recorte temporal e espacial;
- + Conceitos trabalhados;

A estrutura do trabalho está organizada e separada no desenvolvimento de quatro capítulos mais as conclusões finais, onde os três capítulos iniciais referem-se às teorias que elucidam este trabalho, tratando respectivamente de apanhados relativos à: origem e desenvolvimento do conhecimento, formulações para se pensar em métodos, paradigmas e epistemologias; elaboração do imaginário de gênero e sua construção até tornar-se mobilização social e posteriormente ganhar espaço em discussões acadêmicas; e como último capítulo teórico o desenvolvimento da história do pensamento geográfico e o diálogo dos dois capítulos anteriores entendendo como gênero aparece na escola brasileira e fluminense e quais as representações teóricas existentes nessa conceituação.

O quarto e último capítulo diz respeito à análise empírica subsidiada por toda teoria anterior, sendo visto o balanço de uma década de publicações nos quatro periódicos já citados com exploração dos artigos pertinentes a esta investigação, assim como análise das entrevistas concedidas pelos editores dos periódicos e diálogo final entre os dados levantados levando as considerações finais.

“Nossa luta é epistêmica e política.”

Catherine Walsh/Luis Macas

## CAPÍTULO 01 – A FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS

Inicia-se, esse capítulo, entendendo o que é ciência e qual a influência desse campo maior sobre o que hoje se entende enquanto ciência geográfica, e quais as suas contribuições e limitações para a nossa forma de ver e compreender o mundo, o que levou a se pensar a necessidade de um espaço para essa discussão.

Deste modo, ao buscar a compreensão do que é ciência, a filosofia foi trazida a tona como uma primeira revolução na maneira se conceber o mundo. Ruy Moreira (2007) apresenta essa forma de se conceber o mundo como um construtivo de ideias que se formam a partir de representações pensadas, onde nos convida a reflexão quando diz:

Por que é importante essa consciência da representação? Porque uma vez assim entendida, a ideia pode ser submetida ao fio crítico do debate, permitindo-nos: 1) refletir sobre nossas leituras do mundo; 2) clarificar o modo como as produzimos e praticamos; 3) desfazer o dogma do conhecimento; 4) estabelecer os limites da teoria; 5) perceber que várias alternativas de representação são possíveis; e; 6) compreender o poder das ideias na transformação da sociedade em que vivemos (MOREIRA, 2007, p. 106).

De forma um pouco mais didática, Gaarder (1995, p. 34) ao escrever um romance da história da filosofia, mais conhecido com o título propriamente de “O Mundo de Sofia” a apresenta como “uma forma completamente nova de pensar, surgida na Grécia por volta de 600 a.C.”. O autor argumenta que antes dessa “virada filosófica” o mundo e suas representações eram explicados e respondidos pelas mais diversas religiões, que eram passadas via hábitos e discursos geracionais como os *mitos*<sup>5</sup>.

Visões míticas existiam no mundo todo, muito antes de os filósofos começarem a questioná-las. Pois os gregos também tinham sua visão mitológica do mundo, quando surgiram os primeiros filósofos. (...) As pessoas sempre tiveram a necessidade de explicar os processos da natureza. Que elas talvez nem pudessem viver sem tais explicações. E por causa disso inventaram os mitos, pois naquela época ainda não existia a ciência (GAARDER, 1995, p. 39 – 40).

---

<sup>5</sup> Entende-se por mito o imaginário de diferentes deuses que em seus postulados buscam explicar a origem e o fim, seja da vida, do mundo etc.

Desse modo, a filosofia, assim como os primeiros filósofos, simboliza o nascimento da ciência a partir do momento que o ser humano passou a formular suas questões em um pensamento com alicerce na experiência e na razão, deixando as explicações mitológicas mais de lado (GAARDER, 1995).

Com o imaginário que o mundo, seja na sua forma física ou pensada, não passa de construções de ideias, onde são construções sociais reproduzidas historicamente, se passa a entender a ciência como resultado desse construtivo social permeado de doutrinas, filosofias, epistemologias, conceitos e métodos gerados por pessoas, logo passíveis de influências estruturais.

Segundo Francelin (2004) “filosofia e ciência se aproximam para que o pensamento científico, por meio de uma filosofia conciliadora, constitua-se a partir de uma “harmonização” das ciências” (FRANCELIN, 2004, p. 27), contudo com o Renascimento<sup>6</sup>, em seus princípios culturais, a separação entre ciência e filosofia é acentuada até que razão e ciência absolutas passam a serem questionadas fazendo com que uma reaproximação seja necessária já no século XX, onde a autora indica que estabeleceu-se uma espécie de: “teoria científica, construída e constituída pelo fato de o cientista dar-se conta de que sua visão linear e mecanicista de mundo não era nem suficiente nem adequada para tratar dos problemas levantados pelo próprio meio científico” (FRANCELIN, 2004, p. 28).

### 1.1 O que é o método?

Partindo do pressuposto que não existe uma única fonte de informação que reúna todas as vantagens, características e desafios que contemplariam com satisfação uma reflexão e tentativa de solucionar problemas científicos é que o método se torna tão importante.

Hilton Japiassu, em 1977, publica um livro sobre o estudo da epistemologia, onde seu significado é associado à ciência (episteme) e ao discurso (logos). Pensando que toda abordagem epistemológica representa uma tradição filosófica atrelada ao progresso das ciências, isso expressa que existe uma orientação para as disciplinas – que constroem e são construídas dialeticamente pelas mais variadas ciências- que também refletirão influências estruturais em seus métodos, teorias, conceitos, filosofias, doutrinas, enfim, em toda sua aplicabilidade.

---

<sup>6</sup> Conforme é aprendido na história escolar básica, representa uma revolução na vida medieval, dando início ao que hoje conhecemos como Idade Moderna. Seus valores centrais eram ancorados no: racionalismo, experimentalismo, individualismo e antropocentrismo.

Segundo Cardoso (1972) ao citar Nagel (1961)<sup>7</sup> argumenta o método como:

A prática do método científico é a crítica persistente dos argumentos, à luz dos cânones postos à prova para julgar a fidedignidade dos procedimentos através dos quais os dados da evidência são obtidos e para avaliar a força comprovadora da evidência em que se baseiam as conclusões (NAGEL, 1961, p. 12 *apud* CARDOSO, 1972, p. 12).

Para Alves (2010) filosofia, ainda que diferente, tem de similar com o método o fato de representar o fio condutor de toda a origem do pensamento que é vista nos modos de saberes científicos e sociais, onde o primeiro é legitimado por toda uma reprodução do seu método de observação enquanto o saber social é legitimado pela reprodução social nos hábitos e costumes.

Cada reflexão, científica ou não, impregnada de uma filosofia dominante vai basear-se em seus saberes para interpretar o mundo. Esses saberes são caracterizados por “uma permanente interação entre **pensar, sentir e fazer**” e segundo Moreira e Ostermann (1993, p.109), a geografia também irá reproduzir algumas interações que são estruturais.

A ideologia predominante na ciência como um todo, diz respeito aos seus elementos de dominação teórica que levam a práticas científicas, onde conforme Cardoso (1972):

O pesquisador é aqui levado a adotar os padrões aceitos e estabelecidos do “método científico” sem uma discussão mais profunda dos critérios de cientificidade segundo os quais deva acatá-los e não a outros. Não explicitando esses critérios, dificulta-se a reflexão autêntica, necessariamente crítica, sobre o método. Ela se debate no interior do próprio método. Encontra nele os seus limites e todas as tentativas de aprofundamento resultam num refinamento das proposições dele mesmo, que deste modo jamais se questiona. (CARDOSO, 1972, p. 3).

Compactua-se com a ideia que o método, como mais um fruto do imaginário humano e suscetível as mais variadas influências, se faz hegemônico ou não, conforme contexto espacial e histórico, ainda segundo Moreira e Ostermann (1993, p. 114) “conceber o método científico como uma sequência rigorosa de passos que um cientista segue disciplinadamente é conceber de maneira errônea a atividade científica”.

---

<sup>7</sup>Ernst Nagel escreveu o trabalho intitulado “The structure of science, problems in the logic of scientific explanation”, publicado em Nova York em 1961.



## 1.2 O método e a construção de paradigmas

Os métodos estão dentro de paradigmas no sentido de serem concebidos a partir de normas e orientações de modelos de pensamento, onde o paradigma é visto como as perguntas gerais de *por quê, como e para quê?* (SPOSITO, 2004, p. 196). Alves (2013) ao fazer uma interpretação da história do pensamento geográfico pelo método hermenêutico assinala que o pensamento geográfico – mas também vale para a formulação de pensamentos em gerais – se caracteriza pelos paradigmas, filosofias ou doutrinas que qualificam determinados grupos de cientistas.

Não trata-se de designar um conjunto de regras teóricas e metodológicas a serem seguidas, mas se trata da orientação e simbologia de imaginários que, consciente ou não, levam a escolhas que norteiam as bases de qualquer escola de pensamento (ALVES, 2013).

De origem grega, paradigma surge do termo *paradeigma*<sup>8</sup> e significa modelo ou padrão, sendo a ideia geral que guia as formulações existentes na ciência conforme período. Não pode ser considerado como algo dado e fixo, Andrade (1977) estudando a repercussão do pensamento geográfico no Brasil do século XX diz que ele “não pode ser dogmático, se é realmente científico” (p. 06, 1977), logo faz parte da natureza dos paradigmas essa mudança de acordo com as conjunturas que se encontram determinadas escolas, tomar um paradigma como único e verdadeiro é o exato oposto de se fazer ciência e seguir para o desenvolvimento do conhecimento.

Com o surgimento de novas demandas e perguntas os paradigmas tendem a serem explorados ao máximo, onde não sendo mais indicado para as respostas necessárias ele é trocado por outro paradigma que torna-se vigente até certo ponto (SPOSITO, 2004). Essa, de forma bem simplista e resumida, pode ser considerada como parte da história das ciências que ao longo dos anos vem sendo repensada por várias escolas e correntes filosóficas.

Variando com o modo que cada pesquisador/a conduz seu trabalho o paradigma que orienta as formulações, hipóteses, dúvidas e percepções também irá mudar. De tal maneira, a própria noção do que é paradigma e quais os principais paradigmas mudam conforme autor/a, sendo real a “existência de vários paradigmas” (CORREA, 2011, p.60). A seguir vão alguns exemplos, onde:

---

<sup>8</sup>De acordo com o site “Significados”. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/paradigma/>>. Acessado em: 27.08.2019

- Para Correa (2011) os paradigmas podem ser divididos em cinco, sendo: fenomenologia, hermenêutica, estruturalismo, semiótica e o pós-estruturalismo. (CORREA, 2011, p.60);
- Já para Rohde (1994, p. 22), os paradigmas, já ultrapassados, diga-se de passagem, são três, sendo: cartesiano-newtoniano causalista, mecanicista-euclidiano reducionista e o antropocentrista.
- Aires (2011) compreende os paradigmas resumidos a quatro, sendo: positivista/pós-positivista, construtivista-interpretativo, crítico e feminista pós- estrutural. (AIRES, 2011, p. 18).
- Ramos (2015) e Guba e Lincoln (2002), identificam quatro, sendo: positivismo, pós-positivismo, teoria crítica e construtivismo (RAMOS, 2015, p.9); (GUBA; LINCOLN, 2002, p. 113).

O paradigma central que assola boa parte da ciência contemporânea é pautado em uma herança positivista que enxerga o mundo por divisões do conhecimento em áreas que muitas vezes ficam isoladas. A ideia deste capítulo, longe de esgotar e se propor a uma alta reflexão sobre paradigma, é apresentar o quão ele pode ser complexo e utópico, no sentido de estar atrelado as ideias e modo de visão de cada autor/a.

Segundo Sposito (2004), o paradigma jamais será esgotado, pois mesmo na troca/rompimento/quebra/crise de paradigmas hegemônicos, “outras pessoas devem estar pensando no mesmo assunto, e, portanto, estabelecendo outros parâmetros para a tarefa de se relacionar o método, a teoria do conhecimento e o pensamento geográfico” (SPOSITO, 2004, p. 195). Logo, diversas devem ser as novas possibilidades de reflexões sobre um paradigma alternativo que se pretende ou que já se tornou hegemônico. Sendo um processo cíclico na história das ciências.

Em relação à geografia diversos autores/as ao analisarem os paradigmas, a trajetória teórica da geografia a nível nacional e a nível internacional, apontam para uma crise paradigmática na geografia, que há algumas décadas vem influenciando e ampliando o leque de atuação da geografia e da sua produção.

Porto Gonçalves (1978) ao apresentar uma reflexão sobre as escolas da geografia (alemã, francesa e norte americana) assim como os paradigmas por elas exaltados, além da visão teórica-quantitativa e da geografia crítica, indica que: “na medida em que (as escolas de pensamento) hesitam não reformulando uma base teórica de ha muito envelhecida e não assumem, portanto, uma posição crítica, os geógrafos, em geral, deixam de lado a Geografia

da Crise e são levados de roldão pela Crise da Geografia” (PORTO GONÇALVES, 1978, p. 6).

O autor é mais provocativo ainda ao enfatizar que não se trata apenas de uma crise teórico-metodológica, mas sim de “crises que estariam subjacentes a essas questões, sustentamos que as crises de hegemonia são provenientes da não-resposta de uma dada “visão” a uma realidade historicamente determinada (PORTO GONÇALVES, 1978, p. 11).

Para Ana Fani Carlos (2002) ao ponderar algumas reflexões sobre a geografia brasileira contemporânea aponta que a realidade de situações vivenciadas no Brasil rebate imediatamente no plano teórico obrigando novas considerações sobre as categorias de análises da geografia, onde se faz necessário criar outros pressupostos teóricos que deem conta mais coerentemente de responder as novas perguntas articuladas que surgem como demanda da sociedade, influenciando a academia (CARLOS, 2002).

Sobre os diversos paradigmas que orientam a produção geográfica a autora ainda completa indicando que:

Há uma multiplicidade de abordagens, correntes que se justapõem e se superam, movimentos que não podem ser limitados, nem definidos claramente, tanto num momento histórico determinado quanto ao longo do processo de constituição do pensamento na história. As verdades não são absolutas, mas relativas e seus limites são sempre superados; convém não esquecer que a cada dia se descobre e inventa-se nesse domínio, abrindo perspectivas para se pensar o mundo de outro modo. Não existe, portanto, um movimento linear que vai da “ignorância ao conhecimento”. O movimento é contraditório e o caminho cheio de meandros, “um caminho que se faz a si mesmo”, no dizer de Henri Lefèbvre (CARLOS, 2002, p. 163).

Deste modo, é possível dizer que a geografia crítica passa por uma crise paradigmática ao ser pressionada para uma reflexão filosófica sobre seus métodos, objeto e objetivos, pois como apontando por Cavalcanti (2011) “deve-se considerar que as análises que enfatizam somente os processos macrossociais são insuficientes para dar conta de certas especificidades da complexa estrutura das espacialidades brasileiras, por exemplo, locais ou globais” (CAVALCANTI, 2011, p. 196). Assim como as análises de aspectos subjetivos e micro também não podem se levar por um relativismo exacerbado e ignorar os padrões históricos e sociais que as mais variadas estruturas colocam sobre nós.

### 1.3 A epistemologia feminista

Hilton Japiassu (1977) ao escrever o livro “Introdução ao pensamento epistemológico” esboça que “a epistemologia é a filosofia das ciências” (JAPIASSU, 1977, p. 25) e que não necessariamente isso faz com que a epistemologia precise se atentar aos estudos dos métodos, mas sim atentar “aos estudos críticos do princípio, das hipóteses e dos resultados” (1977, p. 25). Por isto, entende-se epistemologia como a parte da ciência que se preocupa com a origem de todo um imaginário científico disciplinar e nesse caso em especial, da geografia.

Antonio Carlos Robert de Moraes publicou um artigo em 2014 denominado “Geografia, interdisciplinaridade e metodologia” onde destaca o caráter de mutação que as ciências humanas, e dessa vez a geografia não teve como escapar desse debate, estão passando em relação a um retorno de pensamento de suas bases epistemológicas. É levantado ainda o que tem ocorrido com a geografia ao longo dos últimos quarenta anos, momento em que essa reflexão chega à teoria da geografia, onde o autor aconselha como lidar com essa amplitude de possibilidades que se abrem para a geografia:

Caberá ao leitor avaliar a coerência e a pertinência da proposta apresentada, a qual abre um amplo leque de perspectivas de pesquisa e fornece indicações de como encaminhar tais estudos. Trata-se de uma proposta de conteúdo político e ideológico explícito, que tenta não fugir das polêmicas que sua formulação envolve (...) na reflexão geográfica contemporânea (MORAES, 2014, p. 11).

Como *uma*, dentre diversas, possibilidades de análises geográficas buscamos subsídios teóricos nos estudos da epistemologia feminista, que longe de se propor a ignorar e esquecer tudo o que já foi produzido apenas atenta para uma inclusão mais próxima da realidade, ou seja, longe do sujeito masculino universal que analisa e é analisado representando um todo, quando na verdade por anos tem representado apenas uma parcela da população, a masculina.

A epistemologia feminista é um campo amplo abrangendo as mais variadas ciências, surgindo a partir da década de 1970 (TAVERES, 2009, p.1), onde se visualizava “problemas decorrentes do privilegiamento de um sujeito universal” que representava a voz da ciência, em sua narrativa e em sua produção (RAGO, 1998, p.1). A Geografia não estando exímia dessa discussão possui algumas produções que já enxergam essa necessidade, outras nem tanto, assim como possui algumas obras que apenas comentam sobre, deixando a cargo de outros/as o desenvolvimento dessa linha.

Enxergando que as mulheres “trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina” (RAGO, 1998, p.1) é que a epistemologia feminista vê a necessidade de um contra discurso hegemônico que busque produzir uma nova linguagem com códigos, práticas e imaginários que não marginalize e secundarize a mulher, pois para que isso ocorra não basta uma epistemologia crítica.

Tavares, ao estudar “Os debates epistemológicos no estudo feminista”, em 2009, apresenta que “a crítica ao carácter sexista da ciência e da academia ainda não faz parte das concepções e práticas da construção do pensamento e nem sempre a construção de uma epistemologia crítica supõe a formulação de uma epistemologia feminista” (TAVARES, 2009, p.1) reafirmando a necessidade de se atentar para uma crítica mais inclusiva de múltiplos sujeitos.

É sabido que, por meio da ciência, seja ela qual for, muitos princípios são ditos como verdades universais por cumprirem a determinado rigor científico. Contudo, em busca de trabalhos cada vez mais completos e representativos é que se opta por seguir na produção e na internalização da epistemologia feminista, linha que leva em conta como a estrutura patriarcal, ainda que não de forma isolada, é capaz de influenciar de forma dialética a relação com seus indivíduos conforme período e espaço (SILVA, ORNAT, JUNIOR, 2016, p.13).

Vale ressaltar que tal escolha é munida de conflitualidade e tensões na sua própria produção, pois é o rompimento de um elo clássico via hábitos na academia, Paul Claval (2002) ao falar das concepções atuais da geografia diria que tal fenômeno se trata de tal forma que: “os pressupostos nos quais (os conhecimentos) se baseavam estão sendo contestados por um movimento de desconstrução das bases tradicionais da ciência, em geral, e das ciências humanas, em particular” (2002, p. 11). Já Silva, Ornat e Junior (2016, p.13) indicam que “entre o saber produzido e as relações de poder que existem no que é tido como a pura geografia” há essas tensões epistemológicas e metodológicas.

Deste modo têm-se um pensamento que enxerga e (re)produz a produção científica e a própria vida acadêmica como reflexos e resultados de valores e normas estruturais que são passados conforme naturalizações e hábitos sociais de como interagir com o seu espaço. Sendo assim, não há como pensar que a produção intelectual irá escapar de traços de influência das hierarquias globais, sendo elas: patriarcal, capitalista, cristã, militar, européia, hétero normativa e branca (GROSFOGUEL, 2008, p. 122).

Ainda conforme Claval, a ciência produz um discurso cujo objetivo é “estabelecer o domínio dos adultos ocidentais brancos e de sexo masculino sobre as mulheres, crianças e as minorias étnicas” (CLAVAL, 2002, p. 11).

Em uma análise sobre os desafios da pós-graduação e a relação de acesso e produção do conhecimento como poder, Gatti (2001) escreve o quanto tem crescido, sobretudo nas duas últimas décadas, estudos que se preocupem com a temática de poder que envolve as relações sociais, indicando ainda o papel de diferenciador social que o conhecimento exerce sobre as pessoas, visto “como princípio diferenciador de pessoas e grupos humanos” (GATTI, 2001, p. 115).

Para Gatti (2001) a preocupação com a pós-graduação é crucial para quem reflete sobre o tipo de conhecimento que é produzido e legitimado em um país concluindo ainda que “o sistema de pós-graduação carece de análises quanto às suas finalidades e, portanto, quanto a qualidades relevantes a serem deles esperadas nos anos vindouros” (GATTI, 2001, p. 108). Portanto é necessário que se entenda que a publicidade do conhecimento é permeada pelas relações desiguais de poder que podem ser simbólicas, mas que também se materializam historicamente por um discurso e práticas sexistas na academia.

A preocupação do que será pautado, de quais orientações metodológicas e paradigmáticas seguir, assim como o caráter da cientificidade e legitimidade acadêmica são orientados por questões conflitivas que envolvem poder entre gêneros, idade, raça, etnia e classes diferentes, onde os pontos apresentados indicam apenas alguns exemplos entre as diversas formas de desigualdades e opressões existentes.

No Brasil, até a virada do século XX para XXI, os estudos de cunho interseccionais não apenas eram pouco debatidos nas rodas entre “feministas acadêmicas”, como também era um debate externo, vindo pronto sendo trazido e traduzido pelas publicações de autoras do Hemisfério Norte (RAGO, 1998, p.3) e principalmente de língua inglesa, tendo como referências autoras (Haraway, Monk, Scott, Massey, Hanson) que por décadas contribuíram de forma imensurável para o avanço do debate de gênero na academia, contudo, com uma visão limitante no tocante ao seu lugar de fala, sendo privilegiadas por uma epistemologia eurocêntrica que negligenciava aspectos locais e de cunho racial em suas análises.

Todavia, há de se ressaltar o necessário cuidado nessas importações intelectuais que em muito remetem a colonialidade. Câmara (2017), ao fazer apontamento para uma prática contra-hegemônica do pensar, escreve que: “descolonizar: romper com as hierarquizações que impedem nosso acesso a todo um conjunto de saberes e práticas contra-hegemônicas que resistem diária e cotidianamente nos interstícios possíveis do ordenamento ao qual somos submetidos” (CÂMARA, 2017, p. 249). Tal tema ganhará mais destaque nos capítulos subsequentes.

Em síntese, a epistemologia feminista defende as epistemologias e metodologias plurais, entendendo que não há apenas uma forma correta e situada de conhecimento. Narvaz (2006) elucida que:

As epistemologias feministas abrem-se para um campo multidisciplinar e defendem a pluralidade metodológica. A ciência positivista, considerada androcêntrica pelas epistemologias feministas, associou a objetividade à masculinidade, o que conduziu a presumir que, para ser objetivo, requer-se um distanciamento e uma separação entre razão e emoção (NARVAZ, 2006, p. 651).

Trata-se, neste trabalho, de dar sequência a uma árdua e longa trajetória que vem sendo construída na pesquisa científica visando o sentido de recuperar parte da historicidade (ausente, mas não inexistente) e das diversidades das reivindicações epistemológicas feministas.

O trabalho tenta buscar respostas para as lacunas e as incoerências do modelo epistemológico atual reconhecido e utilizado na produção da geografia, ao mesmo tempo em que já utiliza modificações aplicáveis de forma realista para que o fazer e o repassar da geografia seja mais completo, ainda que complexo, no que diz respeito a “novos conhecimentos que se popularizam gerando novas teorias” (PAULINO, 2010, p. 930). É necessário, segundo a autora, que haja uma reflexão e observação de acordo com as diferenças sociais que a estrutura tenta naturalizar, a exemplo de um “espaço do ensino superior” que representa influências machistas, racistas, misóginas, de colonialidade etc.

Como a produção científica tem por meta apropriar-se da realidade para melhor analisá-la e, posteriormente, produzir teorias, a reflexão feminista das epistemologias deve contemplar a própria produção epistemológica da geografia e a escola fluminense de geografia. A ideia que se constrói é que quanto maior a produção de estudos e conteúdos sobre tais relações desiguais científicas (retornando ao gênero, raça, idade, etnia, classe), maior será a necessidade de reflexão sobre as relações socioespaciais, indicando um processo de transformação que começa na academia e estende seus reflexos junto a sociedade.

#### 1.4 É possível uma interdisciplinaridade metodológica?

Ao iniciar a leitura sobre a possibilidade de uma diversidade metodológica a maioria dos trabalhos tinha no mínimo a educação como tema transversal. A ideia do uso de técnicas, métodos e teorias de diferentes ciências, desde que complementares, está muito ligada ao sistema ensino-aprendizagem por permitir que esse olhar da ciência se faça presente no

cotidiano. Mas também se faz presente em produções acadêmicas teóricas que reflitam sobre os paradigmas, a epistemologia e a própria filosofia metodológica da produção e desenvolvimento do conhecimento.

Indo de trabalhos com abordagem entre alunos do ensino médio a teorias e discussões filosóficas em pós-graduações, essa forma de concepção de ciência e disciplina influencia em muito na maneira que estudantes e pesquisadoras/es irão tratar seus estudos e suas produções, estando mais abertas/os ou não a interdisciplinaridade metodológica (FRIGOTTO, 2008).

Lacoste (1975) problematiza esse diálogo desde que a geografia continue se esboçando com uma “ciência de síntese”, onde “numerosos geógrafos não ocultam seu menosprezo pelas “considerações abstratas” (especialmente as dos economistas e sociólogos), vangloriando-se dele e afirmam sua predileção pelo “concreto”” (p.222). Esse por muito tempo foi e vem sendo o problema da geografia, que pouco deu atenção ao seu sentido, focando demasiadamente no seu fazer técnico.

A preocupação indicada por Lacoste (1975) vem sendo pensada nas últimas décadas e Frigotto (2008) fala de forma dialética, apresentando as vantagens (tese), as desvantagens (antítese) de diversidade metodológica apresentando o próprio fazer da diversidade metodológica como síntese.

Como vantagens indica que esse debate foi uma necessidade surgida a partir de 70, necessidade vinda das ruas, já como desvantagem apresenta a ideia como limitante, no próprio entendimento que sujeito nenhum pode dar conta de tudo, logo de almejar responder e entender a todos os pontos de análises socioespaciais, o autor conclui que “este esforço será sempre acumulativo e social” por entender que “o conhecimento humano sempre será relativo, parcial e incompleto” p.48.

Nessa perspectiva, para Moraes (2014) ao analisar o método e a geografia revela que: “cada método ao organizar o temário constrói teoricamente um objeto para o exercício de sua proposta de geografia” (MORAES, 2014, p.10). O positivismo influenciou na geografia fazendo com que a mesma visse seu objeto de forma muito quantificável por algum tempo, até que na virada dos anos 1970, com várias ciências se renovando e a geografia crítica ganhando mais espaço o objeto da geografia passava por novas interpretações.

Tal objeto se desmaterializa, tornando-se um ser heurístico, um recorte construído com o concurso da abstração, logo, não possuindo uma correspondência empírica imediata. Nessa visão renovada, pode-se considerar que o espaço emerge com objeto central em variadas propostas, substituindo a concepção empirista antes prevalecente (MORAES, 2014, p.10).



Moraes (2014), de maneira clara e objetiva, elucida que “existem teorias e posicionamentos que mesmo tendo raízes filosóficas distintas possuem possibilidades de diálogo e associação, existem outras, contudo, que são exclusivas e anulam reciprocamente seus fundamentos” (MORAES, 2014, p.10) e assumir tal posição expressa, necessariamente, seu caráter político e ideológico de forma explícita, estando sujeita as polêmicas que a formulação da diversidade metodológica apresentam por cientistas tradicionais.

Trabalhar com a perspectiva da diversidade metodológica é reconhecer avanços e contribuições teóricas e metodológicas em outras ciências sem perder o olhar geográfico que ao longo da graduação foi apresentado. Sposito (2004, p. 169) diz “o diálogo entre diferentes profissionais pode servir para o exercício da superação da divisão da ciência”.

Guerra (1998) retoma o quão intenso é o pensamento positivista em nossas vidas, que na compartimentação do conhecimento apresenta cada ciência e disciplina como isolada, transformando a ideia do mundo em um mundo compartimentando. Vale frisar novamente que isso é intencional e muito perigoso, pois a produção do saber e o próprio saber acima de tudo são poder!

Como proposta alternativa a esse modelo de ensino individualista Guerra sugere que:

Para superar essa compartimentalização, é comum propor-se um trabalho interdisciplinar na escola. A proposta interdisciplinar de ensino pode ser concretizada basicamente sobre dois aspectos. A partir de uma abordagem que privilegie a compreensão do processo de produção do conhecimento, ou, o que é mais comum, a partir de um tema gerador único que irá ser trabalhado pelas diferentes disciplinas. (GUERRA, 1998, p.33).

Dito isso enxergamos que gênero, conceito central para a execução desse trabalho, pode ser habituado nas duas abordagens apresentadas acima, por Guerra (1998), sendo um conceito chave para a compreensão de uma história invisibilizada na narrativa geográfica (e epistemológica como um todo, infelizmente), além de também contribuir como tema gerador para o diálogo da geografia com outras ciências.

Cavalcanti (2011) ao falar da interdisciplinaridade metodológica e a liberdade que a ciência passa a ter em relação à amplitude de análises que se apresentam indica que se deve ter cuidado para não ir a dois extremos, saindo de um pensamento mecanicista de teorias gerais para um pensamento subjetivista em análises micro não compreendendo a complexidade do real em ambos casos extremistas.

Para uma visão que não busque fragmentar a realidade, Cavalcanti (2011) diz que: “para essa análise, têm sido demandados conhecimentos integrados, interdisciplinares, abertos, na perspectiva da complexidade” (CAVALCANTI, 2011, p. 195) que acaba por abalar uma ciência tradicional racional, objetiva, técnica e operacional apenas.

*“Querer ser livre é também querer livrar os outros”*

*Simone De Beauvoir*

## **CAPÍTULO 02 – A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DE GÊNERO**

Atualmente, gênero é entendido como “obras culturais, modelos de comportamento (...) que se impõem ditatorialmente as pessoas em função do seu sexo” (IZQUIERDO, 1992, p.5). É compreendido como o papel que se espera de cada sujeito atribuído pela sociedade, ou seja, quando se nasce com uma vagina se espera que o papel (atributos definidos socialmente) assumido seja feminino, uma mulher, cujos olhares e frases remetem a: “menina usa rosa e brinca com panelinhas”. E quando se nasce com um pênis o papel dominador atribuído é ao masculino, homem, cujos dizeres são: “menino usa azul e brinca de bola”, o que nega toda a conotação mais recente dos avanços sobre a discussão de gênero, negação essa que surge de uma visão que é culturalmente construída, sendo desta forma, passível de transformação, que apontam para um caminho de identidade de gênero e suas múltiplas variações não binárias (homem-mulher; hétero-homo) (GUERRA, s/d).

O gênero é o “quem somos”, construído por diversas influências, como: sociais, culturais, temporais, espaciais, econômicas, midiáticas, religiosas, familiares etc. Para a parte biológica é necessária a junção de dois sexos (masculino e feminino), já para a produção social, em todas as sociedades conhecidas, essa junção se vê por meio da formação de gêneros, novamente, algo que se espera por construções de papéis, comportamentos e representações, e essa formação de gênero de acordo com a sociedade e tempo é mais variada do que convencionamos a reduzir gênero, pensando em masculino e feminino.

O imaginário sobre gênero é relativamente novo, não tendo mais que 50 anos de estudos, considerado um pensamento contemporâneo como apontam Silva (2003) e Paula (2015), ao explicarem os caminhos de luta e origem desse termo, atrelado a movimentos feministas de diversas correntes políticas na Europa e nos Estados Unidos, a partir dos anos 1970.

É nesse momento que se constrói o conceito de gênero, momento oportuno para a construção de paradigmas alternativos aqueles que já não apresentam respostas às perguntas mais básicas, fazendo com que métodos, teorias, epistemologias e filosofia sejam repensadas, a exemplo do que gênero faz na tentativa de rejeitar o viés biológico usado nas definições do que é ser “homem” e “mulher”, as análises de gênero tentam enfatizar o caráter social das distinções baseadas no sexo (ROSSINI, 1993).

Todavia, novos estudos surgidos, principalmente, na virada do século XXI nos Estados Unidos, nas áreas das humanidades e da psicologia já avançam no debate de gênero não o apresentando como cristalizado no sinônimo de feminino e masculino e sim como múltiplas formas de sexualidades (GUERRA, s/d), indicando que o mais adequado seria uma apresentação de identidade de gênero.

O estudo de gênero está com sua própria conceituação sendo construída e pode ser usado em diversas ciências, contudo, antes de tornar-se uma análise científica, a sua formação no imaginário social está atrelada ao patriarcalismo, que, por sua vez, remonta ao aparecimento da família patriarcal (MORGANTE; NADER, 2014), pautada na tríade pai-mãe-filhos e com o pensamento binário, reduzindo e enquadrando-o em papéis masculinos e femininos.

Inicialmente a organização familiar era pautada no comunismo primitivo, modo de organização sem a propriedade privada onde os meios de produção (terra e algumas ferramentas) eram organizadas coletivamente, sendo um período coincidente com as ditas sociedades matriarcais, em que a organização era colocada de forma coletiva e igualitária, sem a distinção entre os sexos, entretanto, com o surgimento do patriarcado há uma ruptura com o coletivismo, contribuindo para a individualização do trabalho e dos meios de produção (ENGELS, 1884).

Com a individualização do trabalho o excedente passou a não ser mais de todos, ocasionando uma revolução na forma de organização social, que do matriarcado coletivo passou ao patriarcado individual (ENGELS, 1884), onde a organização familiar parte da visão do pai que tem como primeira “mercadoria” e apropriação a mulher enquanto progenitora “particular” através do matrimônio, pois só assim será possível deixar a herança acumulada pelo excedente, que inicialmente não tratava-se de capital, mas da alimentação gerada pela agricultura das famílias já fixadas.

Desde então os homens estão em uma posição de destaque, pois são ligados ao trabalho de produção (valor de troca), que, por sua vez, atualmente representa o capital, enquanto as mulheres estão ligadas ao trabalho doméstico (valor de uso), não valorizado.

Kergoat (2003) em um texto sobre a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo indica dois princípios organizativos da divisão social do trabalho, sendo: o princípio de separação e o princípio de hierarquização, onde respectivamente trata-se de distinguir “trabalhos de homens” e “trabalhos de mulheres” e hierarquizar um trabalho feito por um homem atribuindo mais valor e reconhecimento, a exemplo das desigualdades salariais entre homens e mulheres que exercem a mesma profissão e do que pretendemos mostrar através da desigualdade existente entre a publicação de trabalhos escritos por homens e mulheres.

A autora também aponta o caráter histórico e dialético da divisão sexual do trabalho ao escrever que:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc) (KERGOAT, 2003, P. 55- 56).

Saffioti (2013) amplia esse privilégio a um padrão de homens brancos ao falar do ponto de vista da aparência expondo que:

Não é a estrutura de classes que limita a atualização das potencialidades humanas, mas, ao contrário, a ausência de potencialidades de determinadas categoria sociais que dificulta e mesmo impede a realização plena da ordem social competitiva (SAFFIOTI, 2013, p. 59).

Entendemos essa “ausência de potencialidades” como fruto de um desenvolvimento histórico de questões que não podem ser vistas de formas isoladas, a exemplo de categorias de análise como classe, gênero, raça, local de fala, que isoladamente apresentam resultados fragmentados de uma complexa rede de relações de influencias estruturais, indo de acordo com a autora ao escrever que: “a tradição de submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos não podem, contudo, ser vistas isoladamente” (SAFFIOTI, 2013, p. 63).

Morgante e Nader, em 2014, de forma ampla, apresentam o patriarcado, uma das facetas históricas de hierarquia entre homens e mulheres, de modo a entendê-lo:

Enquanto um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres. Permite visualizar que a dominação não está presente somente na esfera familiar, tampouco apenas no âmbito trabalhista, ou na mídia ou na política. O patriarcalismo compõe a dinâmica social como um todo, estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais (MORGANTE; NADER, 2014, p. 3).

No campo geográfico temos Izquierdo (1992) que aborda o espaço social do gênero, analisando a divisão sexual do trabalho. O trabalho de Izquierdo (1992) nos aponta que essa dinâmica resulta em dois espaços distintos: 1) Esfera da sobrevivência: doméstico – gênero feminino; 2) Esfera da transcendência: pública – gênero masculino.

A divisão sexual do trabalho não cria a desigualdade de gêneros, ela advém de uma desigual divisão sexual da sociedade (diferença entre trabalho de produção e reprodução biológica e social). É necessária uma desconstrução e luta diária contra a naturalização de questões como essa que escondem preconceitos e estereótipos de gênero, ponto que talvez possa ser essencial para se entender porque o número de publicações científicas das mulheres, na geografia, é metade se comparado aos dos homens.

Biroli, recentemente ao escrever um livro sobre “Gênero e Desigualdades – limites da democracia no Brasil” ao focar em um dos capítulos sua análise sobre a divisão sexual do trabalho explana que “sua problematização permite questionar categorias e métodos que aprendemos a considerar neutros” (BIROLI, 2018, p. 25), essa neutralidade científica, que, diga-se de passagem, nunca existiu contribui para uma cegueira interseccional que atravessa a materialidade e o simbolismo das relações sociais.

Para a autora o problema não seria o da “diferença” entre homens e mulheres, entre brancos e não brancos, entre jovens e idosos e sim o problema do “privilegio” que se dá em uma sociedade sexista, racista, classista, (BIROLI, 2018) homofóbica etc. São diferenças que na prática transformam-se em privilégios e desvantagens, não sendo “apenas uma questão identitária” e de perfumaria acadêmica, e sim uma diferença que se dá em posições distintas em uma sociedade hierarquizada por diversos aspectos.

O mesmo é apontado por Safiotti (2013) ao dizer que tais desvantagens e privilégios (raça, classe, gênero, etnia, geração) não devem ser vistos como mecanismos autônomos e sim como mecanismos coadjuvantes para/de uma reprodução histórica e sistêmica de privilégios de uns em detrimento de outros, em especial de outras. Todavia, vale ressaltar, assim como Biroli (2018) aponta, que uma análise profunda e preocupada com a realidade não pode generalizar tais questões, pois homens, mulheres, ricos, pobres, latino americanos, europeus, dentre outros, não são nunca um grupo homogêneo, as desvantagens e os privilégios sociais não são vividos da mesma maneira por todas/os.

Ciampa (1990, p.12) nos diz que “existe, portanto, uma expectativa de que as pessoas devem agir de acordo com suas predicções e ser tratadas como tal”, isso se dá através de hábitos e ritos sociais geracionais para a (re)produção social do que se espera de determinados papéis como o de gênero e raça, e, neste trabalho, gênero será a categoria principal de análise,

interpretado como uma infeliz herança patriarcal, que para ser ultrapassada requer mudanças estruturais na cultura, economia, política e no próprio imaginário social, que também é reproduzido na academia.

## 2.1 Gênero como mobilizações sociais no Brasil de 1830 ao Brasil contemporâneo

Empregando gênero como ideia da diferença hierárquica histórica entre mulheres e homens é que esse capítulo se desdobra em um rápido apanhado sobre o surgimento da *práxis* feminista brasileira, também conhecido como as ondas do feminismo. Que no seu início, antes mesmo do pensamento teórico acadêmico sobre, se fazia na prática de mobilizações sociais em detrimento das desigualdades patriarcais de gênero.

Duarte (2003) ao realizar uma pesquisa sobre feminismo e literatura no Brasil apresenta uma imensa escassez de textos produzidos e publicizados até o século XX, contudo, concordando com a autora, a história das mulheres é bem anterior a isso, não estando presente em narrativas mais antigas mesmo sendo existente.

Mas se a história do feminismo não é muito conhecida, deve-se também ao fato de ser pouco contada. A bibliografia, além de limitada, costuma abordar fragmentariamente os anos de 1930 e a luta pelo voto, ou os anos de 1970 e as conquistas mais recentes (DUARTE, 2003, p. 2).

Segundo a autora mencionada é possível identificar quatro grandes marcos nos movimentos sociais iniciados pelas mulheres no Brasil. Esses movimentos buscaram romper algumas amarras patriarcais, por mais que ainda não houvesse a noção de feminismo, e muito menos de gênero, cujas pautas eram ter acesso à educação, por exemplo, no século XIX (ZINANI, 2012).

De forma resumida os quatro marcos históricos de mobilizações sociais das mulheres e em prol das mulheres no Brasil estão apresentados na figura 4 (abaixo) de acordo com a principal pauta do período histórico em questão.

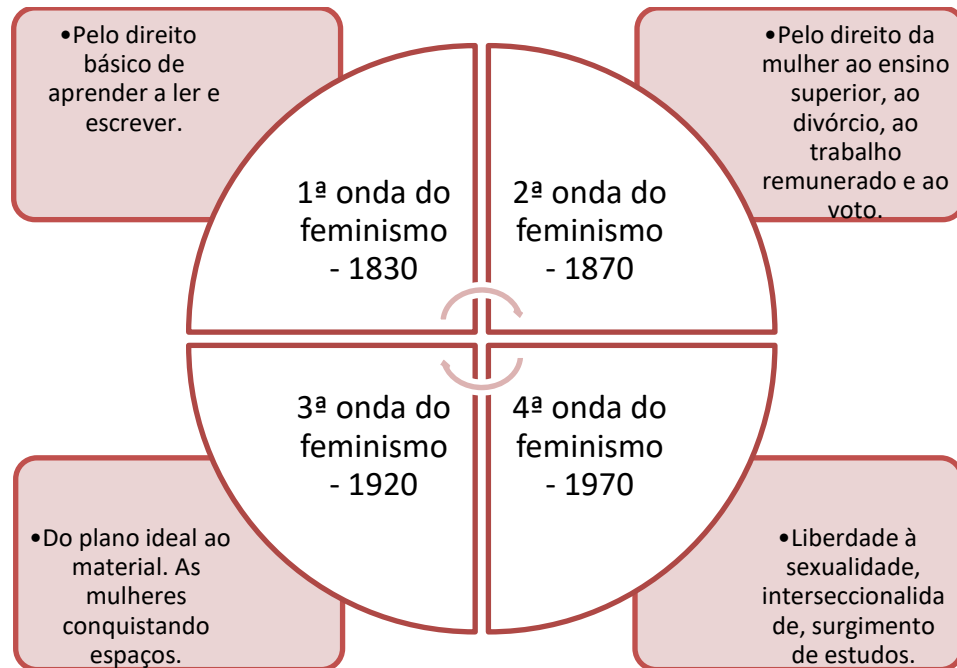


Figura 7: Síntese das ondas do feminismo no Brasil de 1830 a 2000, de acordo com Duarte (2003).  
Organizado por: Cíntia Lisboa, 2019

Talvez como resquício dessa fraca narrativa histórica que existe sobre as mulheres até o século XX, muitos trabalhos e diversas análises consideram como as primeiras grandes mobilizações das mulheres, atribuindo à primeira onda do feminismo, as movimentações do início desse século, mais precisamente a partir da década de 1920. Do mesmo modo, que em macro escala, consideram o movimento sufragista surgido na década de 1970, como a segunda onda, já ligado a questões dos direitos das mulheres, seja o direito ao voto, ao divórcio, ao direito sobre seu corpo etc.

Entretanto, vale reconhecer, e assim se deu a proposta desse sub capítulo, que a história da luta das mulheres é variada conforme país e tempo tendo cada um a sua particularidade, seja em respeito as demandas iniciais ou ao momento histórico em que as lutas aconteceram. Os marcos gerais considerados como primeira onda e segunda onda se dão em escala internacional tendendo a uma homogeneização dos fatos e das narrativas pautadas, sobretudo pelo feminismo branco.

Como característica dialética, longe de algo cristalizado o próprio conceito de gênero passa por transformações na academia e na sua utilização atrelada aos movimentos sociais. Exemplo disso são os movimento não binários que surgem com força a partir da virada do século XX para XXI e com um aspecto antagonico a proposta binária e individualista do positivismo apresenta, por meio do resultado da identidade de gênero, uma pluralidade de “gêneros” pra além do feminino e masculino e um aspecto comum de interdisciplinaridade em



sua análise, novamente oposto ao positivismo que aprofundou as análises cada vez mais disciplinares da ciência.

Os anos 2000 têm como destaques ligados as mobilizações além das várias vertentes do movimento feminista, movimentos de reconhecimento identitário que buscam sua própria auto definição, a exemplo da Rede Internacional pela Despatologização Trans surgida em 2012 (JESUS, 2012, p. 2), a Marcha das Margaridas, A marcha das Vadias (ambas marchas com várias edições), Movimento de Mulheres Negras, Redes Latino Americanas de Estudos de Gênero, entre outros.

Com uma contribuição que busca uma práxis da não afirmação homogênea entre nós, a sociedade, os movimentos identitários e as mobilizações de caráter próprio, a exemplo das já citadas, contribuem para a aceitação e o pensar que seja mais inclusivo, aceitando particularidades e subjetividades no cotidiano e na academia.

Como consequência teórica o próprio conceito de gênero antes de se firmar nos seus primeiros anos de desenvolvimento já entra no bojo das reflexões filosóficas que os diversos métodos e paradigmas das ciências humanas têm passado há cerca de 50 anos.

## 2.2. Gênero e a teoria interseccional

Ganhando reconhecimento e força enquanto categoria de análise, o conceito de interseccionalidade, a partir de 1970, ganha destaque em produções internacionais acadêmicas e ganha notoriedade para fora das universidades, com movimentos sociais que começavam a se articular em redes emergentes, conforme o estudo de Scherer-Warren (2006).

O surgimento dessas redes associadas à questão de gênero está ligado a possibilidade de uma agenda de luta que tem como elemento norteador “uma face multi-identitária de um feminismo em movimento, latino americano e mundial” contribuindo, assim, amplamente, para o “alargamento da concepção de direitos humanos e a ampliação da base das mobilizações” (SHERER-WARREN, 2006, p. 117-118).

Contudo, a ideia original para o que hoje se entende de interseccionalidade já foi cunhada por mulheres como Sojourner Truth, Anna Julia Cooper e Maria Stewart no século XIX, na qual pontuavam questões específicas e diferenciais, por exemplo, a luta pela abolição, a luta social, principalmente nos EUA, conforme apresenta Machado (2016).

Tendo como construção de pensamento um viés para a diferença racial, com o feminismo acadêmico de 1970, a interseccionalidade é trazida a tona de forma mais ampla, abrangendo

com ênfase o pensamento das diferenças, em que o mito de sujeitos universais representa mais uma crise de paradigmas hegemônicos.

A referida autora trabalha a diferença entre múltiplas/os agentes sociais, cuja interseccionalidade se firma na tríade principal de: gênero-raça-classe. Todavia seus estudos abarcam outras categorias, a exemplo da: etnicidade, religiosidade, geração, nacionalidade, sexualidade, entre outros, passíveis de serem enxergados como “sistemas de dominações múltiplas” (BIROLI, 2015, p. 47).

A autora enfatiza que essa relação será complexa, pois:

Identifica não uma simples sobreposição entre padrões de dominação independentes, mas um entrelaçamento complexo, o que faz com que qualquer interpretação aprofundada do mundo social e qualquer projeto emancipatório consequente precise incorporar simultaneamente os três eixos (BIROLI, 2015, p. 28).

Como base para um pensamento interseccional e da diferença, muitas autoras feministas trabalham com a ideia de dissolução do sujeito universal, seja na ciência com sua prática e linguagem sexista e racista, seja em estudos mais específicos, como os de gênero que apresentam a sujeita (universal) por meio do pensamento de um feminismo branco, que tem demandas específicas.

Desta forma, Machado (2016) indica que os estudos interseccionais “valorizam a linguagem e o discurso como práticas que produzem as instituições e os próprios sujeitos históricos e culturais” (MACHADO, p. 52, 2016) enxergando a produção do saber como fonte de poder.

Biroli (2015) ao interpretar Collins<sup>9</sup> (2015) diz que a autora apresenta os estudos de interseccionalidade pautado em três grandes “áreas”, conforme figura 05, sendo:

---

<sup>9</sup>COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, n. 41, p. 1-20, 2015.

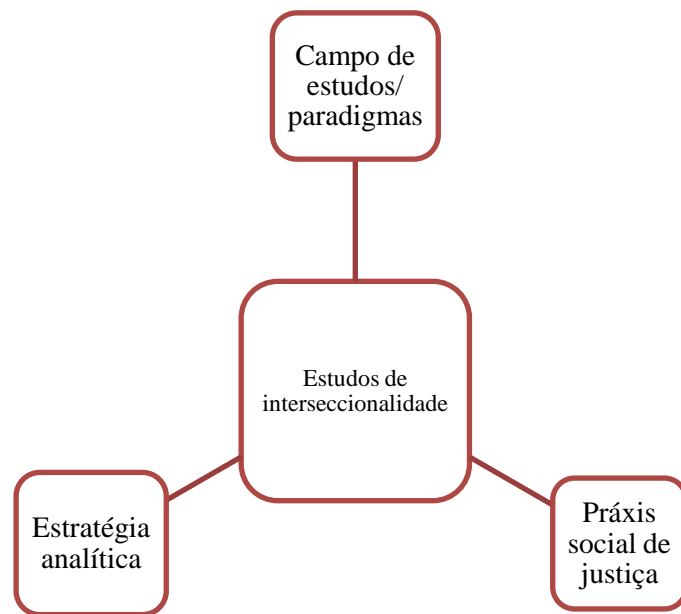


Figura 8: Grande área de utilização dos estudos interseccionais, conforme Collins (2015) interpretado por Biroli (2015).  
Organizado por: Cíntia Lisboa, 2019

Buscando um discurso permeado de novas práticas metodológicas, conceituais e de linguagem mais representativas do real, abarcando algumas diferenças essenciais para o entendimento da relação entre agentes sociais e seu espaço, é que diálogos entre interseccionalidade e geografia surgiram via pesquisadoras/es que se preocupassem com tais questões.

Souza (2017), ao escrever “Por uma Geografia Social, além da Humana”, apresenta a Geografia do Oprimido tendo uma “função”. Para a autora, tratam-se de alusões a paradigmas, a análise de indivíduos (que minimamente sobrevivem em redes e pertencem à coletividade), além de interferir na práxis social, almejando uma ciência geográfica mais preocupada com as diferenças sociais senão também espaciais.

Para Souza (2017), tais indagações levam a inúmeras preocupações:

Em relação à para quem estamos fazendo Geografia, e como a mesma está penetrando na sociedade. As minorias sociais estão sendo abrangidas por ela? As problemáticas sociais estão sendo trabalhadas de forma efetiva na Geografia? A Geografia tem refletido a sociedade? (SOUZA, 2017, p. 3).

É fundamental que a geografia se debruce a estudos sobre categorias marginalizadas, como estudos sobre mulheres, estudos raciais, estudos de sexualidade, geração, entre outros que são inclusos em categorias que se apresentam como universais, mas não representam boa

parte da sociedade. Como já apresentado, não se trata de adição de desigualdades, mas um complexo emaranhado de influências estruturais sobre o mesmo ser, por exemplo, “as desigualdades que se verificam entre as próprias mulheres, isto é, as desigualdades e as diferenças que existem no próprio gênero feminino” é como BRANCO (2008, p. 109) apresenta a interseccionalidade associada aos estudos de gênero.

Outra importante observação também é feita quando a mesma autora apresenta que as diversas categorias variam dialeticamente, tendo necessidade de se atentar a esse cuidado nos estudos, pois “dependendo do contexto, determinado indivíduo pode ser um opressor, um oprimido ou, simultaneamente, opressor/oprimido” (BRANCO, 2008, p.110).

Já explanamos sobre o que entendemos por gênero, onde nossa visão é mais ampla do que o senso comum costuma designar como feminino e masculino e por um recorte de gênero e as lutas sociais no Brasil resolvemos apontar o conceito interseccional como um conceito chave, que abrange, assim como gênero, uma amplitude de caminhos a serem analisados, os ditos “conceitos interseccionais” sendo: raça, classe, gênero, geração, religião, etnia, sexualidade etc.

No próximo sub capítulo pretendemos fazer um breve apanhado sobre como o gênero e esta diversidade de enfoques possíveis é pautado e estudado hoje na academia, atentando ainda para um diálogo com uma preocupação com a colonialidade existente na (re)produção de tal temática.

### 2.3. A influência do conceito de gênero na academia brasileira

Haraway (1995), ao escrever sobre os “Saberes Localizados”, nos leva a refletir sobre a tensão que há na inserção de temáticas como gênero na ciência, e pode-se pensar nas interseccionais também, que são, por sua vez, impregnadas de conflitualidade no âmbito acadêmico, por ter como ciência hegemônica e reconhecida, pensamentos que reproduzem hierarquias e opressões sociais, sexistas, classistas e racistas.

A autora distingue a ciência “deles” e a ciência “nossa”, em que:

Nós, as feministas nos debates sobre ciência e tecnologia, somos os "grupos de interesse especial" da era Reagan no âmbito rarefeito da epistemologia, no qual o que tradicionalmente tem vigência como saber é policiado por filósofos que codificam as leis canônicas do conhecimento. (HARAWAY, 1995, p. 08).

Esse tema precisa de um recorte espacial por se apresentar de formas distintas, conforme período e localização, tendo em vista que os direitos das mulheres são variáveis por serem resultantes de uma relação de poder e interesses de classes e categorias distintas, que em grande parte coloca a mulher em um lugar secundário. Heleieth (2013), ao escrever sobre a mulher na sociedade de classes, apresenta que o direito da mulher está atrelado a conjuntura política, pois:

A sociedade, enquanto sociedade capitalista exige, não de modo uniforme e institucionalizado, mas periodicamente, certos trabalhos femininos e, constantemente, certos outros, embora de reduzido prestígio (HELEIETH, 2013 p.70).

Este subcapítulo tomará como base o recorte do Brasil, identificando dois principais momentos de influências que terá o efeito de gênero na academia e na *práxis* social, em que num primeiro momento a reflexão será pautada teoricamente e com relação à luta contra a ditadura militar a partir de 1964, enquanto o segundo momento se dá pós 1980, já com a efetivação de diversas políticas públicas, oriundas por pressões de movimentos sociais e acadêmicos.

Cynthia Sarti (2004), ao pensar sobre as mudanças que o feminismo prático e teórico causou, não separa *a priori*, as diferentes manifestações, indicando ser um impacto de transformações profundas para a sociedade daquele momento, onde: “causou impacto tanto no plano das instituições sociais e políticas, como nos costumes e hábitos cotidianos, ao ampliar definitivamente o espaço de atuação pública da mulher, com repercussões em toda a sociedade brasileira” (SARTI, 2004, p. 36).

Sarti (2004) prossegue indicando que o feminismo brasileiro já nasce com um caráter radical no sentido de indicar mudanças por ter se forjado nos “anos de chumbo” da ditadura militar, característica que nos anos seguintes será levada também para o feminismo acadêmico que seguia no movimento da segunda onda do feminismo internacional pós 1970.

Tendo uma intersecção grande de palavras de ordem levadas à rua, essa intersecção de pensamentos também é vista no meio científico no qual “o enfoque acadêmico sobre relações de gênero remonta aos estudos feministas da década de 1960, que procuraram denunciar a segregação política, econômica e social em relação à mulher” (SABOYA, 2013, p.1).

De tal modo que ao irem às ruas, as mulheres não clamavam apenas pelo fim da ditadura, mas pela democracia, pelo exercício pleno de direito ao voto, pela emancipação da tutela

masculina, coisa que só aconteceu na Constituição de 1988. E ao ocuparem novos espaços, a exemplo da própria rua, da militância e posteriormente da academia, suas produções acadêmicas terão influências dessas múltiplas pautas, contribuindo para o pensamento interseccional no Brasil.

De maneira dialética, ao mesmo tempo em que os movimentos sociais influenciavam a academia, os conceitos também influenciavam os movimentos. Há, portanto, uma dialética e um diálogo entre a sociedade e a academia que reflete no enriquecimento de análises que de forma interdisciplinar se formam no bojo da segunda onda internacional do movimento feminista, como indicado no capítulo anterior.

Além da influência de feministas “classistas” (em torno da luta contra a ditadura) havia também uma forte influência de feministas norte-americanas que já pautavam questões mais subjetivas, sendo vivenciadas pelas brasileiras no momento em que elas começavam a “comportar-se como homens”, pegando em armas, indo a sindicatos, se organizando em partidos e tendo êxito nessas atividades, o que contribuiu para o desenvolvimento de pautas ligadas a condição objetiva da mulher naquele período, assim como a reflexão de suas relações interpessoais também (SARTI, 2004).

Mudanças efetivas começaram a acontecer a partir da segunda metade da década de 1975 em diante, de acordo com Otto (2004), a exemplo:

- 1) Ano Internacional da Mulher, em 1975, decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU);
- 2) Evento organizado no Rio de Janeiro sob o título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira” em comemoração ao ano internacional da mulher;
- 3) Criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (1975).
- 4) Movimento feminino pela Anistia (1975);
- 5) Criação de diversos “movimentos de mulheres” nas cidades e universidades mais efervescentes do período;

Nos anos de 1980, diante da efetivação de algumas demandas como a lei do divórcio aprovada em 1977, que permitiu a mulher direito a escolha de continuar ou não o seu matrimônio, a promulgação de uma lei em 1979 que permitia as mulheres praticarem qualquer esporte, e não apenas “esporte de mulher”, entre outros direitos e o fato da mulher passa a ser considerada agente político, principalmente com o fim da ditadura militar em 1985. Todavia, no início da década de 1980, dois fatores importantes influem sobre a necessidade de novas agendas, a exemplo da redemocratização social e da crise fiscal (FARAH, 2004).

Como a necessidade “de implementar mudanças não apenas no regime político mas também no nível do Estado em ação, de forma a superar características críticas do padrão de intervenção estatal característico do período anterior” (FARAH, 2004, p.50) é que há uma abertura de diálogos entre os agentes sociais civis e as instituições.

Neste momento diversos setores do movimento feminista enxergam a oportunidade de reivindicarem por dentro das esferas, transformando diversos movimentos de mulheres em ONG's para que pudessem participar enquanto sociedade civil organizada sem carregar o “estigma de ser feminista”.

A participação de fato deu certo, sendo levada a cabo a exigência de direitos mínimos que os estudos de anos anteriores já vinham mapeando, como a necessidade de creches públicas, restaurantes populares e o direito de fala a voz da mulher.

É a partir da década de 1980, que surgem, segundo Farah (2004):

- 1) Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, na cidade de São Paulo;
- 2) Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983, em âmbito nacional;
- 3) 1ª Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em 1985, no Estado de São Paulo;
- 4) Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça, em 1985;
- 5) Alteração da condição da mulher na Constituição Federal de 1988, que extinguiu a tutela masculina na sociedade conjugal. Antes dessa alteração o tratamento entre sexos era bem distinto, cabendo ao homem o papel de representação social e judicial, nesse momento as atividades e o papel “significativo a cada gênero” eram mais acentuados (o que chega a ser um absurdo, se pararmos pra pensar o quanto esses papéis atribuídos por gênero já são problemáticos hoje!). A proposta da Constituição de 1988 preza pela igualdade: racial, entre os sexos, de credos religiosos, trabalhista etc.

Nenhum direito, principalmente se tratando dos/as agentes marginalizados/as que vem sendo tratados/as ao longo deste trabalho, vieram de forma gratuita. Muitos direitos foram conquistados à base de muita luta e em alguns casos até de vidas. A própria possibilidade de escrita desta monografia é resultado histórico das lutas e estigmas que diversas mulheres ancestrais precisaram passar para ter direito a educação, a cursar o ensino superior, a entrar em uma Universidade como professora, a poder ser pesquisadora e por meio de uma resistência acadêmica contribuir com reflexões que buscam romper paradigmas de sujeitos universais, questão que é basilar para o desenvolvimento deste trabalho.

Biroli (2018) por um texto intitulado de “feminismo e atuação política” indica que é possível sustentar os argumentos sobre as desigualdades de gêneros e suas implicações para a visibilidade ou não de mulheres em determinados espaços, e neste trabalho buscamos a visibilidade da mulher na academia geográfica, “a partir do conjunto amplo e heterogêneo de estudos que temos hoje a disposição, que obstáculos materiais, simbólicos e institucionais erigem barreiras que dificultam a atuação das mulheres e alimentam circuito de exclusão” (BIROLI, 2018, p. 172) através de uma divisão sexual do trabalho.

O intuito deste capítulo que se encerra foi o de fazer um apanhado geral e breve da inserção de gênero na academia brasileira, o que perpassa pela luta dos movimentos sociais na época da ditadura e os movimentos posteriores feministas e identitários. Outro ponto importante foram os direitos conquistados que, em grande parte, vieram por leis e políticas públicas mapeadas e apresentadas por militantes feministas que ao entrarem na academia, espaço que na primeira metade do século XX ainda era frequentado em sua maioria por homens, influenciaram mentes e corações com uma teoria mais inclusiva para múltiplos/as sujeitos/as.



*Por que a ciência nos é inútil?  
Porque somos excluídas dos encargos públicos.  
E por que somos excluídas dos cargos públicos?  
Porque não temos ciência.*

*Nísia Floresta*

### **CAPÍTULO 03 - HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO**

Japiassu, em 1977, defende que é por meio da história das ciências que entendemos os saberes históricos e como os mesmos se apresentam na atualidade, sendo assim se tornam identificáveis os valores, as atitudes, as noções e os métodos utilizados que perpassaram a ciência conforme o seu tempo.

É por meio de uma epistemologia associada às diversas disciplinas que podemos interpretar os conhecimentos passados historicamente, posicionando-os como reflexão sobre as ciências, sobre o que fazem, como se constroem e, principalmente, quais os motivos, interesses e contextos do pensamento científico. Essas características são responsáveis pela ampliação da ciência e seus possíveis desdobramentos. Para Francelin (2004), ao debater a ciência, argumenta que “o pensamento científico não se forma nem se transforma apenas pelo experimento, pelo contrário, anterior à práxis científica estão à ideia, o pensamento, o “conhecimento do conhecimento”, a filosofia da ciência, que trazem à tona as discussões em torno da epistemologia, dos paradigmas, da ética, da moral e da política” (FRANCELIN, 2004, p.27).

Calvacanti; Viadana, em 2010, escrevem sobre os fundamentos históricos da geografia e as contribuições do pensamento filosófico na Grécia Antiga e afirmam que desde o século XVIII, com a institucionalização da geografia como disciplina científica até os presentes dias, há uma grande quantidade de conhecimento e instrumentos técnicos variados sendo pensados, a produção do conhecimento geográfico não se deu apenas nos anos de institucionalização, esse conhecimento é dialético e constante. O que nos faz crer que o conhecimento é uma produção contínua, logo as mudanças fazem parte de si. É sempre um devir.

Entender o processo de formação contínua do conhecimento é essencial para nossa compreensão a cerca da temática que propomos nesse trabalho, pois parte da teoria em que nos ancoramos é subsidiada por um pensamento contra hegemônico, em relação a métodos, a definição entre sujeito x objeto, a paradigmas que orientam a geografia e em relação a muitos clássicos geográficos, o que de certa forma torna “esse rompimento” ousado, sobretudo se

tratando em nível de graduação o que nos leva a percorrer outros caminhos que não o apresentado através da ementa curricular clássica do curso de bacharel em geografia.

Martins (2005), afirma que, ao se pensar em produzir ciência, é imprescindível que “não deve permanecer somente na descrição, mas deve ir além, oferecendo explicações e discutindo cada contribuição dentro de seu contexto científico” (MARTINS, 2005, p. 306). Essa característica, em linhas gerais, já foi superada em relação a sua forma acrítica na geografia, mesmo que parte das temáticas ministradas na grade curricular comum nacional ainda tenham heranças de uma geografia clássica regional ligada à escola francesa onde a questão da descrição e comparação são evidentes. Observamos que a escola francesa e a descrição em si não são os problemas, mas sim a sua forma principal de entendimento do mundo separado em regiões, onde a descrição seria apenas para diferenciação de áreas, como se as diferenças fossem dadas naturalmente ignorando a relação sociedade x natureza.

Com a geografia crítica, a partir da segunda metade do século XX, ideias de explicações da relação sociedade e natureza já passam a serem aceitas amplamente, tornando-se, de certo modo, consolidadas na geografia, contudo, vale ressaltar que alguns outros autores já buscavam trabalhar essa relação, porém, em um paradigma centrado na descrição suas propostas não tinham força. Essa corrente de pensamento é associada à geografia marxista iniciada por Yves Lacoste, na década de 1960, na Europa, pautada no estruturalismo e na relação capital x trabalho.

As duas linhas de pensamento mostradas acima correspondem a momentos distintos ocorridos na construção da institucionalização e do pensamento geográfico, o que vai de acordo ao ponto defendido, como dito anteriormente, que enxerga as ciências sendo feitas por sua capacidade de transformação, conforme tempo e espaço. Segundo Cardoso (1972), “para que possamos falar do conhecimento científico como verdade, temos que salientar seu caráter transitório e histórico, além de não esquecer a ligação forte existente entre a sua história e a sua atualidade” (CARDOSO, 1972, p.6).

Pensar ciência e, sobretudo, pensar a sua história é estar aberta a possibilidade de considerar a incorporação do novo como demanda surgida das suas próprias problemáticas, aqui podemos relacionar a dificuldade da incorporação e da aceitação da temática de/sobre gênero como categoria de análise e descrição na geografia. Godoy (2010), ao publicar sobre a História do Pensamento Geográfico, indica que “embora sua relevância seja reconhecida entre os geógrafos, existem poucos estudos dedicados aos problemas enfrentados pela geografia em sua trajetória científica, histórica e social” (GODOY, 2010, p.7).

Ao continuar a leitura sobre o trabalho de Godoy (2010) pode-se atribuir a esses “problemas enfrentados pela geografia” questões ligadas a sua metodologia, a epistemologia, a sua definição de objeto, ao significado e uso de conceitos, entre outras questões. De certa forma, tomando não as ideias da ciência como fatos de orientação epistemológica, mas a epistemologia passada como fatos derivados de ideias (JAPIASSU, 1977) é que se enxerga a história do pensamento geográfico, assim como da ciência como um todo, como um discurso hegemônico passado historicamente que possui “problemas a serem enfrentados” (SILVA, ORNAT, JUNIOR, 2016, p. 13).

É nesse sentido que Silva (2009), ao falar sobre essa história de pensamento geográfico hegemônico, inclui em sua análise a característica espacial do local de fala:

Ao estudarmos a história do pensamento geográfico, é preciso deixar claro, estamos absorvendo o discurso da ciência moderna, produzida por homens brancos, europeus e ocidentais. Assim, não é de estranhar que os conteúdos, métodos e personagens da história do pensamento geográfico expressem a versão do poder hegemônico (SILVA, 2009, p.6).

Não trata-se de estudar o passado com a visão e pensamento apenas do presente, assim como deslegitimar e não reconhecer a importância de clássicas formas de se produzir e pensar a ciência geográfica, mas de reconhecer que é mais do que chegado o momento de se permitir novas contribuições que só tem a agregar em um conhecimento já existente.

Não se tratando de uma profunda reinterpretação da trajetória científica geográfica, mas de iniciar o debate e análise do discurso que existe nessa trajetória e está cheio de conflitos e tensões entre o saber produzido e as relações de poder que existem no que é tido como a “pura geografia”, que, segundo Silva, Ornat e Junior (2016), existe a necessidade de se reconhecer a intencionalidade do que se propõem por esse discurso. No caso da trajetória geográfica, sua história é marcada por um viés sexista em sua produção, o que afasta, ainda hoje, uma gama de potenciais geógrafas que tem muita dificuldade em se legitimar na produção geográfica.

### 3.1 Geografia e o estruturalismo

Considerando que nós, enquanto sociedade, somos transpassados por reflexo de variadas estruturas, como estrutura econômica, de parentesco, de padrões de gênero, científica e

daquilo que é repleto de simbologias que são transportadas via hábitos é que se pensa em como isso afetará a nossa forma de organização da sociedade. (WACQUANT, 2004).

Para Wacquant (2004), ao retratar a relação entre a ciência e o método do estruturalismo, afirma que o “habitus” é o “modo como à sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados” (WACQUANT, 2004, p.36), ou seja, se enxerga a sociedade como transpassada historicamente por influências estruturais, o que não quer dizer que isso seja uma mão única e que não hajam sujeitos que procurem resistir e desconstruir tais influências.

Piaget, em seu livro intitulado “o estruturalismo”, 2003, desenvolve o conceito de estrutura como:

Em uma primeira aproximação, uma estrutura é um sistema de transformações que comporta leis enquanto sistema (por oposição às propriedades dos elementos) e que se conserva ou se enriquece pelo próprio jogo de suas transformações, sem que estas conduzam para fora de suas fronteiras ou façam apelo a elementos exteriores. Em resumo, uma estrutura compreende os caracteres de totalidade, de transformações e de auto regulação (PIAGET, 2003, p, 7).

Ao falar do estruturalismo científico, Piaget (2003,) complementa a estrutura “como fenômenos que podem ser observados sistemicamente através do tempo” (PIAGET, 2003, p. 8). O que retorna ao pensamento que enxerga como fato fundamental para o entendimento da história das ciências e seu contexto atual a sua incorporação de intencionalidades na sua formulação e relações de poder vistas também pelos métodos.

Quando o estruturalismo rompe as fronteiras francesas e chega ao modo de pensar ocidental se tem como resultado um debate e uma busca pela interdisciplinaridade (mesmo que apenas sobre alguns pontos e poucas ciências) que, de alguma forma, incentivava os intelectuais na busca de novas reformulações em que o estruturalismo também pudesse ser um dos pilares para o conhecimento científico explicando, sobretudo as desigualdades econômicas. Deste modo, o estruturalismo foi tornado hegemônico na academia, sendo portador de uma forma de pensar que é vista com aceitação e prestígio dentro das ciências humanas.

A geografia brasileira crítica, conhecida também como geografia estruturalista, que ganhou notoriedade no final dos anos de 1970, com a influencia direta do estruturalismo francês, buscou respostas a uma geografia que levasse em consideração questões políticas de

níveis sistêmicos, principalmente se tratando da estrutura econômica, marcada pelo capitalismo.

Segundo Moreira (2000) essa reformulação por influências externas de cunho filosófico e estrutural econômico fez com que “desde 1978, nominadamente, o pensamento geográfico brasileiro passasse por um processo interno de questionamento, renovação discursiva e intenso debate” (MOREIRA, 2000, p. 28).

Ainda, conforme Moreira (2000), a geografia passa a considerar o espaço como fruto de uma categoria estrutural, “apresentando-o como a categoria que comanda a reprodução da estrutura global da sociedade, a partir da reprodução das relações de produção” (MOREIRA, 2000, p.31). Neste momento, tem-se uma geografia crítica banhada no viés estruturalista que, apesar de ganhar mentes e corações, rapidamente sofre críticas por estar muito ligada a estrutura econômica e negligenciar demandas colocadas em torno dos sujeitos, questão que já vinha ganhando espaço em outras ciências humanas, além de ignorar as questões do ambiente físico não se permitindo a muitos diálogos com a geografia clássica teórica.

Para Rui Erthal (2003) “é certo que a corrente marxista, com sua postura crítica, exerceu papel fundamental na denúncia e desmonte da nova geografia, mas ela não obteve monopólio do saber e fazer geográficos” (ERTHAL, 2003, p.32-33) apontando ainda que se trata de uma das linhas encontradas hoje na geografia crítica, que, assim como a ciência humana crítica, passou a dividir suas interpretações mais progressistas como outras correntes filosóficas como a idealista, pós estruturalista, fenomenológica e hermenêutica.

Chartie (1991), ao fazer uma análise das novas representações sociais que repercutiram na academia, apresenta uma crítica à própria produção das ciências humanas estruturais por não identificarem a demanda que buscasse pelo “retorno a uma filosofia do sujeito que recusa a força das determinações coletivas e dos condicionamentos (as estruturas) sociais e que acredita reabilitar "a parte explícita e refletida da ação"” (CHARTIE, 1991, p. 2).

Para Thiry-Cherques (2006), “o estruturalismo, ao construir um método de análise formal, pretende dar objetividade ao estudo do humano” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 153), porém é nesse momento que se aprofundam críticas sobre a atuação e análise do estruturalismo que não deve ser levado em conta como um modelo universal para todos aqueles que se encontram sob seu raio de influência, há de se considerar posições mais subjetivas para uma análise mais completa nos recortes escolhidos, o que dá margem para novos estudos na geografia crítica que não sejam apenas com viés estruturalista, onde já se possam levar em conta questões interseccionais (raça, classe, gênero, geração, etnia, localidade, entre outros) (CARDOSO, 1972, p. 6).

### 3.2 Geografia e gênero

Os estudos que incorporam a temática de gênero podem ser realizados em várias áreas do conhecimento, como na saúde, sociologia, antropologia, psicologia, artes entre outras e de forma complexa, pode ser analisado sob diversas dimensões: socioeconômicos, culturais, espaciais etc.

Iniciar a narrativa sobre o acréscimo do conceito de gênero na geografia perpassa inicialmente pelo entendimento do conflito teórico que já existia antes e que se intensificou não apenas pela incorporação do gênero nas análises geográficas, mas por todo o pensamento plural que se estendia as ciências da humanidade, na segunda metade do século XX, no que se tem com época contemporânea até os dias atuais.

Corrêa (2011) ilustra que a geografia (contemporânea) é formada por uma heterotopia e que esse pensamento aceita a ideia de influências plurais sobre a produção intelectual. Segundo o referido autor “nesta heterotopia quebra-se os monismos, cada um caracterizado pela crença no ‘método’ único, e celebra-se as diferenças entre os membros da comunidade” (CORRÊA, 2011, p. 61). O autor defende que esse pensamento plural na geografia ganhou espaço pela desilusão com o positivismo e pelas respostas parciais encontradas e dadas pela geografia que não representava a realidade cotidiana encontrada na escala de representação do dia a dia, a exemplo das desigualdades de gênero e suas espacializações.

Todavia, vale ressaltar que essa ideia da interdisciplinaridade metodológica não é uma forma débil de se produzir ciência como algumas produções científicas indicam, onde a interdisciplinaridade metodológica seria uma ausência do que saber fazer, dito isso as autoras Karnsten; Meertens (1991-1992) ao fazerem um trabalho sobre as visibilidades, identidades e relações de poder que se envolvem nas temáticas de gênero e geografia apontam que:

Pluriformidad no siempre remite al débil desarrollo de una disciplina, sino al contrario: al alcance de un nivel de madurez. La etapa pionera de 10s estudios de la mujer en geografia se caracterizó por la búsqueda de una identidad propia y, por consiguiente, se establecieron requerimientos conceptuales y metodológicos precisos para la práctica investigadora. (KARNSTEN; MEERTENS, 1991-1992, p.182-183).

Segundo Perozim (2006) gênero pode ser entendido como uma corrente que defende que “características são construídas a partir do modo como cada sociedade interpreta o sexo”

(PEROZIM, 2006, p. 48). Tal pensamento decorre da naturalização social de que as diferenças são vistas como “naturais”, onde até esse pensamento do que é natural não passa de reproduções imaginárias e discursivas passadas historicamente, assim como as atribuições imaginadas pautadas nas diferenças de gênero.

Por esse motivo, é relevante que se estude a junção de gênero nas análises geográficas para que se entenda como essa inserção de paradigma está deixando marcas no que se tem produzido e repassado como conhecimento geográfico assim como “o comportamento da nossa ciência” (ALVES, 2010, p.16).

Tendo como grande escola de referência à escola inglesa da geografia (mas não única fonte, sobretudo pelo pensamento descolonial) para a incorporação de gênero as análises geográficas o que muito se pontuava/pontua é na escala do indivíduo: a sua noção de diferença e padrão que irá repercutir no consumo e na produção do espaço, ou seja, levar em conta fatores individuais faz toda a diferença nas análises espaciais, que até então não davam vazão a essa necessidade de pensamento, sendo a geografia, por muito tempo, a porta voz de um resultado masculino, branco, sexista e europeu. Ainda, segundo Corrêa (2011), a “diferença e padrão são duas faces complementares que caracterizam o conhecimento. Para a geografia isto é fundamental” (CORRÊA, 2011, p. 62).

Seguindo o entendimento de que não apenas as relações econômicas (modo de pensar do estruturalismo) orientam o modo de vida das pessoas e sim questões mais individuais como o seu gênero (atribuído), a sua sexualidade (escolhida), sua idade, raça, classe, entre outros (questões interseccionais), é que a geografia inglesa e, posteriormente, a estadunidense iniciaram o processo de atentar mais a essas demandas que em escalas macro passam despercebidas.

Consoante com Ornat (2008) “A tradição da discussão envolvendo a relação entre espaço, gênero e sexualidade, enquanto um corpo de reflexão remonta apenas à década de 1970. Tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, desde os anos de 1970, um sub-campo da geografia tem se afirmado, denominado “Geografia Feminista” (ORNAT, 2008, p. 314). Desde então vem aumentando, mesmo que, paulatinamente, o número de abordagens surgidas com o uso de gênero como análise geográfica, porém, Ornat, na mesma publicação, aponta que essa união teórica “vem sendo realizada com muita discussão e tensão” (2008, p.315), isso se dá por uma interferência da estrutural patriarcal, que no campo das ciências também se incorporou ao discurso e fez firmar uma visão sexista e da mesma forma, como essa estrutura foi balançada pelo levante dos movimentos sociais na década de 1970 a academia tem sentido

o reflexo que para portadores de um pensamento hegemônico, patriarcal, capitalista, estrutural, clássico, não é muito cortês.

Concorda-se com Pellucio (2010) quando defende que é necessário que a geografia tome ação contra uma dívida histórica que a ciência androcêntrica<sup>10</sup> passa nos seus moldes. Segundo a autora:

O androcentrismo, ou seja, a visão masculina é tida como correta, ideal, e a feminina é considerada inferior ou sem valor perante a sociedade. Essa metade da humanidade (homens) detém a força (exército, polícia), domina os meios de comunicação de massas, está a frente do poder legislativo, governa a sociedade, lidera a ciência e a técnica (PELLUCIO, 2010, p. 44).

Com uma ciência que vem sendo produzida historicamente por homens, a sua visão passada representa apenas uma parte da sociedade, uma parte que dentro das relações de poder se coloca estruturalmente acima das mulheres e qualquer outra opção de sexualidade que saia das normas da heteronormatividade. Pellucio (2010) é enfática ao defender que “diante dos elementos apresentados é importante que a ciência geográfica, através de estudos relacionados as questões de gênero, sane esta dívida, já que a mulher produz ciência geográfica, assim como o homem, a medida em que deve ser contemplada com estudos dentro desta ciência” (PELLUCIO, 2010, p.29).

Em “Geografías feministas de diversas latitudes”, de García; Escamilla-Herrera (2016), há uma proposta muito interessante que se anuncia com a valorização das diferentes latitudes das autoras, o que representa o seu local de fala que atrelados às experiências espaciais ao seu entorno se tornam únicas, sempre que falamos ou produzimos conhecimento isso é feito a partir de determinado lugar. Por isso, é necessário à geografia considerar em suas análises de gênero as relações espaciais.

Por mais que seja reconhecido e já legitimado dentro da geografia feminista, o seu nascimento se deu na escola anglo-saxã, com influencia de uma leitura eurocêntrica. Faz-se crucial a produção de uma geografia feminista que busque ser mais inclusiva e global reconhecendo os êxitos surgidos pelos países ditos de terceiro mundo para a produção teórica científica de uma geografia duplamente marginalizada (enquanto feita por mulheres e por pesquisadoras latino americanas).

---

<sup>10</sup> Entende-se androcentrismo como a forma com a qual as experiências masculinas são consideradas como as experiências de todos os seres humanos e tidas como norma universal. Resumir humanidade ao “homem” é um exemplo de tal comportamento clássico no desenvolvimento das ciências (JUVÊNCIO, 2013).



Portanto, sendo possível ainda o diálogo com a proposta da descolonização Grosfoguel (2008) propõe ultrapassar a modernidade eurocêntrica (visto aqui como a produção estruturalista européia) sem desperdiçar suas melhores contribuições (GROSFOGUEL, 2008, p.115). A proposta da crítica descolonial, e aqui pode ser falado com uma geografia feminista descolonial, se baseia em críticas as estruturas de poder advindas com uma epistemologia dos países do norte global sendo possível ser alcançada via um diálogo de mundos, métodos, sistemas pluriversais dando o devido reconhecimento ao que se é produzido também vindo do sul global, a exemplo da escola latina americana e da escola brasileira de geografia e gênero.

Ressalta-se novamente que por mais que já seja relativamente expressiva a presença física de geógrafas latino americanas, e em especial brasileiras, isso não é o suficiente para modificar “a estrutura de poder que mantém a metade da humanidade fora do interesse científico da Geografia brasileira” (SILVA et al 2009, p.46) o que remete as dificuldades que são enfrentadas ao se ir contra conceitos, teorias e método já consagrados e de forte teor androcêntrico (SILVA et al 2009).

### 3.3 Geografia feminista

Silva (1998), ao escrever um artigo sobre a Geografia Feminista, afirma que as produções que seguem essa teoria vão por um enfoque que causa incômodo na academia por representarem mudanças na estrutura acadêmica: “assim, a geografia feminista causa esse medo na academia” (SILVA, 1998, p.106).

A autora reitera a opinião que enxerga as categorias de análises da geografia feminista e da geografia e gênero, que buscam interpretar e explicar fatos, divididas conforme figura 6:

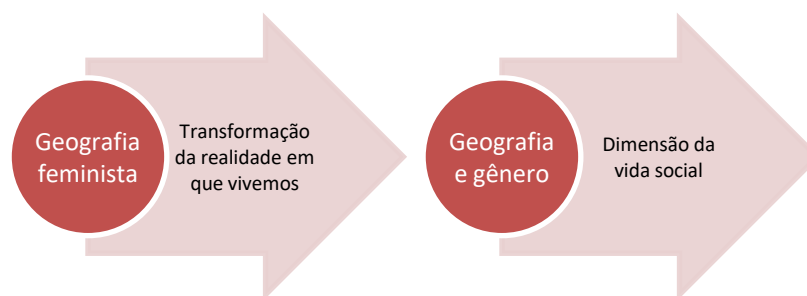


Figura 9: Diferença entre as categorias de análise da geografia feminista e geografia e gênero.

Organizado por: Cíntia Lisboa, 2019

Ambas correntes concordam que é preciso entender a desigualdade entre os sexos para explicar as diferenças territoriais existentes por questões de gênero (SILVA, 1998), contudo, a geografia feminista com destaque para análise sobre as mulheres é entendida como uma teoria quase revolucionária, no sentido de estar banhada por propostas de mudanças, enquanto a geografia e gênero estaria preocupada em trabalhar com as múltiplas sexualidades, trabalhando com a mulher, mas trabalhando também com outros agentes sociais como: homens, gays, lésbicas, trans, não binários etc, podendo não necessariamente propor uma mudança em suas análises e sim reflexões.

Monk e García-Ramon (1987), ao fazerem uma análise sobre a perspectiva internacional da geografia feminista em países situados na Europa, América do Sul, Central e do Norte, apontam reflexões em comum no que diz respeito a examinarem sistemas políticos, econômicos ou culturais, além de tratarem de experiências e visões de mundo das mulheres com recortes de análise recorrente sobre: esferas da vida na produção econômica (associada ao espaço público) e a reprodução social (associada ao espaço privado), reflexões que até então não tinham muito cunho interseccional.

García-Ramon (1985), ao fazer reflexões sobre a geografia e gênero produzida em 15, anos pela língua inglesa aponta que conforme mais altas ficavam as categorias profissionais, mais baixo era o nível de participação de geógrafas (e ainda é assim conforme se observa a presença de pesquisadoras com bolsas de PQ), o que indicam “unas relaciones de poder muy desequilibradas en la comunidad científica geográfica, al igual que sucede en muchas otras” (GARCÍA-RAMON, 1985, p. 141).

Com influência de cunho interseccional autoras como Monk e Hanson (1989) sinalizam que a geografia feminista: “poderia contribuir al cambio social en favor de las mujeres y también enriquecería a la disciplina en su conjunto sino que también señalan con claridad que las mujeres no constituyen un grupo homogéneo” (MONK; HANSON, 1989, p. 47-48), questões que já nos últimos anos do século passado indicavam para a guiada interseccional que os estudos de gênero e entre eles o estudo feminista, passaram a ter no século XXI.

Autoras como Louzada (2016) e García-Ramon (1985) são exemplos de um belo paralelo sobre a transformação que a geografia feminista representa para as estruturas mesmo que em épocas diferentes, chegando a cumprir o papel de uma ciência militante na academia, onde segundo Louzada:

Pensar um projeto feminista de ciência significa pensar a partir de um modo feminista de conhecimento, levando gênero em conta e a sério e partindo de

narrativas em que o protagonismo seja feminino, em oposto à razão hegemônica científica – pressuposta e construída pelos olhares do homem branco civilizado (LOUZADA, 2016, p. 16).

Por último, e não menos importante, García-Ramon (1985), mesmo que em séculos e continentes diferentes, aponta o quanto uma “ciência militante” é aceita ou não conforme período conjuntural de determinado país. O que transforma a oportunidade de escrita e de defesa dessa monografia em uma resistência no período político atual do Brasil.

A autora indica que as crises político-econômicas são marcos de referencia para se entender a participação ou ausência da mulher enquanto sujeita ou análise do debate, onde: “está claro que en periodos de crisis como el que vivimos las perspectivas de avanzar en la consecución de logros concretos hacia una mayor igualdad entre géneros se ven muy amenazadas, tal como demuestra la experiencia de los países de capitalismo avanzado” (GARCÍA-RAMON, 1985, p. 142).

Essa dificuldade em se avançar em estudos que podem se tornar políticas públicas ou orientações para uma maior igualdade entre os gêneros se dá desde a ridicularização e menosprezo que é dado aos estudos de gênero e, em especial, ao estudo feminista, por parte de nossos atuais governantes, o que reverbera no aceite e no financiamento sobre tais pesquisas no país que se tornam “pesquisas inúteis” feitas por “idiotas úteis”.

### 3.4 Geografia e gênero na escola brasileira

Silva (2000), ao fazer uma pesquisa ampla sobre o aceite dos estudos de gênero nas ciências humanas do Brasil, fala que tais estudos acompanham o ritmo dos movimentos feministas do país, ou seja, o conhecimento científico é permeado de relações de poder e reflexo do contexto histórico e político. A autora fala da abertura de algumas ciências como a história, antropologia, sociologia, psicologia que a partir da década de 1970, foram incorporando temáticas vinculadas a mulher e gênero, contudo, a geografia permanecia muito tímida em relação a tal diálogo.

A Geografia brasileira, a exemplo da anglo-saxônica e espanhola, precisa estar atenta para esses novos movimentos sociais e lançar mão da categoria gênero como mais um instrumento de análise do social que, conseqüentemente, produz diferentes espaços geográficos. Incorporar as contribuições teóricas do feminismo e estudar empiricamente como

o espaço é modificado por esses movimentos é tarefa emergente para quem quer compreender os novos espaços geográficos (SILVA, 2000, p.9).

A geografia crítica clássica (estruturalista) jamais ajudará a construir um mundo novo e melhor enquanto evitar ou descartar falar dos estudos de cunho interseccional, e entre esses estudos os de gênero, reconhecendo que papéis de gênero influem sobre sua posição no mundo. O Brasil ainda não possui uma escola forte sobre essa temática, mas já possui grupos de resistência acadêmica que se incubem de fazer uma geografia com maior relevância política para múltiplos/as sujeitos/as. (MONK; HANSON, 2016, p.48).

Com uma interferência muito forte do estruturalismo, a geografia brasileira sempre foi muito sintomática em suas separações, a exemplo da geografia física x geografia humana; a geografia crítica x geografia crítica radical, entre outros exemplos (MONK; HANSON, 2016, p. 33), o que faz com que haja uma maior indiferença à aceitação de questões femininas na produção geográfica. E, nessa linha, tem se como resultado o que Ornat aponta: “diferentemente da geografia produzida na língua inglesa, a geografia brasileira tem, via de regra, dado pouca atenção à dimensão espacial destas temáticas” (ORNAT, 2008, p. 310).

Assumindo a concepção analítica de gênero na geografia também como um instrumento político que pode ajudar em busca da transformação sobre as desigualdades imposta socialmente pelas distinções entre os papéis de gênero na sociedade e na (re)produção do conhecimento é que se nota na geografia brasileira o quanto esse papel vem sendo assumido por mulheres, por mais que os estudos de gêneros comportem outros temas como sexualidades, masculinidades, feminilidades etc.

Spitarele (2014) observa que:

São as geógrafas as principais responsáveis pelo empenho de dar visibilidade as discussões de gênero na geografia brasileira, liderando a maioria dos grupos de pesquisa, como também se apoderando da responsabilidade de publicizar a análise de gênero na compreensão do espaço. Embora a adoção da perspectiva feminista não deva ser associada à percepção imediata dos corpos que produzem o conhecimento, pois, há homens que veem trabalhando na perspectiva de gênero. A protagonização das mulheres em relação aos estudos de gênero na geografia brasileira também pode ser entendida como uma forma de luta e resistência a sua própria invisibilidade, como produtora e produto do saber (SPITALERE, 2014, p.35).

Ainda conforme Spitalere (2014) há uma grande dificuldade na publicação de produções do tema na geografia brasileira, a maioria entre o final da primeira década do século XXI.

Embora já na década de 1970, Ester Rossini, incorporava esse discurso as suas análises no processo de modernização da agricultura paulista.

Ao fazer uma entrevista com as principais autoras da temática de gênero e geografia no Brasil, Spitalere (2014) diz que diversos problemas foram enunciados, entre eles:

Enfrentar colegas machistas, do sexo masculino e feminino: piadas de mal gosto, censuras em congressos, avaliações infundadas de artigos e de projetos de pesquisa, isto é, a falta de interesse e o não reconhecimento do trabalho geográfico, que na visão de María Franco Garcia são dificuldades de suma relevância. Porém, isso não as impede de trabalhar e de construir um enfrentamento diante dessa realidade, que segundo Susana Veleda é feito através da construção de um trabalho com rigor teórico e metodológico (SPITALERE, 2014, p.48).

Silva, Ornat e Junior (2016) apontam uma dificuldade particular ao falarem como a produção miltoniana perpassa pela formação da geografia brasileira e leva a uma filosofia científica que de forma crítica faz suas análises ligadas à estrutura. O que os pesquisadores em questão quiseram dizer é que é difícil “romper” com uma ciência que desde o início da graduação é colocada como modelo pelas instituições.

Outro ponto apresentado ainda pelos mesmos autores diz respeito ao papel da Universidade enquanto instituição nessa narrativa e produção do conhecimento. Essa forma de se produzir e pensar a ciência geográfica não deve partir apenas de grupos marginalizados, a exemplo das mulheres, se tratando de gênero, cabe às instituições se reconhecerem como transformadoras políticas, o que facilitará a abrangência de temáticas que levem mais em conta os/as diversos/as sujeitos/as, como tem tentado fazer o gênero na geografia brasileira.

Um exemplo de como a instituição, a Universidade nesse caso, é importante mediadora no processo de equidade de gênero se dá na ausência do debate e perpetuação de uma instituição sexista, e isso é visto em boa parte dos cargos de coordenação em departamentos e na pós-graduação em geografia, (o mesmo vale para o corpo de editores entrevistados, onde a maioria eram pesquisadores). Silva et al (2009) diz que: “a desproporção entre a qualificação profissional e o empoderamento feminino nas estruturas das organizações revela que não se trata da inaptidão das mulheres para ascender aos postos de mando, mas da constituição de estruturas de poder que se torna de difícil acesso” (SILVA et al, 2009, p. 45).

### 3.4.1 Geografia, gênero e o pensamento descolonial

Sem tratar a herança colonial como algo que já foi superada tratando-se apenas como narrativas históricas é que o pensamento da colonialidade do saber (QUIJANO, 2005) se faz essencial para entender o complexo emaranhado de poderes exercidos pelas desigualdades e opressões estruturais, simbolicamente e materialmente, presentes ainda na atualidade, conhecida como colonialidade.

Quijano (2005), ao estudar a colonialidade do poder, indica que com a colonização surge à ideia de raça que irá pautar toda a divisão da estrutura social que se impunha, pela diferenciação da cor dos seres, na América como novo padrão da moderno-colonialidade. Entretanto, algumas autoras ao se dedicarem as análises propostas por Quijano e outros autores conhecidos como “pós-coloniais”, a exemplo de Dussel, Mignolo, Soler, entre outros, indicam uma epistemologia banhada de privilégios ao naturalizarem a divisão sexual do trabalho que também surgia naquele momento.

Esse é o caso de autoras como Lugones (2008); Mendoza (2010); Costa (2012) e Segato (2012); que servirão como aporte teórico para o desenvolvimento da necessidade de se fazer essa interseção teórica que carece um pouco mais de empatia para se tratar de gênero.

Ao pensar sobre a necessidade da renovação do pensamento crítico, Cruz (2017), apresenta a *colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza* que expressam a violência para além dos meios físicos, sendo uma transformação subjetiva de todo o imaginário do mundo calcado em um modelo europeu (em sua grande maioria, porém é variável conforme tempo, espaço e escala) de dominação, conforme figura 7, onde são associados como:

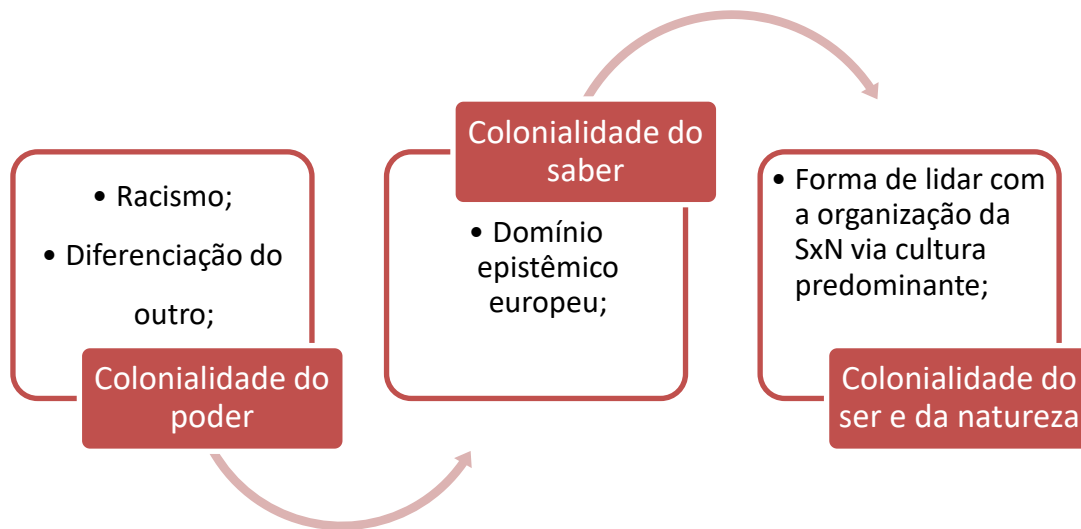


Figura 10: Dominação dos três setores de colonialidade conforme CRUZ (2017).  
Organizado por: Cíntia Lisboa, 2019

O ponto aqui trabalhado diz respeito à interpretação que de forma interseccional, além do recorte de gênero, raça e classe também enxerga a importância do local de fala, sendo aproximado das preocupações tidas pelo que se tem denominado de teorias feministas latino-americanas (COSTA, 2012) ou o feminismo descolonial (OLIVEIRA, 2016, p.6) que muito dialoga com o reconhecimento de vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade de gênero, ou o patriarcado colonial moderno e a colonialidade de gênero para Segato (2012).

Mendoza (2010) apresenta que tais trabalhos seguem uma reflexão que apresentam a si mesmos como “uma resposta alternativa amplamente esperada depois de cinco séculos de colonização do conhecimento eurocentrado e masculino” (MENDOZA, 2010, p. 19-20, tradução própria).

Lugones (2008) diz que se trata de refletir com detalhes maneiras distintas do feminismo ocidental “de entender el patriarcado desde la colonialidad del género” nos convidando a pensar em uma “cartografia del poder global desde lo Sistema Moderno/Colonial de Género” (LUGONES, 2008, p. 73).

Logo, os estudos do pensamento descolonial surgidos a partir da década de 1970, com os subalternos que buscam transcender ao pensamento epistêmico europeu dominante, casaram perfeitamente com as epistemologias feministas emergentes na América Latina, o que torna sua discussão enriquecedora para este trabalho.

Oliveira (2016) elucida como a colonialidade se faz enraizada em nosso dia, sendo materializada por meio de nossos pensamentos, discursos e ações:

Alguns dos motivos para isso (colonialidade) vem da própria montagem das grades curriculares universitárias, que são tradicionalmente erigidas em cima dos paradigmas do Norte, e por isso não incluem um campo de pesquisa e debate aberto para a transdisciplinaridade, discussões de gênero e raça, nem demonstram estarem abertas ao diálogo (...) as instituições de ensino superior preferem respaldar sua constituição num padrão europeu homogêneo e tiram dos professores e alunos parte de sua criatividade como indivíduos que buscam construir o conhecimento. Além disso, parte dessa homogeneização foi incorporada pelo sucateamento das universidades públicas e essas agora caíram ou em mãos de setores privados ou de governos ditatoriais, fazendo com que a pesquisa seja voltada para os interesses desses grupos e não como livre produção científica. O conhecimento então virou uma mercadoria e é comercializada em diferentes escalas por todo o mundo. (OLIVEIRA, 2016, p.2 -3).

A autora é enfática ao mencionar o quanto é importante tecer debates como esses, da teoria decolonial ou como essa monografia de geografia e gênero, que não são tão desejados na academia por inflamar um pensamento que filosoficamente busca romper com diversas amarras sociais o que cada vez mais estremece a razão de ser do iluminismo e sua teoria dominante que transformou o conhecimento e a educação em mercadoria.



*“O empoderamento feminino quebra limites e fronteiras”*

*Rihanna*

## **CAPÍTULO 04 - A GEOGRAFIA E GÊNERO NO RIO DE JANEIRO**

### **4.1 A GEOGRAFIA FLUMINENSE**

Buscando um pouco mais da historicidade da geografia fluminense, e em especial da UFRJ, encontramos o trabalho de Machado (2000) que realizou uma investigação sobre a implantação da geografia universitária no Rio de Janeiro e aponta que “pioneiros entusiastas dos primeiros anos, que procuravam desvendar aos estudantes o que eram Geografia e História nas suas múltiplas relações, projetadas e percebidas na "Paisagem Geográfica"” era o que representava o nascimento de uma importante escola geográfica brasileira (a carioca) (MACHADO, 2000, p. 7).

Moraes (2000) ao se expressar sobre os primeiros discursos geográficos indica que:

Os discursos geográficos - no sentido mais amplo desse termo (discursos referidos ao espaço terrestre) - variam por lugar, variam por sociedade, mas principalmente pela época em que foram gerados. São construções engendradas dentro de mentalidades vigentes, isto é, de formas de pensar historicamente determinadas, com epistemes próprias que conformam não apenas os paradigmas da reflexão, mas a própria sensibilidade humana (MORAES, 2000, p. 2).

Moraes (2000) apresenta uma contribuição essencial para entendermos o quanto o discurso é passível de ser introduzido e naturalizado em nossas mentalidades influenciando em toda a nossa forma de pensar. Para que possamos entender a geografia fluminense se faz necessário entendermos o contexto em que surge a UFRJ, as instituições geográficas como o Conselho Nacional, AGB e o IBGE, assim como a geografia contemporânea. A construção do que hoje se convêm a chamar de UFRJ E USP não foram de forma espontânea, com a emancipação política do final do século XIX o “Estado Novo” precisava criar o sentimento de pertencimento e nacionalismo entre um grande número de escravos, o que incentivou a inauguração na década de 1930 de cursos universitários, do conselho nacional, do IBGE e da AGB (MORAES, 2000).

O início da criação das Universidades no Brasil se deu de forma um pouco precária por inicialmente não passar de uma junção de escolas existentes sem estruturas laborais para o

desenvolvimento da ciência, segundo o estudo de Machado (2000). As primeiras tentativas se deram no início do século XX na Amazônia, no Nordeste e no Sudeste, onde a Geografia se institucionalizou no Brasil via a Universidade do Distrito Federal em 1935 (incorporada, em 1939, pela Universidade do Brasil e, em 1965, transformada na atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), e na Universidade de São Paulo em 1934. (MACHADO, 2000, p. 131)

A Geografia foi construída com forte influência da escola francesa, com foco nos estudos da paisagem, cujos expoentes foram os franceses Pierre Deffontaines, geógrafo e Lucien Febvre, historiador (este, apesar de historiador ficou conhecido pelos seus estudos de história e geografia), e brasileiros como Carlos Delgado de Carvalho e Fernando Antônio Raja Gabaglia, professores pioneiros do ensino e da institucionalização acadêmica da geografia brasileira e fluminense (MACHADO, 2000, p.131).

Consequentemente se instaura nessas universidades uma Geografia preocupada com a descrição e a diferenciação regional de sua área com objetivos de centralidade do poder e conhecimento, que o Estado Novo, no período de Getúlio Vargas, demandava para firmar o nacionalismo (MORAES, 1991).

Sendo assim, o trabalho de quem (re)produzia a geografia naquele momento não era o de criação, “mas de apropriação e sistematização de conceitos e teorias em grande parte até então restritos ao uso interno do próprio Estado” (MORAES, 1991, p. 167). Pereira (2000) argumenta sobre as influências na produção universitária e em órgãos administrativos:

A consumação deste fato, seja em sua versão universitária ou através dos órgãos técnico-administrativos criados, pouco ou nada contribuiu para redimensionar o debate geográfico anteriormente existente; ao contrário, agiu muito mais no sentido de sua diluição. Em grande parte, isto se deve à própria estratégia da comunidade de geógrafos nascente. Comodamente instalada em seu espaço institucional, ela pareceu optar por não se expor ao debate acadêmico acerca das questões nacionais, contentando-se em fornecer subsídios técnicos às ações governamentais ou ocupar discretamente seu lugar no ensino escolar. PEREIRA (2000, p. 1).

Para Pereira (2000) os resultados dessa (re)produção de um fazer geográfico clássico e trazido do exterior, mais especificamente da escola francesa, para análise sobre nossa realidade brasileira, e em especial a fluminense, podem ser vistos até o contexto atual, a exemplo do que busca-se mostrar nos próximos tópicos, todavia, vale lembrar que isto não deve ser visto de forma evolutiva ou como um padrão linear da história da geografia brasileira.

Moraes (2002) ao falar do caráter transitivo da geografia explica que “Se a Geografia está sempre presente, cabe entender que tal palavra está nomeando distintos temas em cada época. E o conteúdo no qual, de certa forma, ainda estamos inseridos é o conteúdo historicamente específico, ligado à idéia de Geografia Moderna.” (MORAES, 2002, p. 152).

Com uma prática longe de se propor a pensar teoricamente, sobretudo no início, a geografia usou com muita facilidade para se legitimar enquanto ciência os seus aspectos empíricos ligados principalmente a prática estatal (Moraes, 2002) por meio do IBGE, principalmente. Tanto o IBGE quanto a AGB foram criadas na década de 30, sendo o IBGE no Rio de Janeiro e a AGB em São Paulo.

Com a influencia francesa e a necessidade do Estado Novo se firmar em mentes e corações, Moraes (2002) indica que o IBGE, surgindo da junção do Conselho Nacional de Geógrafos e o Instituto Nacional de Estatística, serviu perfeitamente para se tornar um sistema centralizado de saberes técnicos-científicos para dar suporte as ações governamentais.

Aranha (2014) escrevendo sobre o IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira apresenta dois papéis distintos sobre os rumos do IBGE no Rio de Janeiro e da AGB em São Paulo. De forma resumida a autora diz que a AGB e sua influencia sobre questões teóricas formavam os professores de Geografia, enquanto o IBGE treinava e formava geógrafos especializados (ARANHA, 2014).

Tanto o IBGE quanto a AGB passam por uma série de confrontos e de disputas epistémicas para que um grupo possa guiar a ideologia da instituição, na geografia contemporânea é inegável o reconhecimento e a importâncias desses dois institutos, contudo, ambos estão buscando se reafirmar, tendo em vista que a crise que a Geografia passou na década de 1970, onde toda a base filosófica da geografia passa a ser pensada possibilitando uma renovação da geografia e de seus fundamentos (MORAES, 2002).

#### 4.2 OS PROGRAMAS DE PÓS – GRADUAÇÃO NA GEOGRAFIA FLUMINENSE

Além do levantamento, sistematização e análise dos periódicos fluminenses de geografia, também tivemos como propósito, identificar e sistematizar as informações dos Programas de Pós Graduação das universidades fluminenses e seus periódicos vinculados, partimos da premissa que os periódicos são reflexos da discussão levantada em cada Programa.

Para a sistematização dos PPG, realizamos o levantamento de dados na Plataforma Sucupira, uma ferramenta online, lançada em 2014, que serve para coletar informações,

realizar análises, avaliações e servir como base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) (ARCANJO, 2014).

Na Plataforma Sucupira, os dados quantitativos disponíveis são referentes aos de 2017, 2018 e 2019, pautados nos seguintes itens: linhas de pesquisa, disciplinas, docentes, discentes, financiamentos, projetos pesquisa e extensão e trabalhos já concluídos tanto no mestrado quanto no doutorado.

Os programas selecionados foram:

- ✚ Programa de Pós Graduação em Geografia da PUC – Rio, criado no segundo semestre do ano de 2007 e com nota 4 na avaliação da Capes.
- ✚ Programa de Pós Graduação em Geografia da UERJ, criado no ano de 2002 e atualmente possui conceito 5 na Capes.
- ✚ Programa de Pós Graduação em Geografia da UFF, criado no ano de 1998, inicialmente sendo somado ao Programa de Pós-Graduação em "Planejamento Ambiental", possuindo desde o ano de 2017 o conceito 6 na avaliação da Capes.
- ✚ Programa de Pós Graduação em Geografia da UFRJ, o Programa mais antigo, sendo criado em 1972 possuindo conceito 7 da Capes desde o ano de 2007.

A sistematização dos dados da Plataforma Sucupira será representada sob forma de quadros. É importante reiterar que a análise do conteúdo, de forma geral, está pautada por Moraes (1999), Santos (2004), Corrêa (2003) e Alves (2010).

#### 4.2.1 Pós-Graduação em Geografia da PUC – Rio

A PUC – Rio, localizada na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, conta no primeiro semestre de 2019 com 138 discentes e 21 docentes cadastrados na Plataforma Sucupira, além de ofertar no PPG os níveis de mestrado e doutorado. As linhas de pesquisa tanto do mestrado quanto do doutorado aparecem organizada no quadro 1 de acordo com sua área de concentração.

Nome	Área de Concentração
Espaço, Cotidiano e Sustentabilidade	Geografia e Sustentabilidade
Transformação da Paisagem e Sistemas Socioecológicos	Geografia e Sustentabilidade
Transformação da Paisagem	Geografia e Meio Ambiente
Espaço e Sustentabilidades	Geografia e Meio Ambiente
Educação Geográfica e Cidadania	Geografia e Meio Ambiente

**Quadro 1:** Linhas de Pesquisa na Pós em Geografia da PUC-Rio

Organização: Cíntia Lisboa, 2019

Como verificado no quadro 1, as linhas de pesquisa da PUC-Rio são mais voltadas a área de estudos ambientais. Todavia, na linha de pesquisa denominada “Espaço, Cotidiano e Sustentabilidade” há abertura para a aproximação do diálogo com análises de escala do cotidiano, próximas ao recorte do espaço público x privado, que é muito associado a estudos que se preocupem com a categoria “mulheres”.

As outras linhas que envolvem o conceito de paisagem, ainda que próximas de estudos ambientais também podem ser desenvolvidas na chamada Geografia Cultural que se desenvolveu na base dos estudos paisagísticos, reconhecendo a paisagem como fruto da transformação humana sobre o espaço, e isso será visível em paisagens dominantes ou alternativas, sejam elas: residuais, emergentes ou excluídas (COSGROVE, 2012, p.230).

De todas as instituições analisadas a PUC-Rio é a única que possui uma disciplina específica da temática, uma disciplina entre sessenta e cinco, denominada de “Geografia e Gênero”, criada no ano de 2015, na área de concentração: Geografia e Sustentabilidade.

Reconhecendo que poderia haver desdobramentos da disciplina em produções finais de trabalhos concluídos disponibilizados na Plataforma Sucupira é que optamos por fazer essa busca, contudo, nenhum dado foi encontrado nessa base da plataforma. Entretanto, há de se ressaltar que um dos trabalhos analisados em profundidade nesta monografia é oriundo do periódico Geo PUC no ano de 2016, que será analisado no próximo sub tópico.

#### 4.2.2 Pós-Graduação em Geografia da UERJ

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro, localizada na Zona Norte da capital, mais especificamente próximo ao Estádio do Maracanã aparece cadastrada na Plataforma Sucupira com 191 discentes e 26 docentes no primeiro semestre de 2019, o referido Programa também conta com o mestrado e doutorado, a seguir, no quadro 2, são apresentadas as linhas de pesquisa e sua respectiva área de concentração.

Nome	Área de Concentração
Cultura e Natureza	Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico
Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial	Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico

**Quadro 2:** Linhas de Pesquisa na Pós em Geografia da UERJ

Organização: Cíntia Lisboa, 2019

Com base no quadro 2, a linha “Cultura e Natureza” busca uma relação sociedade-cultura-natureza de formas materiais e imateriais permitindo uma ampla abertura para o diálogo entre a geografia e gênero, assim como as temáticas interseccionais. Sobre a segunda linha de pesquisa, “Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial” a proposta já não é mais associada diretamente as/aos sujeitas/os, enfocando em uma análise de maiores escalas.

Apesar de existir uma inclinação para os estudos de gênero dentro da interface cultura e geografia, não há nenhuma disciplina específica dessa temática. As disciplinas mais próximas dizem respeito a: “Espaço e Cultura”, “Cultura e Natureza” “Conceitos e temas em Cultura e Meio Ambiente” que em seu desenvolvimento abordam temas como religião, relações de poder e paisagem.

Foram encontrados quinze trabalhos concluídos na Plataforma, e nenhum possuía a temática ligada à gênero. O recorte transversal mais próximo foi referente a um trabalho que se propôs a analisar a formação dos territórios quilombolas, enfocando a análise racial.

#### 4.2.3 Pós-Graduação em Geografia da UFF

A Universidade Federal Fluminense é a única Universidade entre as 4 escolhidas localizada fora da capital, situando-se com sua sede na cidade de Niterói e tendo diversos campi de extensão. No ano de 2019, no primeiro semestre, foram encontrados na Plataforma Sucupira o número de 70 discentes e 18 docentes. As linhas de pesquisa e áreas de concentração a seguir, no quadro 3, dizem respeito aos cursos de mestrado e doutorado do Programa.

Nome	Área de Concentração
Ordenamento Territorial Urbano-regional	Ordenamento Territorial
Ordenamento Territorial Ambiental	Ordenamento Territorial
Análise Regional, Dinâmicas Territoriais e Escalas	Análise Regional e Ambiental
Sistemas Naturais, Geotecnologias e Demografia	Análise Regional e Ambiental

**Quadro 3:** Linhas de Pesquisa na Pós em Geografia da UFF  
Organização: Cíntia Lisboa, 2019

No quadro 3 temos o Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, que se organiza em duas grandes linhas para cada nível de pós-graduação, contudo ainda há uma sub divisão por campos temáticos que orientarão as reflexões teórico-conceituais e abordagens privilegiadas de acordo com a ênfase de cada campo. A linha “Ordenamento Territorial Urbano-regional” possui uma discussão mais social, com forte cunho epistemológico, dividida em três campos temáticos, sendo eles: Produção do Espaço Urbano, Organização Territorial do Espaço Brasileiro e Território, Política e Movimentos Sociais, todavia, nenhum com a temática específica de gênero. Já a linha “Ordenamento Territorial Ambiental” é mais associada a estudos físicos com ampla utilização de ferramentas cartográficas e de sensoriamento remoto, dividida em dois campos temáticos, sendo: Conservação e Ordenamento Físico Ambiental e Dinâmica e Evolução da Paisagem

Das 23 disciplinas cadastradas na Plataforma, duas disciplinas parecem permitir o diálogo com a questão de gênero e conceitos transversais, sendo elas: “Epistemologia da Geografia e Novas Tendências” e “Espaço e Cultura”, contudo, de acordo com a ementa disponibilizada não é colocado em momento algum o conceito de gênero.

Nenhum trabalho concluído estava disponibilizado na Plataforma Sucupira referente ao triênio em questão, o que não nos permitiu constatar se há desdobramentos da temática de gênero por meio das propostas das disciplinas apresentadas.

#### 4.2.4 Pós-Graduação em Geografia da UFRJ

A Universidade mais antiga analisada neste trabalho, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, também é localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro, próximo a Ilha do Governador e da Baía do Guanabara. De acordo com os dados encontrados na Plataforma Sucupira no ano de 2019 o PPG conta com 248 discentes e 37 docentes atuantes em 9 linhas de pesquisa no mestrado e doutorado, conforme quadro 4.

Nome	Área de Concentração
Dinâmica Hidro-climática	Planejamento e Gestão Ambiental
Processos Geomorfológicos e Evolução da Paisagem	Planejamento e Gestão Ambiental
Interações Geocológicas e Biodiversidades	Planejamento e Gestão Ambiental
Geoprocessamento	Planejamento e Gestão Ambiental

Geopolítica e Territorialidade	Organização e Gestão do Território
Desenvolvimento, Ambiente e Território	Organização e Gestão do Território
Espaço e Dinâmicas Urbano-regionais	Organização e Gestão do Território
Cultura, Informação e Cidadania	Organização e Gestão do Território
Cidade, Heteronomia e Autonomia	Organização e Gestão do Território

**Quadro 4:** Linhas de Pesquisa na Pós em Geografia da UFRJ

Organização: Cíntia Lisboa, 2019

As quatro primeiras linhas de pesquisa do quadro 4, da UFRJ, relacionadas a área de concentração de Planejamento e Gestão Ambiental possuem orientações a trabalhos e discussões da área técnica e física da geografia. Já as outras cinco linhas de pesquisa, da área de concentração “Organização e Gestão do Território” abordam uma dimensão mais cultural, política e econômica dando ênfase as análises sob a perspectiva territorial.

Com base na Plataforma Sucupira são ofertadas 110 disciplinas, destas, “Teoria Cultural” e “Espaço Urbano e Cultura”, tem as questões de gênero tangenciadas, segundo a ementa disponibilizada. Dos cinco trabalhos de conclusão disponíveis na Plataforma, no triênio (2017, 2018 e 2019) referente à Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, nenhum trabalho estabelecia uma vinculação direta com questões de gênero ou interseccional.

Pela análise das linhas de pesquisa, disciplinas e trabalhos concluídos nos Programas de Pós Graduação em Geografia do estado do Rio de Janeiro, compreendemos a influência que o debate epistemológico possui sobre as produções que os periódicos vinculados a cada Programa, por ventura, possam ter, orientado em grande parte a linha de produção dos trabalhos desenvolvidos por via de linhas de pesquisa e disciplinas ofertadas

A análise posterior diz respeito à categoria de análise utilizada nos periódicos para interpretar os artigos que discutem gênero ou questões transversais, sistematizados por periódico, autores/as, ano de publicação, título, palavras-chave e instituição de origem das/dos autoras/es.

Serão destacados **em negrito** os artigos que foram considerados adequados à análise da discussão teórica proposta neste trabalho, ou seja, àqueles relacionados à discussão da geografia feminista no tocante a privilégios e desigualdades entre homens e mulheres na ciência geográfica detalhada na geografia fluminense no período de dez anos, entre 2007-2017.



### 4.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO CONTEÚDO DOS PERIÓDICOS

Nesta subseção pretendemos apresentar a sistematização e análise de conteúdo dos artigos selecionados, ou seja, 12 artigos encontrados, cuja questão de gênero foi pautada, Alves (2010), ao fazer trabalho semelhante no sentido de buscar compreender as filosofias e escolas presentes na geografia dedicou atenção especial a geografia agrária, contribuindo com o entendimento da crise paradigmática e as transformações que ocorreram na geografia agrária. Um ponto em comum que dá início a investigação tanto de Alves (2010; 2013) quanto a esta monografia diz respeito à insurgência das crises paradigmáticas, seja na ciência como um todo ou mais especificamente em cada linha de conhecimento via disciplinas.

Partindo do pressuposto que estamos vivenciando uma crise paradigmática, paradigmas alternativos se fazem necessário para esse campo em disputa (ALVES, 2013) que narra em muitas vezes os rumos desenvolvidos em cada campo do conhecimento, ou de forma geral, vide a influencia do positivismo sobre grande parte da ciência produzida.

Dessa forma, o método central escolhido para a análise foi o método histórico dialético, que apresenta sua interpretação influenciada por um recorte de longo tempo (histórico) e variável conforme tempo, espaço e construção de diálogo predominante (dialético). Outro ponto que é importante ficar nítido é a tendência da interdisciplinaridade adotada neste trabalho, em que os estudos não devem ser engessados, mas construídos a partir do diálogo interdisciplinar.

Essa interdisciplinaridade metodológica pode ser mais bem compreendida por meio da figura 8, construída com base em Alves (2010), que exemplifica como essa

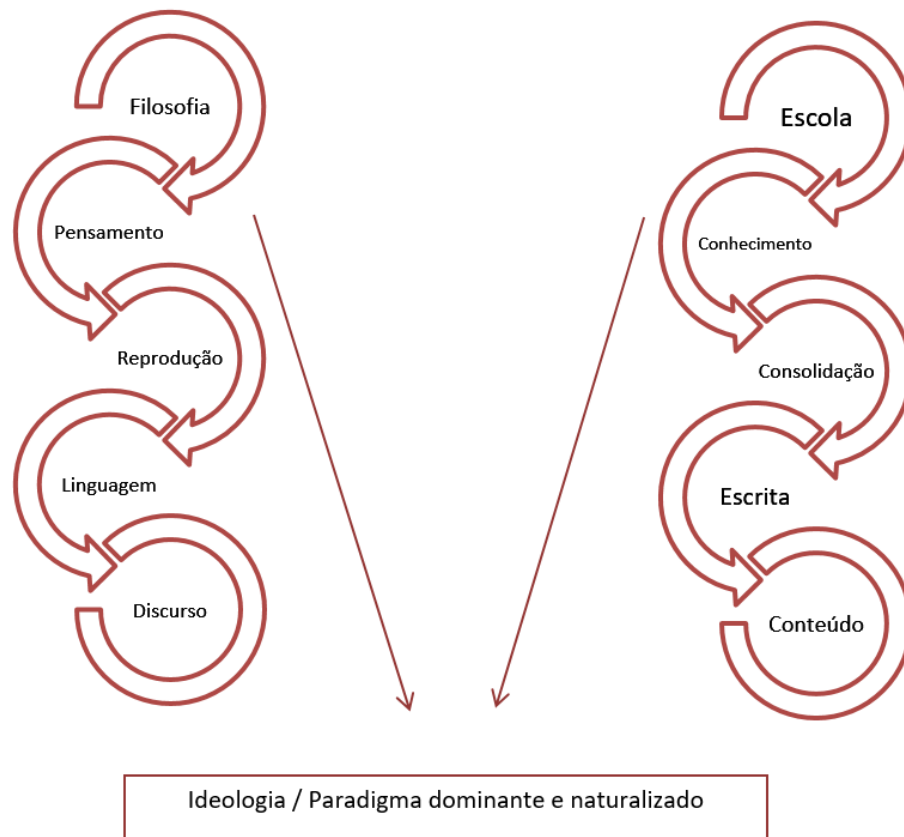


Figura 11: Método para compreender como os paradigmas se tornam hegemônicos.  
Organizado por: Cíntia Lisboa, 2019

interdisciplinaridade pode ser trabalhada na geografia e seus paradigmas hegemônicos justamente por não se tratar de problemas que possuam uma única resposta, um único modo de vista ou uma única ciência de análise.

É importante entendermos a diferença entre análise de conteúdo e análise do discurso, que terá enfoque em momento subsequente, com a análise da entrevista com um editor de periódico. A análise de conteúdo é utilizada quando se busca realizar a leitura e a interpretação para além do uso comum. Segundo Moraes (1999) é utilizada quando se busca “atingir níveis de compreensão mais aprofundados dos fenômenos que se propõe a investigar” (MORAES, 1999, p. 2).

Santos (2004), ao estudar a análise de conteúdo como abordagem qualitativa para estudos da geografia agrária, defende que os estudos pautados na análise de conteúdo historicamente tem se situado em seis enquadramentos básicos (figura 9), sendo eles:

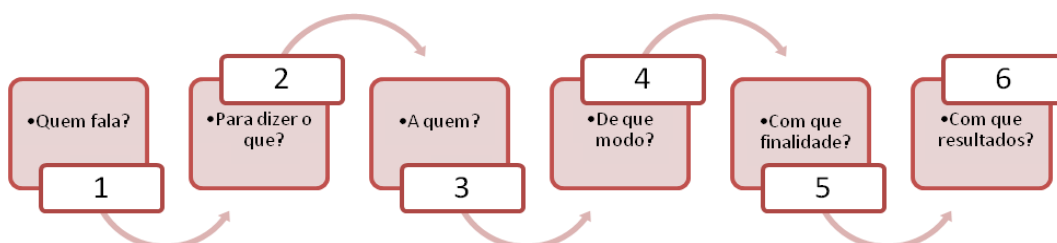


Figura 12: Enquadramentos históricos da análise de conteúdo conforme SANTOS (2004).  
Organizado por: Cíntia Lisboa, 2019

Concordando com Moraes (1999) o afirmar que a análise de conteúdo não é um procedimento estagnado, mas variável conforme tempo e lugar, sendo de extrema importância ter de forma clara o contexto da análise. Ao propor uma “leitura latente” (MORAES, 1999, p.10), aquela que procura encontrar as influências explícitas em um texto, o referido autor argumenta que trata-se de “uma leitura que capta nas entrelinhas motivações inconscientes ou indizíveis, reveladas por descontinuidades e contradições” (MORAES, 1999, p.10), ponto que nesta monografia será orientado pelo viés da geografia feminista.

Corrêa (2003) é incisivo ao falar que para se fazer análise crítica de conteúdos de textos geográficos é primordial ter conhecimento mínimo sobre a história do pensamento geográfico e as teorias associadas para que assim se possa avaliar a natureza e significados dos trabalhos.

Outro fator importante a ser observado é que esta análise não está isenta de interpretações de cunho pessoal, fazendo com que o olhar que interpreta os artigos a seguir tenha impactos de uma estrutura epistemológica, de cultura, e de simbologias:

De certo modo a análise de conteúdo, é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados. Não é possível uma leitura neutra. Toda leitura se constitui numa interpretação (MORAES, 1999, p. 3).

Os enquadramentos que buscam ser identificados nos quatro periódicos a seguir são: *Quem fala?*, *Para dizer o que?* e *De que modo?*, associado as interpretações que se fazem presente no referencial teórico desta investigação, atentando-se a inserção de gênero na geografia relacionando-se aos métodos, epistemologias, escolas e correntes teóricas e concepções de mundo.

Interpretamos o conteúdo das produções científicas a seguir como um exemplo das relações de poder, que envolvem o conteúdo e discurso que são apresentados e divulgados, da mesma forma que deixa perceptível como o patriarcado de modo naturalizado se faz pelo poder simbólico nas relações institucionais e sociais.

Araújo (2000) ao escrever sobre mediações e poder o apresenta para além do poder físico indicando a sua subjetividade, onde:

Com Bourdieu, penso que relações de comunicação são, sim, de modo inseparável, relações de poder, mas que dependem do capital simbólico dos agentes e instituições envolvidos. E o capital simbólico consiste no capital econômico, o cultural ou o social quando reconhecidos como legítimos. Ou seja, quando o lugar de fala

conferido pela posse de algum tipo de capital é reconhecido como legítimo pelos agentes sociais (ARAÚJO, 2000, p.3).

É por Grigoletto (2007) que nos orientamos ao entender que segundo os pressupostos teóricos da análise de discurso e conteúdo não pode haver discurso e conteúdo sem um/a sujeito/a enunciante, do mesmo modo que “não há sujeito sem ideologia” (GRIGOLETTO, 2007, p. 3). Neste trabalho tentamos mostrar a influencia patriarcal, que de tão naturalizada passa de forma despercebida, no modo como a ciência e o ambiente acadêmico lidam com a inserção das mulheres em seu meio, a hipótese trabalhada foi que a posição de visibilidade/reconhecimento ou não das pesquisadoras é afetada pelas relações de poder sociais e simbólicas do patriarcado.

#### 4.3.1 GEO PUC

Na primeira sistematização da Revista GEO PUC, criada no ano de 2008, foram selecionados dois artigos entre os 79 publicados, ao longo de nove anos, tal informação também está contida no quadro 5.

Após a leitura completa dos artigos apenas a publicação mais recente (de 2016) se enquadrava na análise proposta pelo objetivo desta pesquisa, ponto que também pode ser observado no quadro 5.

GEOPUC - Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio				
Volume/Número	Total de artigos	Escrito por mulheres	Escrito por homens	Escrita mista
v1/n1	6	1	5	0
v2/n2	5	4	1	0
v2/n3	6	1	5	0
v3/n4	5	2	2	1
v3/n5	5	0	4	1
v4/n6	5	0	5	0
v4/n7	8	2*	6	0
v5/n8	6	1	5	0
v5/n9	5	0	5	0
v6/n10	5	0	5	0
v6/n11	5	0	5	0
v7/n12	Outras publicações, que não artigo**	0	0	0
v7/n13	1	0	1	0

v8/n14	1	0	1	0
v8/n15	6	2	4	0
v9/n16	5	2	3	0
v9/n17	5	1*	3	1
TOTAL	79	16	60	3

\*Os números que possuem esse símbolo representam os artigos encontrados que tratam das temáticas de gênero e/ou sexualidades.

\*\*Nesta edição nenhum artigo foi publicado. Apenas dois trabalhos foram encontrados, sendo uma dissertação e uma resenha.

**Quadro 5:** Sistematização dos artigos encontrados nos periódicos da Revista GEO PUC separados pela autoria de mulheres, homens e mista ao longo dos anos de 2007-2017.

Organização: Cíntia Lisboa, 2019

Em linhas gerais, o que já pode ser identificado é a predominância da publicação de autorias masculinas que não se dedicam à temática aqui esplanada. Outra informação encontrada, por meio da sistematização, está em consonância com a literatura utilizada, que aponta que tais temáticas, em grande parte, são incorporadas como resistência teórica por preocupação de categorias marginalizadas.

Observa-se que os temas associados à temática dos estudos de gênero/mulher também foram escritos por autoras, fazendo com que, na maioria das vezes, as sujeitas e as autoras das pesquisas precisem cumprir distintos papéis em um estudo, como objeto de análise (enquanto mulher), e como pesquisadora da sua própria categoria (de mulher).

No quadro 6, a seguir, são apresentados os artigos que trataram, ao mínimo de forma transversal, a temática de gênero, sendo:

ARTIGO	AUTORIA	ANO DE PUBLICAÇÃO	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM	PALAVRAS-CHAVE
ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO INTERIOR FLUMINENSE: O polo de moda íntima de Nova Friburgo e região	Regina Célia de Mattos	2011	A autora é professora do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Arranjo Produtivo Local; Trabalho Feminino em Domicílio; Informalidade; Nova Friburgo;

<b>PAISAGEM, GÊNERO, MULHER E TRABALHO: Uma tentativa de reflexão, aproximação e observação</b>	<b>Jéssica Santos da Silva</b>	<b>2016</b>	<b>A autora é mestranda em Geografia Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro</b>	<b>Paisagem; gênero; mulher; trabalho;</b>
---	--------------------------------	-------------	---	--

**Quadro 6:** Artigos encontrados nos periódicos da revista GEO PUC que tangenciavam ou analisavam temáticas de gênero na geografia.

Organização: Cíntia Lisboa, 2019

O texto publicado nesse periódico (2007 a 2017), com um viés que levasse em conta a questão da mulher, escrito por Mattos (2011) trata-se de um trabalho interpretado pelo estruturalismo em que os conceitos de capital, trabalho, divisão sexual do trabalho e arranjos produtivos são predominantes. A autora enfatiza que as desigualdades de gênero e a influência dos papéis sociais são questões importantes de serem levadas em conta, pelo fato de sempre as mulheres ocuparem posições tidas como de menor prestígio no mundo do trabalho. Contudo, toda a reflexão é levada pelo dinamismo do conceito de trabalho associado ao capital (a estrutura), representando um trabalho ligado às reflexões teórico-conceituais mais próximas da geografia econômica.

Cinco anos após a publicação deste artigo, quando já haviam sido lançadas outras nove edições do periódico, outro trabalho torna a aparecer dando visibilidade à discussão das mulheres, escrito por Silva (2016), intitulado de “Paisagem, gênero, mulheres e trabalho” dessa vez o trabalho busca associar a teoria de como as questões estruturais patriarcais e sexista influenciam a paisagem. Os conceitos trabalhados são: paisagem, cultura, gênero, trabalho e mulher, em que a autora indica que a Geografia precisa estar atenta às relações cotidianas que historicamente naturalizam papéis de gênero que, por sua vez, influenciam a relação com o espaço e, nesse caso, a autora chama de “paisagem”.

Desde o início do texto de Silva (2016) é indicada a análise crítica acerca do conceito de paisagem, de forma histórica e dialética, a autora discute a construção da paisagem alternativa ou excluída, em que, as paisagens femininas aparecem. Segundo Silva (2016), a geografia precisa de uma transformação em seus métodos e metodologias para que não busquem apenas a forma e a aparência, mas o conteúdo e a essência de dada realidade.

Essa preocupação seria pautada por meio da geografia cultural, cujo conceito plurimodal entre objeto e sujeito apresentam interação complexa entre si, não dando importância maior a nenhum dos aspectos apresentados, e sim a de maneira relação dialética. Um exemplo é

identificado acerca da análise de uma cooperativa na favela da Rocinha – Rio de Janeiro, onde é observada a relação da paisagem feminina com a divisão sexual do trabalho, cujo viés patriarcal e machista da sociedade está presente no cotidiano ao naturalizar papéis atribuídos aos homens e as mulheres. Silva (2016) aponta para uma perspectiva necessária de radicalização nos estudos geográficos na busca de trabalhar com a essência dos conceitos, identificando múltiplas e variadas intencionalidades acadêmicas.

#### 4.3.1.1 Entrevista com o editor

Como proposta inicial, visávamos, por meio das entrevistas com os editores dos periódicos selecionados, a análise do discurso por meio de um questionário (em apêndice), optamos por entrar em contato via e-mail, tendo em vista a dificuldade de conciliação das agendas.

Foram contactados os editores dos 04 periódicos. Um editor é recente e não se sentiu confortável em responder as questões e indicou o editor mais experiente que, infelizmente, não retornou. Outro contato também não teve êxito, pois a editora não faz mais parte e não concedeu a entrevista, encaminhando um email de contato com a equipe editorial, mas também não tivemos retorno. E um periódico que não tivemos nenhum retorno, mesmo depois de 3 emails enviados.

Apenas um editor respondeu o questionário online, depois de aceitar, primeiramente, participar da pesquisa. Tal editor é membro do corpo docente de professores da graduação e pós-graduação em Geografia da PUC – Rio, sendo responsável há dez anos pelo periódico GEO PUC.

Algumas das respostas enviadas encontram-se organizadas em sequência abaixo, em que o Editor Chefe indica que:

- É professor atuante na linha de pesquisa: Espaço, cotidiano e sustentabilidade;
- Revela que há predominância de homens no corpo científico da revista;
- Indica que os artigos de gênero são pouco representativos ao longo dessa década;
- Apresentou que questões tidas como interseccionais não são pautas entre os editores e que não há ideia de se mudar isso por enquanto;
- Respondeu que não há predominância de autoria por sexo ao longo da década de 2007-2017, onde foram encontrados nesse mesmo período 79 artigos, sendo:

3 de autoria mista;

16 de autoria por mulheres;

60 de autoria por homens;

Os resultados que pudemos interpretar através dos questionários vão em total acordo com o referencial teórico tratando-se da negligência e secundarização que questões ligadas as mulheres e a estudos de gênero sofrem. A própria ausência no retorno das respostas dos questionários que poderiam ser respondidos entre 5 e 10 minutos já demonstra uma certa desconsideração pelo tema.

Sobre a única entrevista realizada, coincidentemente o editor atua na linha de pesquisa que permite facilmente o diálogo com o conceito e estudos de gênero, contudo o professor e editor em questão não trabalha em áreas afins a linha interseccional e demonstrou respeito, ainda que não tenha demonstrado interesse prático e nem estimule a discussão, sobre.

#### 4.3.2 GEO UERJ

A Revista da Pós Graduação em Geografia da UERJ, a GEO UERJ, criada em 1997 em forma impressa, foi a revista que mais publicou artigos com a preocupação de gênero e questões ligadas à interseccionalidade no período selecionado. Foram publicados um total 286 artigos, entre os quais oito são pertinentes às temáticas aqui buscadas, conforme quadro 7.

Geo UERJ – Revista do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro				
Volume/Número	Total de artigos	Escrito por mulheres	Escrito por homens	Escrita mista
v1/17	4	3	1	0
v2/n17	6	2	3	1
v1/n18	9	1*	5	3
v2/n18	8	3	1	4
v1/n19	8	2	2	4*
v2/n20	9	3	6	0
v1/n21	9	1	4	4
v2/n21	15	4*	9	2
v1/n22	8	2	2	4
v2/n22	6	1	3	2
v1/n23	12	2	3	7*
v2/n23	23	6	13	4
v1/n24	19	8	3	8
v2/n24	10	2	1	7
v1/n25	13	3	2	8*
v2/n25	19	3	12*	4
n26	18	5	8	5



n27	21	4*	11	6
n28	19	2	11	6
n29	25	6	9	10*
n30	11	3	4	4
n31	14	5	7	2
TOTAL	286	71	120	95

\*Os números que possuem esse símbolo representam os artigos encontrados que tratam das temáticas de gênero e/ou sexualidades.

**Quadro 7:** Sistematização dos artigos encontrados nos periódicos da Revista GEO UERJ separados pela autoria de mulheres, homens e mista ao longo dos anos de 2007-2017.

Organização: Cíntia Lisboa, 2019

Podemos pensar que tal política institucional é vista no Departamento de Geografia da UERJ, em particular no NEPEC (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Cultura), criado em 1993, como importante mecanismo político. Já em 1995, foi lançado nesse núcleo a revista *Espaço e Cultura* para a publicação dos trabalhos que visavam disseminar os resultados das temáticas trabalhadas com questões interseccionais, a exemplo de estudos de gênero. Tanto o grupo de estudos quanto o periódico se firmaram como produtores de um discurso contra hegemônico na academia geográfica brasileira que, cada vez mais, ganha novos pesquisadores preocupados e engajados nessa temática vide histórico de atuação e crescimento do núcleo.

Acreditamos que o fato da Revista GEO UERJ ser a que mais publica artigos que tratem dessa questão também tenha influência do discurso promovido por quase 30 anos via o núcleo de pesquisa em Espaço e Cultura<sup>11</sup> que valoriza questões mais ligadas ao sujeito como religião, raça, gênero, lugar de falar, sexualidades, entre outros, o que pode ser observado no quadro 8.

ARTIGO	AUTORIA	ANO	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM	PALAVRAS-CHAVE
A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade	Joseli Maria Silva	2008	A autora é professora doutora na Universidade Estadual de Ponta Grossa e do Grupo de Estudos Territoriais	Espaço urbano; identidades de gênero; travesti;
<b>Algumas reflexões sobre a lógica eurocêntrica da ciência geográfica e sua subversão com a emergência de</b>	<b>Joseli Maria Silva; Alides Baptista Chimin</b>	<b>2009</b>	<b>Joseli é a única autora doutora e professora e os demais autores são mestrandos da mesma instituição, a Universidade Estadual</b>	<b>Geografia; Epistemologia Feminista; Metodologias;</b>

<sup>11</sup>O núcleo de pesquisa tem como principais nomes a Professora Zeny Rosendahl e o Professor Roberto Lobato Corrêa. Atual é coordenado pela Professora Mariana Lamego.

saberes não hegemônicos	Junior; Almir Nabozny; Marcio Jose Ornat; Rodrigo Rossi		de Ponta Grossa e pertencem ao mesmo grupo de estudos, o Grupo de Estudos Territoriais	
A participação política das mulheres agricultoras nas organizações populares e sindicais no sudoeste do paraná	Rosel� Alves dos Santos	2010	A autora � professora doutora na Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Mulheres; agricultura familiar; organiza�o política;
Espaço, masculinidades e adolescentes em conflito com a lei	Joseli Maria Silva; Rodrigo Rossi; Alides Baptista Chimin Junior; Marcio Jose Ornat	2012	Joseli e Marcio são professores doutores da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Alides � mestre na Universidade Federal do Centro-Oeste e Rodrigo � da Secretaria de Estado da Educa�o – PR, todos são membros do Grupo de Estudos Territoriais	Espaço; Masculinidades; Geografia Feminista; Adolescentes; Conflito com a Lei;
RELAÇÕES DE PODER E PRODUÇÃO TERRITORIAL: as contingências da vida no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)	Rafael de Melo Monteiro; Vera Lúcia Salazar Pessôa	2014	Rafael � Doutorando em Geografia pela UNESP/Presidente Prudente. Membro do Grupo de Estudos Territoriais, já Vera � Professora do Programa de Pós-Gradua�o em Geografia/UFG/Campus Catalão. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais	Rela�es de poder; Produ�o territorial; Contingências da vida; Assentamento Olga Benário. Ipameri (GO);
Espacialidade e masculinidade na vivência de jovens da escola de 'guardas mirins' em ponta Grossa, Paraná	João Paulo Leandro de Almeida; Marcio Jose Ornat	2014	João � geógrafo e membro do Grupo de Estudos Territoriais e Marcio � professor doutor em Geografia na Universidade Estadual de Ponta Grossa e membro do mesmo grupo	Espaço; Masculinidade; Geografia Feminista; Escola de Guardas Mirins;
Sujeto y	Iliana	2015	A autora � professora	Sujeto y

<b>subjectividad: una aproximación desde las representaciones espaciales</b>	<b>Araya Ramírez</b>		<b>da Universidad Nacional (UMA) – Costa Rica</b>	<b>subjectividad; dialéctica de la espacialidad; lugar; representaciones espaciales; diálogo interdisciplinario;</b>
Espaço e morte nas representações sociais das travestis e transexuais femininas	Vinícius Cabral; Joseli Maria Silva	2016	Vinícius é geógrafo e membro do Grupo de Estudos Territoriais e Joseli é professora doutora na Universidade Estadual de Ponta Grossa membro do mesmo grupo	Espaço; Morte; Representações Sociais; Travestis; Transexuais Femininas;

**Quadro 8:** Artigos encontrados nos periódicos da revista GEOPUC que tangenciavam ou analisavam temáticas de gênero na geografia.  
Organização: Cíntia Lisboa, 2019

No primeiro trabalho, Silva (2008), uma reconhecida autora de estudos da geografia feminista e da geografia e gênero, não foi selecionado, na segunda sistematização, por se tratar de um trabalho que, metodologicamente, perpassa por questões similares a apresentada aqui, mas que não focaliza diretamente seu objeto nas desigualdades de gênero e sim a “desobediência/desordem” epistemológica frente a geografia em seu discurso hegemônico no cotidiano da categoria de análise focalizado no conceito de travesti, explicando a diferença entre transgeneros e transexuais e sua relação com conceitos geográficos.

A linha desenvolvida nesse trabalho parte da interdisciplinaridade metodológica que busca usufruir o diálogo de algumas disciplinas utilizando as ferramentas mais coerentes para debater o pensamento não binário na geografia, a exemplo da categoria masculino x feminino. Tal temática apresentada é de extremo enriquecimento para a ciência geográfica e não se trata de permanecer nesse binarismo, contudo, o presente trabalho tem com o enfoque a visibilidade das mulheres na discussão de gênero e geografia. Isso não destitui a importância de trazer para o debate as formas de sexualidades e seus estudos.

Já o segundo trabalho selecionado foi produzido por autoria mista de acadêmicas e acadêmicos do GETE – Grupo de Estudos Territoriais da Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná, 2009. A inquietação teórica da pesquisa em questão irá se desenvolver por uma visão crítica do que é tido como conhecimento, interpretado como fruto de ideias e imaginários, em acordo com a perspectiva de Moreira (2007), e acrescenta que tal imaginário é repleto de preconceitos raciais, de gênero, de classe e de posição, o que legitima o

conhecimento produzido por homens e por mulheres brancas, europeias e de convicções heteronormativas, estigmatizando a produção científica do hemisfério do sul e de quem está localizado fora do “centro mundial” de língua inglesa, seja europeia ou norte americana (SILVA, JUNIOR, ORNAT, ROSSI, 2009).

O artigo “Algumas reflexões sobre a lógica eurocêntrica da ciência geográfica e sua subversão com a emergência de saberes não hegemônicos” escrito pelos autores supracitados segue a sequência histórica da história do pensamento geográfico para reafirmar como toda nossa ciência é baseada em valores (morais e éticos) de pensadores homens e brancos da Europa que, por meio de suas pesquisas, acreditavam em “um destino inquestionável da superioridade da Europa em relação a outros continentes e povos” (SILVA, JUNIOR, ORNAT, ROSSI, p.6, 2009).

O artigo também possui uma proposta de mudança social, tendo como cerne a necessidade da transformação da produção do conhecimento geográfico brasileiro, passando de uma perspectiva com olhar moderno a uma perspectiva de olhar do pensamento descolonial, que levará em conta fatores como posição de fala, gênero, raça etc.

O terceiro artigo encontrado é de Santos (2010), mas não foi sistematizado na segunda análise, por se tratar de uma discussão incipiente de gênero em relação às mulheres rurais. O objetivo da pesquisa feita por Roseli está centrado na participação e organização política das mulheres agricultoras. Questões como a experiências populares, organizações populares e sindicais são algumas das questões analisadas por Roseli Santos, contudo o debate feito é transversal à temática vista aqui por gênero, cujos pontos em comum são: a discussão de gênero e a perpetuação dos problemas estruturais como a transmissão hereditária e a construção de hábitos entendidos como reproduções sociais coletivas que são orientadas inconscientes por estruturas.

O viés do trabalho aponta para a importância de estudos interseccionais que de forma complexa podem auxiliar em interpretações mais diversas e próximas da realidade. A análise histórica leva a uma reflexão de como as múltiplas desigualdades são construídas socialmente.

O quarto artigo publicado neste periódico de Silva, Rossi, Junior; Ornat (2012) representa mais uma autoria mista de pesquisadoras/es do GETE, apesar de muito pertinente aos estudos de gênero na geografia também não foi selecionado, por se tratar de análise sobre masculinidades e sua relação com o espaço. O exemplo trabalhado foi sobre adolescentes homens e sua relação espaço-tempo com problemas da lei.

A discussão de gênero apresentada neste quarto artigo diz respeito ao pensamento do pluralismo sexual existente, não sendo passível de idealização apenas o gênero masculino e feminino, a falta de reconhecimento da abordagem de múltiplas sexualidades, contudo, a análise desta monografia busca se debruçar sobre a questão de gênero atrelada as mulheres na ciência geográfica.

O quinto trabalho intitulado “Relações de poder e produção territorial: as contingências da vida no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)”, de autoria mista por Monteiro; Pessoa (2014), possui um viés mais estruturalista não tendo presente em sua escrita nenhuma palavra como “mulher; gênero; cultura; raça”, dentre outras categorias que poderiam ser tangenciadas por esta investigação.

O foco analisado é pelas relações de poder que irão aparecer no cotidiano do Assentamento Olga Benário e como isso pode produzir diversas territorialidades em um espaço múltiplo de indivíduos. Seu desenvolvimento é pautado no conceito de território e a conflitualidade existente por via dessas relações de poder que se fazem presente no cotidiano.

O sexto artigo, escrito por Almeida e Ornat, publicado em 2014, é desenvolvido com uma lógica similar ao do quarto trabalho publicado na GEO UERJ, tratando de questões empíricas de masculinidades múltiplas no Paraná e como isso se relacionará espacialmente com os jovens guardas mirins. Os autores constroem o trabalho com elementos da geografia feminista no que diz respeito ao rompimento de pensamentos hegemônicos, contudo, apenas inicia o debate e, por isso, não contempla os objetivos proposto neste trabalho.

O debate transversal que vai de acordo com esta monografia diz respeito as epistemologias emergentes, visto pela teoria da geografia feminista, porém será apenas como base inicial do debate, o seu desenvolvimento teórico relacionando gênero e geografia se dará pela análise das masculinidades em um diálogo com questões interseccionais.

O sétimo texto, escrito por Iliana Ramirez, em Costa Rica, intitulado de “Sujeto y subjetividade: una aproximacion desde las representaciones espaciales” (2015), cujo objetivo central visa a preocupação e a necessidade crescente que a autora indica que tem acontecido nas ditas ciências sociais que, por um debate interdisciplinar, tem tornado possível a experiência do desenvolvimento de análises de outras ciências humanas com conceitos geográficos. Assim como recentes análises geográficas utilizando conceitos que até então eram estranhos à ciência geográfica, mas presentes nas ciências humanas como um todo, a exemplo de gênero, raça, classe, religião, dentre outros.

A autora também afirmar que, por meio da colonialidade, métodos, conceitos e pensamentos, são tidos como certos e, por isso, já possuem lugares de prestígios nas análises científicas. Contudo, a autora apresenta a riqueza e a necessidade do intercâmbio disciplinar que só contribui para o complemento de novas categorias de análise para uma mesma realidade, deste modo a proposta da autora são análises descoloniais que façam usam de conceitos interseccionais e interdisciplinares, buscando uma análise mais completa e complexa da realidade estudada.

Ramirez (2015) defende a ideia de relação com as categorias interseccionais apontando que dessa forma se fará “mais sentido” na escolha de categorias para a análise e produção científica. A escolha de quais categorias trabalhar é colocada pela autora como questão subjetiva de cada autora/autor, mas sugere sempre que as produções e posições científicas indiquem categorias de análises contra-hegemônica na produção hierárquica de conhecimento, seja ele, branco, de alto capital, europeu, cristão e heteronormativo.

O oitavo e último artigo indicado na primeira sistematização, de Cabral e Silva (2016), mesmo possuindo questões em comum não aprofunda a discussão “feminina” dentro do gênero e geografia. O enfoque deste último trabalho diz respeito à relação entre as múltiplas espacialidades de corpos que transgridam as normas hegemônicas binárias de gênero no Estado do Paraná, sendo muitas das vezes uma vida com intensa violência pautada em discursos religiosos e de “normas sociais”.

#### 4.3.3 GEOGRAPHIA (UFF)

Assim como na revista da PUC, a revista do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFF, a GEOGRAPHIA, criada no ano de 1999, em dez anos (2007 – 2017), publicou 173 artigos e apenas dois apresentam reflexões ligadas à gênero e geografia aparecem, isso é possível de ser identificado conforme o quadro 9.

Conforme indicado pelo quadro 10, os artigos que foram selecionados na primeira sistematização qualitativa citam a questão de gênero e contribuem para o avanço da aceitação e da utilização de tais conceitos na geografia, todavia, mais uma vez, a escrita dos artigos apresenta uma discussão teórica transversal, mas não é aprofundada, logo não sendo cabível de análise conforme objetivo do presente trabalho.

Geographia – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF						
Volume/Número	Total de artigos	Escrito por mulheres	por	Escrito por homens	por	Escrita mista

v9/n17	5	0	5	0
v9/n18	5	1	4	0
v10/n19	5	0	5	0
v10/n20	4	1	2	1
v11/n21	6	0	5	1
v11/n22	5	2	3	0
v12/n23	6	2	3	1
v12/n24	8	2	5	1
v13/n25	6	3	3	0
v13/n26	5	1	2	2
v14/n27	5	0	4	1
v14/n28	5	1	3	1
v15/n29	4	0	4	0
v15/n30	5	0	4	1
v16/n31	6	0	4	2
v16/n32	6	1	5	0
v17/n33	8	2	3	3
v17/n34	10	0	9	1
v17/n35	7	2	4	1
v18/n36	10	1	7	2*
v18/n37	10	1	9	0
v18/n38	7	2	2	3
v19/n39	7	1	5*	1
v19/n40	8	3	3	2
v19/n41	10	2	6	2
TOTAL	163	28	109	26

\*Os números que possuem esse símbolo representam os artigos encontrados que tratam das temáticas de gênero e/ou sexualidades.

**Quadro 9:** Sistematização dos artigos encontrados nos periódicos da Revista GEOGRAPHIA separados pela autoria de mulheres, homens e mista ao longo dos anos de 2007-2017.

Organização: Cíntia Lisboa, 2019

Uma observação comum a todos os periódicos analisados é que as publicações são majoritariamente de autoria masculina e quase igual em relação à autoria de mulheres e autoria mista. Isso reforça a ideia naturalizada que é tida na legitimação e no reconhecimento da produção científica masculina em detrimento da feminina.

ARTIGO	AUTORIA	ANO	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM	PALAVRAS-CHAVE
Mundialização do conhecimento científico e controle do privilégio epistêmico na geografia: poder e	Joseli Maria Silva; Marcio José Ornat	2016	Joseli e Marcio são professores doutores da Universidade Estadual de Ponta Grossa e membros do Grupo de	Mundialização do Conhecimento; Poder; Privilégio Epistêmico

sexualidades no brasil			Estudos Territoriais	
Interculturalidade e geografia: um debate espacial das relações culturais	Benhur Pinós da Costa	2017	O autor é professor da Universidade Federal de Santa Maria e integrante das redes: rede NEER; Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidades Ibero-Americana; Rede de Múltiplas e Microterritorialidades nas Cidades	Geografia; Interculturalidade; Interseccionalidade; Cotidiano;

**Quadro 10:** Artigos encontrados nos periódicos da revista GEOGRAPHIA que tangenciavam ou analisavam temáticas de gênero na geografia  
Organização: Cíntia Lisboa, 2019

Nenhum texto da Revista GEOGRAPHIA foi destacado para análise aprofundada, isso porque o primeiro texto, publicado em 2016 por Silva e Ornat, pontua apenas no início a questão de gênero e interseccionalidade. A ideia central é desenvolvida pela teoria da colonialidade do saber, indicando que a ciência de língua inglesa consegue se colocar como controladora de uma enunciação científica. Os autores discutem como a contribuição da língua inglesa é legitimada em detrimento da produção marginalizada da América Latina e apesar desse debate ser de extrema relevância e coerência com este trabalho a preocupação central é pautada a nível epistemológico não se atentando as questões de gênero em si.

No texto mais recente, de Costa, publicado em 2017, pode ser identificado a importância da aceitação que a geografia precisa fazer ao entender como o espaço é produzido e consumido de forma diferente por papéis associados às questões da interseccionalidade vistas pela cultura, pelo multiculturalismo, pela ética etc, assim há necessidade de se acabar com hegemonias de pensamentos e para isso o autor defende a geografia feminista, que surge para tratar das desigualdades de uma sociedade não homogênea, como há tempo a geografia vem tratando em suas análises. Entende-se aqui que a geografia feminista (SILVA, 1998) incorpora contribuições do feminismo (tal qual o gênero) para explicar e interpretar fatos geográficos.

Ambas as discussões encontradas no periódico Geographia contribuem e reforçam a importância do conceito de gênero associado às análises geográficas, contudo, são teorias, conceitos, filosofias e discussões aliadas e não propriamente sobre o tema em si, o que



obviamente é animador para o avanço dessa discussão na escola brasileira e, sobretudo na fluminense.

#### 4.3.4 ESPAÇO ABERTO (UFRJ)

Infelizmente o site da Revista Espaço Aberto não possui informações em relação ao histórico do periódico o que nos inviabiliza apresentar a sua data de criação e seu contexto. Sobre a análise dos artigos buscados entre 2007 a 2017, não apresentou sequer um trabalho, dentro os 125 existentes, que tangenciasse a proposta aqui vista, como pode ser observado no quadro 11.

Espaço Aberto – revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia UFRJ				
Volume/Número	Total de artigos	Escrito por mulheres	Escrito por homens	Escrita mista
v1/n1	7	6	1	0
v1/n2	14	5	8	1
v2/n1	8	1	6	1
v2/n2	10	2	6	2
v3/n1	8	5	3	0
v3/n2	8	2	5	1
v4/n1	9	1	5	3
v4/n2	9	1	4	4
v5/n1	8	2	6	0
v5/n2	9	2	6	1
v6/n1	11	2	4	5
v6/n2	7	1	2	4
v7/n1	7	2	4	1
v7/n2	10	3	5	2
TOTAL	125	35	65	25

**Quadro 11:** Sistematização dos artigos encontrados nos periódicos da Revista Espaço Aberto separados pela autoria de mulheres, homens e mista ao longo dos anos de 2007-2017  
Organização: Cíntia Lisboa, 2019

A Revista Espaço Aberto, sendo do Departamento de umas das instituições responsáveis pela institucionalização da Geografia Brasileira, torna claro e evidente a influência e reprodução de um discurso consagrado dentro de uma ciência. Acreditamos que este resultado indica que além de não ter um artigo específico sobre a temática de gênero, resultado esse encontrado em outros periódicos, há a ausência de outras discussões básicas que impulsionam e tangenciam conceitos interseccionais, a exemplos de discussões epistemológicas que necessitam de um repensar filosófico e metodológico sobre sua teoria, discussão que já vem sendo travada nos outros 3 periódicos.

Acreditamos ainda que, no caso da UFRJ, o discurso clássico que influi sobre o seu PPG e sobre o seu periódico diz respeito ao fato de no Rio de Janeiro ela ser a primeira Universidade com o curso de Geografia que foi totalmente pautado, ponto de vista que já foi explanado no sub capítulo anterior, sob o enfoque das análises regionais da escola francesa.

#### 4.4 SÍNTESE DOS DADOS LEVANTADOS

Em síntese o que foi observado vai ao encontro das leituras que sustentam o arcabouço teórico desta monografia. Primeiro, em relação à marginalização da inserção de gênero na geografia, sobretudo na geografia brasileira se tratando de estudos com temáticas das mulheres ou de feminilidades (SPITALERE, 2013, p.60) e, em segundo, pelo papel secundário que as mulheres sofrem dentro de segmentos que, em tese, são sobre suas demandas, a exemplo do que convém se pensar no senso comum que os estudos de gênero são estudos “das mulheres”.

Isso fica nítido quando entre 653 artigos, apenas 12 dizem respeito a estudos que perpassem por gênero e/ou interseccionalidades, e mais nítido ainda quando entre esses dozes artigo apenas três dizem respeito à preocupação epistemológica de gênero no paradigma geográfico relacionado à geografia feminista que realmente dão visibilidade para as mulheres dentro da ciência.

Deste modo se desenvolveu um esquema (figura 10) com base nos três artigos analisados em profundidade, nesta investigação, o que nos permitiu constatar como o conceito de gênero, associado à análise sobre mulheres, se insere na geografia em relação aos seus métodos, teorias e paradigmas.

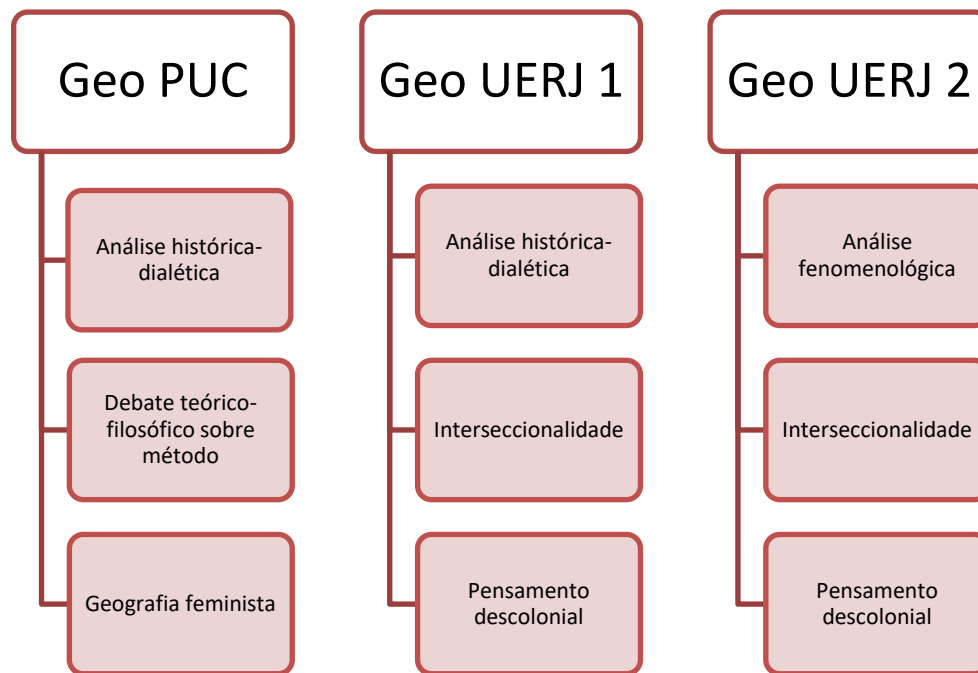


Figura 13: Análise em profundidade dos 3 artigos selecionados nesta pesquisa de acordo com seus métodos, teorias e paradigmas, respectivamente.  
Organizador por: Cíntia Lisboa, 2019

De forma qualitativa é possível dizer que parte das discussões segue um padrão de análise, onde diversos trabalhos possuem pontos em comum. Isso é visto de forma mais ampla em trabalhos de geografia e gênero nas mais variadas escalas, a nível internacional, nacional e também no recorte selecionado, nesse caso, o território fluminense.

Como o diálogo com o conceito de gênero ainda não é aceito de forma hegemônica na geografia, as produções que enveredam por esse caminho teórico precisam se justificar não apenas em relação ao seu objeto de pesquisa, mas inclusive sobre o seu método científico, o que leva a grande parte dos trabalhos discutir aspectos teórico-conceituais e metodológicos, para aí sim serem reconhecidos e “aceitos” enquanto produção geográfica.

O mesmo pode ser observado neste trabalho, onde buscando entender como a inserção de gênero se deu na geografia, necessitando de uma reflexão teórico-conceitual-metodológica para poder analisar os periódicos enquanto objetos. Diferente dos trabalhos que possuem teorias hegemonicamente aceitas na geografia, que podem com mais aceitação desenvolver o método e hipóteses sem precisar de um árduo subsídio teórico, pois já possuem métodos consagrados na geografia.

Como resultado da tese defendida pela teoria apresentada e da antítese representada pelos dados sexistas, a síntese desta monografia indica o surgimento de uma incipiente inserção dos conceitos e análises de gênero associados às epistemologias emergentes como: os estudos feministas, interseccionais, de pensamento descolonial e crise paradigmática, que acabam por

impor as ciências e, em especial, a ciência geográfica analisada neste presente trabalho, a reformulação de suas bases filosóficas que guiam seu desenvolvimento.

Na Geografia Fluminense poucas Universidades incentivam a inserção de gênero em seus debates, desde a oferta de disciplinas, a grupos de pesquisas e divulgação. É possível visualizar através da figura 11 como esse debate está nitidamente associado a instituições específicas, onde a UERJ concentra esse debate com oito artigos publicados, enquanto a UFF e PUC-Rio apresentam, respectivamente, dois artigos publicados e a UFRJ nenhuma publicação.

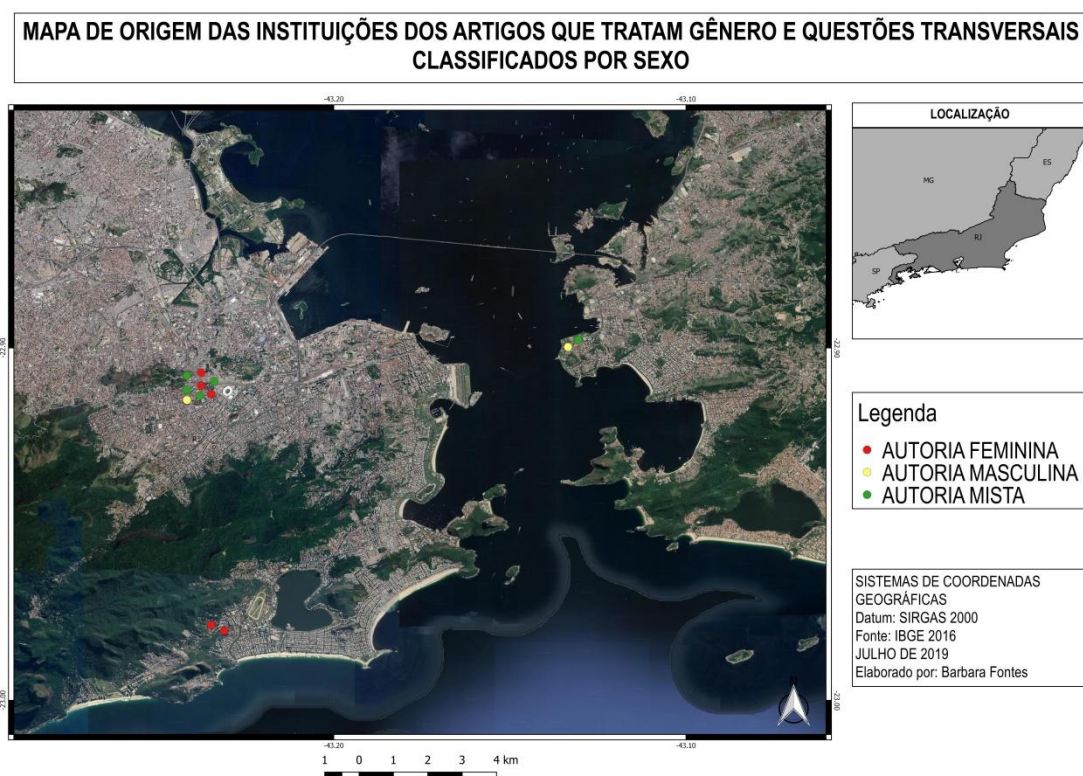


Figura 14: Mapa de origem das instituições que apresentaram artigos envolvendo gênero e questões transversais. Organizador por: Bárbara Fontes, 2019.

Outro resultado apresentado diz respeito à espacialização dessa discussão em território nacional, atentando ao fato que pouco do que se publica no Rio de Janeiro, em respeito à discussão de geografia e gênero, é proveniente do Rio de Janeiro (figura 12). Dos dozes artigos selecionados, apenas dois são do estado e ambos estão publicados na Geo PUC, enquanto oito são provenientes do Sul, um de Goiás e outro da Costa Rica.

Esta é uma preocupação e observação desenvolvida e sustentada pelo pensamento descolonial que contribuiu para se pensar o local de fala das pessoas que publicam sobre gênero ou questões transversais nos periódicos fluminenses. A análise do conteúdo

possibilitou identificar quais instituições e núcleos de pesquisas encontram-se atentos e dispostos a fazer de seus trabalhos e pesquisas uma resistência acadêmica. Debate que no Brasil, como observado ao longo dessa monografia, vem sendo desenvolvido principalmente no Sul do país, todavia, há de ressaltar que no Norte esse debate tem ganhado destaque também.

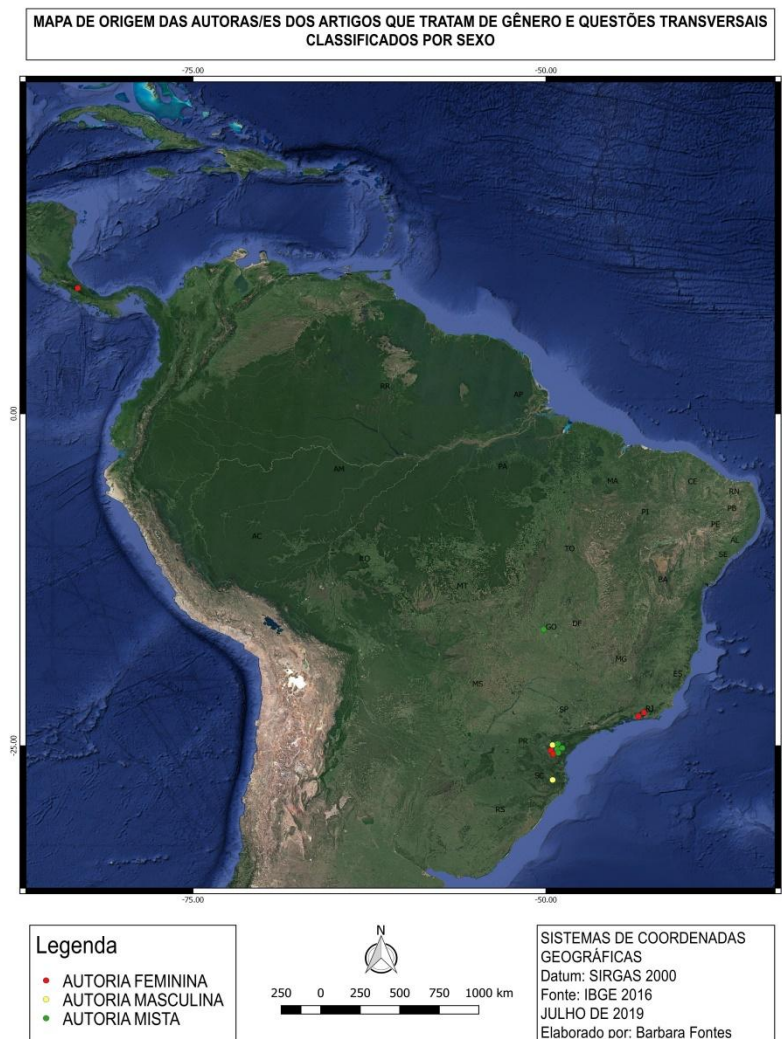


Figura 15: Mapa de origem das/os autoras/es dos artigos selecionados.  
Organizado por: Bárbara Fontes, 2019.

Como observado nos mapas apresentados neste resultado há uma nítida concentração tanto de quem produz esse debate (centralizado no Sul do país) quanto de quem publica e divulga esse debate de gênero na geografia, e no caso do Rio de Janeiro, a instituição vanguarda dessa resistência epistemológica é a UERJ.



*Reprodução, texto de Alberto João, 2012*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De certa forma, essa consideração final parece na verdade uma informação introdutória dessa discussão. Através deste texto discutimos alguns elementos da análise de conteúdo sobre a epistemologia geográfica e sua relação com a inserção de categorias de análises interseccionais, em especial, a discussão de gênero e geografia pautada pela geografia feminista.

Iniciando por aspectos teóricos e seus fundamentos, procuramos mostrar a linha de raciocínio utilizada para se aceitar e compreender gênero na análise geográfica, demonstrando um conjunto diversificado de objetivos e teorias que esta metodologia de análise possibilita.

O que se encontrou como resultado empírico interpretado à luz do aporte teórico é mais uma simbologia materializada de como a questão das mulheres é de difícil divulgação e acesso, não bastando apenas a produção de tais temáticas e sim a sua publicação para conhecimento amplo.

Já era esperado que poucos trabalhos fossem encontrados, sobretudo por se tratar de um recorte estadual, todavia, encontrar apenas três artigos entre uma grandeza de publicações traz uma inquietação e uma provocação que prese em aprofundar estudos no campo da teoria e método e da geografia feminista.

Foi mais espantoso do que era esperado, sendo apenas três trabalhos analisados com viés de prioridade a discussão da mulher, que em uma sociedade patriarcal sofre desigualdades ao ocupar espaços diferentes daqueles que socialmente são destinados a si.

Entendemos a necessidade de divulgação de pesquisas não com a finalidade de competições científicas, mas de dar visibilidade a discussão da geografia e gênero. Dito isso se indica o convite para que esse seja o ponto de partida do tema proposto e não a finalização de determinadas verdades naturalizadas.

Ao concluir esta discussão pretendemos ter reunido argumentos que mostrem que a análise de gênero não se constitui como uma simples técnica, mas que pode ser considerada como uma metodologia variada e em permanente revisão teórica e de caráter interdisciplinar.

Neste sentido entendemos que a análise de gênero associada à geografia possibilita o atendimento de inúmeras influências “subjetivas” que são materializadas no consumo e produção do espaço, o que leva a necessidade de se ampliar esse debate até que gênero possa ser “bem visto” enquanto análise qualitativa e quantitativa na geografia, representando um grande campo do conhecimento a ser estudado e divulgado ainda.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, Patrícia. O IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira. **Terra Brasillis**. N.3, p, 1 – 19, 2014.
- AIRES, Luísa. **Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional**. Lisboa: Universidade Aberta, 2011. 70 p.
- ALMEIDA, João Paulo Leandro de; ORNAT, Marcio Jose. Espacialidade e masculinidade na vivência de jovens da escola de 'guardas mirins' em Ponta Grossa, Paraná. **Geo UERJ**. v.2, n.25, p. 142-171, 2014.
- ALVES, Flamarion Dutra. **Trajatória teórico-metodológica da geografia agrária brasileira: a produção em periódicos científicos de 1939-2009**. 2010. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2010.
- ALVES, Flamarion Dutra. Interpretação da história do pensamento geográfico pelo método hermenêutico. In: MARAFON, Glaucio José; RAMIRES, Julio Cesar de Lima; RIBEIRO, Miguel Angelo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs). **Pesquisa qualitativa em geografia**. Reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 37 - 54.
- ARAÚJO, Inesita. Mediações e poder. In: **CONGRESSO DA ASSOCIACION LATINO AMERICANA DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACION**. p. 1 – 16, 2000.
- ARCANJO, Pedro. Capes lança Plataforma Sucupira para gestão da Pós-Graduação. **Fundação CAPES**. 2014. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/pt/36-noticias/6810-capes-lanca-plataforma-sucupira-para-gestao-da-pos-graduacao>. Acessado em: 02.07. 2019.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luiz. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução de desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.
- BRANCO, Patrícia. Do gênero à interseccionalidade: considerações sobre mulheres, hoje e em contexto europeu. **Julgar**, n. 4, p. 103 – 117, 2008.
- CABRAL, Vinicius; SILVA, Maria Joseli. Espaço e morte nas representações sociais das travestis e transexuais femininas. **Geo UERJ**. v.1, n.29, p. 275- 301, 2016.
- CÂMARA, Marcelo Argenta. Pensar a colonialidade, praticar a descolonização: apontamentos para uma prática contra-hegemônica. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denilson Araújo de. (org.). **Geografia e giro descolonial experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 247- 259, 2017.
- CARDOSO Mirian Limoeiro. **O mito do método**. Rio de Janeiro: PUC, 1972.



- CARVALHO, Rosângela Tenório. Igualdade de Gênero na Ciência: Projeto Stages. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v.9, n.1, p.157 – 176, 2017.
- CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito; VIADANA, Adler Guilherme. Fundamentos históricos da geografia: contribuições do pensamento filosófico na Grécia Antiga. In: GODOY, Paulo Roberto Teixeira (org.). **História do Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v.5, n.11, p.1-15, 1991.
- CIAMPA, Antônio da Costa. **A Estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CLAVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette (org.). **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, p.11-43, 2002.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Análise crítica de textos geográficos: breves notas. **GEO UERJ**, v. 1, n. 14, 2003.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Reflexões sobre paradigmas, geografia e contemporaneidade. **Revista da ANPEGE**, v.7, n.1, p.59-65, 2011.
- COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs). **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012. p. 219-237.
- COSTA, Benhur Pinós da. Interculturalidade e geografia: Um debate espacial das relações culturais. **GEOgraphia**. v.19, n.39, p. 41-53, 2017.
- COSTA, Claudia de Lima. Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber. **Portuguese Cultural Studies**, n. 4, p. 41-65, 2012.
- CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de. (org.). **Geografia e giro descolonial experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, p.15 - 36, 2017.
- DUARTE, Constância Lima de. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**. 17 (49), São Paulo, 2003, p. 150-172.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo; Centauros, 2006.
- ERTHAL, Rui. Geografia Histórica: considerações. **Geographia**, v.5, n.9, p. 29-39, 2003.

- FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, v.12, n.1, 2004. p. 47-71.
- FRANCELIN, Marivalde Moacir. Ciência, senso comum e revoluções científicas: ressonâncias e paradoxos. **Ciência da Informação**. Brasília, v.33, n3, p.26-34, 2004.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A Interdisciplinaridade como Necessidade e como Problema nas Ciências Sociais. **Revista do centro de educação e letras da UNIOESTE** - Campus de Foz do Iguaçu. v. 10 n° 1 p. 41-62, 2008.
- GAARDER, Jostein. **O mundo de Sofia: romance da história da filosofia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GARCÍA, Maria Verónica Ibarra; ESCAMILLA-HERRERA, Irma. **Geografías feministas de diversas latitudes. Orígenes, desarrollo y temáticas contemporáneas**. México: UNAM, Instituto de Geografía, 2016.
- GARCÍA- RAMON, María Dolors. Análisis de genero y la geografía: reflexiones en torno a un libro reciente. **Documents d'Analisi Geogràfica**, n. 6, p. 133-143, 1985.
- GARCÍA- RAMON, María Dolors. Jornada através da geografia crítica: da geografia agrária à geografia de gênero. In: SILVA, Maria Joseli; ORNAT, Marcio Jose; JUNIOR, Alides Batista Chimim (Orgs.). **Geografias Feministas e das Sexualidades: encontros e diferença**. Paraná: Toda Palavra Editora, 2016.
- GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. Apresentação. In: GODOY, Paulo Roberto Teixeira (Org.). **História do Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, p. 1-11, 2007.
- GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.
- GUBA, Egon; LINCOLN, Yovanna. Paradigmas en competencia en la investigación cualitativa. In: DENMAN, Catalina; HARO, Jesús. **Por los rincones: Antología de métodos cualitativos en investigación social**. Colegio de Sonora. p. 113-145, 2002.
- GUERRA, Andréia; FREITAS, Jairo; REIS, José; BRAGA, Marco. A interdisciplinaridade no ensino das ciências a partir de uma perspectiva histórico-filosófica. **Caderno Catarinense de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 32-46, 1998.

GUERRA, Luiz Antônio. **Sexo, gênero e sexualidade. Info Escola Navegando e Aprendendo.** s/d. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/sociologia/sexo-genero-e-sexualidade/>>. Data de acesso: 01.06.2019.

HAESBAERT, Rogério. Escalas espaço-temporais. IN: \_\_\_\_\_. **Territórios Alternativos.** Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, p.101-115, 2002.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 07-41, 1995.

IZQUIERDO, Maria de Jesus. **Bases materiais del sistema sexo/gênero.** São Paulo: SOF, 1992.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. **Introdução ao Pensamento Epistemológico.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2ª ed., 1977. 202 p.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. IN: VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. Salvador: Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, 2012. Anais... Salvador, 2014.

JUVÊNIO, Fabiana. **A sociedade, a visão androcêntrica do preconceito desfavorável contra o feminino.** Divulga Editor. 2013. Disponível em: <<https://www.divulgaescritor.com/products/a-preconceito-desfavoravel-contra-o-feminino-por-fabiana-juvencio/>>. Acesso em: 22.06.2019.

KARNSTEN, Lia; MEERTENS, Donny. La Geografía del Género: sobre Visibilidad, Identidad y Relaciones de Poder. **Documents D'Anàlist Geogràfica:** Barcelona, 19-20, p. 181- 193, 1991-1992.

KAROL CONKA. **Tô na luta.** 2016. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/karol-conka/to-na-luta/>>. Acessado em: 11.05.2019.

LACOSTE, Yves. A Geografia. In: CHATELET, François (otg). **História da Filosofia 7,** Filosofia das Ciências Humanas. Rio de Janeiro: Zahar, p.221-274, 1975.

LOUZADA, Bárbara Eulálio. **POR UMA GEOGRAFIA FEMINISTA: OLHARES SOBRE GÊNERO, PAISAGEM E GRAFFITI.** Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG, 2016, 47 f.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa,** Bogotá – Colômbia, n. 9, p. 73 – 101, 2008.

MACHADO, Mônica Sampaio. A implantação da geografia universitária no Rio de Janeiro. **Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales,** Universidad de Barcelona, n. 69, v.5, p. 123 - 140, 2000.

MACHADO, Talita Cabral. **A cidade das mulheres feministas: uma cartografia de Goiânia em perspectiva interseccional e da diferença**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016, 231 f.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. História da Ciência: objetos, métodos e problemas. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 11, n. 2, p. 305-317, 2005.

MASSEY, Doreen. Masculinidade, dualidades e alta tecnologia. In: SILVA, Maria Joseli; ORNAT, Marcio Jose; JUNIOR, Alides Batista Chimim (Orgs.). **Geografias Feministas e das Sexualidades: encontros e diferença**. Paraná: Toda Palavra Editora. p, 54 – 81, 2016.

MATTOS, Regina Célia de. Arranjos produtivos locais no interior fluminense: o polo de moda íntima de Nova Friburgo e região. **GEOPUC** (Rio de Janeiro), v. 1, p. 125-152, 2011.

MENDOZA, Breny. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. In: MINOSO Yuderksy Espinosa (Org). **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano**. Buenos Aires: En la frontera. p, 19 – 36, 2010.

4.1. MONK, Janice; GARCÍA-RAMON, Dolores. Geografía feminista. Una perspectiva internacional. *Documents d'Analisi Geogràfica*. n. 10, p. 147-157, 1987.

MONK, Janice; HANSON, Susan. Temas de geografia feministas contemporânea. **Documents d'Analisi Geogràfica**. n. 14, p. 31-50, 1989.

4.2. MONK, Janice; HANSON, Susan. Não excluam metade da humanidade da geografia humana. In: SILVA, Maria Joseli; ORNAT, Marcio Jose; JUNIOR, Alides Batista Chimim. (Orgs.). **Geografias Feministas e das Sexualidades: encontros e diferença**. Paraná: Toda Palavra Editora, 2016. p, 31 – 48.

MONTEIRO, Rafael de Melo; PESSÔA, Vera Lucia Salazar. Relações de poder e produção territorial: as contingências da vida no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). **GeUERJ**. v.1, n.25, p. 200 - 222, 2014.

4.3. MORAES, Antônio Carlos Robert. Notas sobre Identidade Nacional e Institucionalização da Geografia no Brasil. *Estudos Históricos* v. 4 n. 8. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV. p. 166 – 176,1991.

4.4. MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia, história e história da geografia. In *Terra Brasilis* (Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil). Rio de Janeiro: v. I, nº 2, p.127-135, 2000.

4.5. MORAES, Antônio Carlos Robert. História do Pensamento geográfico no Brasil: indicações. *Geografares*, Vitória, nº 3, p, 151 – 158, 2002.

- 4.6. MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.
- MORAES, Marcia. **Ser humana: quando a mulher está em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- MOREIRA, Marco Antônio; OSTERMANN, Fernanda. Sobre o ensino do método científico. **Caderno Catarinense de Ensino de Física**, v. 10, n. 2, p.108-117, 1993.
- MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos (A renovação da Geografia no Brasil no período 1978-1988). **Geographia**, v.2, n.3, p. 27-49, 2000.
- MOREIRA, Ruy. Conceitos, categorias e princípios lógicos para o método e o ensino de geografia. In: **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007. p, 105-118.
- MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. IN: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA | ANPUH – RIO: Saberes e Práticas Científicas. Rio de Janeiro, 2014. Anais... Rio de Janeiro, julho-agosto, 2014.
- NARVAZ, Martha; KOLLER, Sílvia. Metodologias feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, 11, 3, 2006, p. 647-654.
- OLIVEIRA, Camila Klen de. Breve introdução ao giro decolonial: poder, saber e ser. **II Seminário Científico da FACIG – Sociedade, Ciência e Tecnologia**. 2016, p. 1 – 7.
- ORNAT, Márcio José. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. **Terr@ Plural**. Ponta Grossa, v.2, n.2, 2008, p. 309-322.
- OTTO, Clarícia. O feminismo no Brasil: Suas múltiplas faces. **Revistas Estudos Feministas**, v.12, n.2, 2004, p. 237-253.
- PAULA, Larissa Araújo Coutinho de. **Contribuições e limitações das políticas públicas para o fortalecimento das agricultoras: o caso da Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT) em Euclides da Cunha Paulista (SP)**. 2015. 224 f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.
- PAULINO, Maria Ignez. Intelectuais & Militantes e a Possibilidade de diálogo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): 336, 2010, p.927 – 940.

- PELLUCIO, Gabrielle. **Há homens que têm patroa. Há homens que têm mulher. E há mulheres que escolhem o que querem ser:** perspectiva de gênero na geografia. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2010. Disponível em: <[http://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/2025/1/3372\\_grabrielle\\_pellucio\\_2008.pdf](http://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/2025/1/3372_grabrielle_pellucio_2008.pdf)>. Acesso em: 07/03/2019.
- PEREIRA, Sérgio Nunes. Histórias do pensamento geográfico: instituições, institucionalização e produção do conhecimento. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. Anais... Florianópolis: UFSC, 2000.
- PEROZIM, Livia. Masculino e Feminino: plural. **Revista Educação**. São Paulo, v.10, n. 109. Maio/2006.
- PIAGET, Jean. **O estruturalismo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: 227-278, 2005.
- RAGO, Margaret. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: **Masculino, Feminino, Plural**. MIRIAN, Joana; GROSSI, Pedro. (ORGS.) Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998.
- RAMIREZ, Iliana Araya. Sujeto y subjetividad: una aproximación desde las representaciones espaciales. **Geo UERJ**. v.1, n.27, p. 293 – 308, 2015.
- RAMOS, Carlos Alberto. Los paradigmas de la investigación científica. **Avances en Psicología**, v.23, n.1, 2015, p. 9-17.
- ROSSINI, R. E. Geografia e Gênero: A Mulher Como Força de Trabalho no Campo. **Informações Econômicas**. São Paulo, p. 41-52, 1993.
- ROHDE, Geraldo Mário. Mudanças de paradigma e desenvolvimento sustentável. In: **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. CALVANTI, Clóvis (Org). São Paulo, Cortez, 1994.
- SABOYA, Maria Clara Lopes. Relações de gênero, ciência e tecnologia: uma revisão da bibliografia nacional e internacional. Educação, **Gestão e Sociedade**, Jandira/SP, v. 3, n. 12, p. 1-26, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528p.

- SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, vol. 12, nº 2, 2004, p.35-50.
- SANTOS, Jefferson Rodrigues dos; SOARES, Paulo Roberto; FONTOURA, Luiz Mazzini. Análise de Conteúdo: A pesquisa qualitativa no âmbito da geografia agrária. IN: **XXIV Encontro Estadual de Geografia**. Santa Cruz do Sul – RS. UNISC, p. 1- 6, 2004.
- SANTOS, Roseli Alves dos. A participação política das mulheres agricultoras nas organizações populares e sindicais no sudoeste do Paraná. **Geo UERJ**. v.2, n.21, p. 1 – 17, 2010.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.
- SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES** [Online], n.18, p. 106 -131, 2012.
- SILVA, Armando Corrêa da. A aparência, o ser e a forma (Geografia e Método). **GEOgraphia**. Niterói, v2, nº 3, p. 7 – 25, 2000.
- SILVA, Jéssica Santos da. Paisagem, Gênero, Mulher e Trabalho: Uma tentativa de reflexão, aproximação e observação. **GEOPUC** (Rio de Janeiro), v. 9, p.31-56, 2016.
- SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, 8 ( v.1), 2003.
- SILVA, Joseli Maria; JUNIOR, Alides Baptista Chimin; NABOZNY, Almir; ORNAT, Marcio José; ROSSI, Rodrigo. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. **Geo UERJ**. v.1, n.18, p. 1 – 16, 2008.
- SILVA, Joseli Maria. Algumas reflexões sobre a lógica eurocêntrica da ciência geográfica e sua subversão com a emergência de saberes não hegemônicos. **Geo UERJ**, v.2, n.19, p. 1- 16, 2009.
- SILVA, Joseli Maria; JUNIOR Alides Baptista Chimin; FILHO Emilson Peracetta; ROSSI, Rodrigo. Geografia e Gênero o Brasil: uma análise da feminização do campo científico. **Revista eletrônica Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 3, n.2, 38-62, 2009.
- SILVA, Joseli Maria. Algumas reflexões sobre a lógica eurocêntrica da ciência geográfica e sua subversão com a emergência de saberes não hegemônicos. **Geo UERJ**, v.2, n.19, p. 1- 16, 2009.
- SILVA, Joseli Maria; ROSSI, Rodrigo; JUNIOR, Alides Batista Chimin; ORNAT, Marcio Jose. Espaço, masculinidades e adolescentes em conflito com a lei. **Geo UERJ**. v.1, n.23, p. 136 – 166, 2012.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Mundialização do conhecimento científico e controle do privilégio epistêmico na geografia: poder e sexualidades no Brasil. **GEOgraphia**. Niterói, v, 18 n, 36 p. 43-61, 2016.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; JUNIOR, Alides Baptista Chimin. Sobre as desobediências epistemológicas e o testamento intelectual de Milton Santos. In: SILVA, Maria Joseli; ORNAT, Marcio Jose; JUNIOR, Alides Batista Chimin. (Orgs.). **Geografias Feministas e das Sexualidades: encontros e diferença**. Paraná: Toda Palavra Editora, 2016. p, 13 – 30.

SILVA, Susana Veleda da. Geografia e gênero/ Geografia feminista, o que é isto?. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Universidade de Santa Cruz, n. 23, p. 105-111, 1998.

SILVA, Susana Veleda da. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações”. **Revista Bibliografica de Geografia y Ciencias Sociales**, n. 262, p. 1-13, 2000.

SOUSA, Victor Pereira de. Por uma geografia social, além de humana: a geografia do oprimido e seus diálogos com a interseccionalidade. **Artefactum – Revista de estudos em Linguagem e Tecnologia**, Ano IX – n.2, p. 1 - 12, 2017.

SPITALERE, Ana Carolina Rocha. **Geografia e gênero: considerações sobre a produção acadêmica brasileira** – Trabalho de conclusão de curso, Rio Claro, 2013. 72 f.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Unesp, 2004.

TAVARES, Manuela; COELHO, Salomé; GÓIS, Manuela. O Debate Epistemológico nos Estudos Feministas. IN: **Gênero e Ciências Sociais**. NEVES, Sofia (ORG.), Castelo da Maia, Edições ISMAI, (2009).

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. O primeiro estruturalismo: Método de pesquisa para as ciências da gestão. **Revista de Administração Contemporânea**. V.10, n.2, p. 137-156, 2006.

WACQUANT, Loic. Esclarecer o habitus. Sociologia: **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Lisboa, v. 14, 2004, p. 35-42.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. **Crítica feminista: Uma contribuição para a história da literatura**. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0198-8/Trabalhos/18.pdf>>. Acesso em: 02.06.2019.



## 5 APÊNDICE: Questionário online



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional  
Departamento de Geografia  
Programa de Iniciação Científica – PIBIC/UFF

### Roteiro de entrevista

Nome do/a entrevistado/a:

Data:

1. Há quanto tempo a senhora/o senhor é professora/or do Programa de Pós- Graduação em Geografia?
2. Há quanto tempo a senhora/o senhor é editora/or desse periódico?
3. Qual a linha de pesquisa que a senhora/o senhor atua no programa e quais disciplinas ministra?
4. Há predominância de autoria por sexo no periódico na sua gestão?
5. O corpo científico do periódico é composto por pesquisadoras e pesquisadores ou há predominância de uma categoria?
6. Existe alguma orientação teórico-metodológica para os/as avaliadores/as na hora da seleção dos artigos a serem publicados?
7. Como o senhor/a senhora vê, como editor/a, a publicação de trabalhos relacionados a gênero ou sexualidades no periódico?
8. Há na política editorial da revista incentivo as discussões de gênero e de pautas interseccionais como raça, religião, geração, etc?
9. No caso do periódico do seu Programa de Pós-Graduação, já teve algum número dedicado a essa linha teórica ou tem pretensão futura de incentivo para a publicação?

Caixa para comentários adicionais, caso considere necessário:

Desde já muito obrigada pela participação!